

Da Senzala à Colônia
Emília Viotti da Costa

Extremo Oeste
Sérgio Buarque de Holanda

História e Ideal
Ensaio sobre Caio Prado Júnior
Vários autores

Obras do Autor

URSS: Um Novo Mundo
Evolução Política do Brasil
Formação do Brasil Contemporâneo
História Econômica do Brasil
Introdução à Lógica Dialética
Dialética do Conhecimento
Esboço dos Fundamentos da Teoria
Econômica
O Mundo do Socialismo
A Revolução Brasileira
O Estruturalismo de Lévi-Strauss-
O Marxismo de Althusser
História e Desenvolvimento
A Questão Agrária no Brasil
O que é Liberdade
O que é Filosofia
A Cidade de São Paulo

Coleção Primeiros Passos

O que é Capitalismo
Afrânio Mendes Catani

O que é Nordeste Brasileiro
Carlos Garcia

O que é Subdesenvolvimento
Horácio González

Coleção Tudo é História

A Abolição da Escravidão
Suely R. R. de Queiroz

Bandeirantismo: Verso e Reverso
Carlos Davidoff

A Burguesia Brasileira
Jacob Gorender

A Civilização do Açúcar
Vera Ferlini

A Economia Cafeeira
J. R. do Amaral Lapa

A Família Brasileira
Eni de Mesquita Samara

CAIO PRADO JÚNIOR

**FORMAÇÃO DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

COLÔNIA

SBD-FFLCH-USP



258865

DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL



21000059586

23ª edição, 1994
7ª reimpressão, 2004
São Paulo/SP

editora brasiliense

SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

Sentido da Colonização

Leitura.

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte.

O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. Portugal nos traz disto um exemplo frisante que para nós é quase doméstico. Até fins do séc. XIV, e desde a constituição da monarquia, a história portuguesa se define pela formação de uma nova nação européia e articula-se na evolução geral da civilização do Ocidente de que faz parte, no plano da luta que teve de sustentar, para se constituir, contra a invasão árabe que ameaçou num certo momento todo o continente e sua civilização. No alvorecer do séc. XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim

dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial.

Visto deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. É isto que precisamos começar por fazer com relação ao Brasil. Não nos interessa aqui, é certo, o conjunto da história brasileira, pois partimos de um momento preciso, já muito adiantado dela, e que é o final do período de colônia. Mas este momento, embora o possamos circunscrever com relativa precisão, não é senão um elo da mesma cadeia que nos traz desde o nosso mais remoto passado. Não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia. E se escolhi um momento dela, apenas a sua última página, foi tão-somente porque, já me expliquei na Introdução, aquele momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior. A sua síntese. Não se compreende por isso, se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, o seu sentido.

< Isto nos leva, infelizmente, para um passado relativamente longínquo e que não interessa diretamente ao nosso assunto. Não podemos contudo dispensá-lo, e precisamos reconstituir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do séc. XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.

Realmente a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não

resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento. Estamos tão acostumados em nos ocupar com o fato da colonização brasileira, que a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de vista. Ela aparece como um acontecimento fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento. E os rumos que tomou também se afiguram como resultados exclusivos daquele fato. Esquecemos aí os antecedentes que se acumulam atrás de tais ocorrências, e o grande número de circunstâncias particulares que ditaram as normas a seguir. A consideração de tudo isto, no caso vertente, é tanto mais necessária que os efeitos de todas aquelas circunstâncias iniciais e remotas, do caráter que Portugal, impelido por elas, dará à sua obra colonizadora, se gravarão profunda e indelevelmente na formação e evolução do país.

A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o séc. XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem. Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu que sai do esfacelamento do Império do Ocidente é a que liga por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, os cantões suíços, os grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde estão as cidades flamengas. No séc. XIV, mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aqueles dois pólos do comércio europeu: será a marítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar. Rota que, subsidiária a princípio, substituirá afinal a primitiva no grande lugar que ela ocupava. O primeiro reflexo desta transformação, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionará todo o equilíbrio europeu, foi deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aqueles que formam a sua fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normândia, a Bretanha e a Península Ibérica.

Este novo equilíbrio firma-se desde o princípio do séc. XV. Dele derivará não só todo um novo sistema de relações internas do continente, como nas suas conseqüências mais afastadas, a expansão européia ultramarina. O primeiro passo estava dado e a Europa deixará de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o Oceano. O papel de pioneiro nesta nova etapa caberá aos

portugueses, os melhores situados, geograficamente, no extremo desta península que avança pelo mar. Enquanto holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocupam na via comercial recém-aberta, e que bordeja e envolve pelo mar o ocidente europeu, os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados, e para que contavam com vantagens geográficas apreciáveis: buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nesta avançada pelo Oceano descobrirão as Ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul. Tudo isto se passa ainda na primeira metade do séc. XV. Lá por meados dele começa a se desenhar um plano mais amplo: atingir o Oriente contornando a África. Seria abrir seu proveito uma rota que os poria em contacto direto com as opulentas Índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros por cujas mãos transitavam até o Mediterrâneo. Não é preciso repetir aqui o que foi o périplo africano, realizado afinal depois de tenazes e sistemáticos esforços de meio século.

Atrás dos portugueses lançam-se os espanhóis. Escolherão outra rota, pelo ocidente ao invés do oriente. Descobrirão a América, seguidos aliás de perto pelos portugueses que também toparão com o novo continente. Virão, depois dos países peninsulares, os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos. A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela. Só ficarão atrás aqueles que dominavam no antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados, geograficamente, com relação s novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre eles, serão os retardatários da nova ordem. A Alemanha e a Itália passarão para um plano secundário a par dos novos astros que se levantavam no horizonte: os países ibéricos, a Inglaterra, a França, a Holanda.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos "descobrimentos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa

abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem, cuja existência se admitiu *a priori*. Os espanhóis, situados nas Antilhas desde o descobrimento de Colombo, exploram a parte central do continente: descobrirão o México; Balboa avistará o Pacífico; mas a passagem não será encontrada. Procura-se então mais para o sul: as viagens de Sólís, de que resultará o descobrimento do Rio da Prata, não tiveram outro objetivo. Magalhães será seu continuador e encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constituiu afinal a famosa passagem tão procurada; mas ela se revelará pouco praticável e se desprezará. Enquanto isto se passava no sul, as pesquisas se ativam para o norte; a iniciativa cabe aí aos ingleses, embora tomassem para isto o serviço de estrangeiros, pois não contavam ainda com pilotos nacionais bastante práticos para empresas de tamanho vulto. As primeiras pesquisas serão empregadas pelos italianos João Cabôto e seu filho Sebastião. Os portugueses também figurarão nesta exploração do Extremo-Norte americano com os irmãos Côrte Real, que descobrirão o Labrador. Os franceses encarregarão o florentino Verazzano de iguais objetivos. Outros mais se sucedem, e embora tudo isto servisse para explorar e tornar conhecido o novo mundo, firmando a sua posse pelos vários países da Europa, não se encontrava a almejada passagem que hoje sabemos não existir (1). Ainda em princípios do séc. XVII, a *Virginia Company of London* incluía entre seus principais objetivos o descobrimento da brecha para o Pacífico que se esperava encontrar no continente.

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se

(1) Também se tentou, a partir de meados do séc. XVI, a passagem para o Oriente pelas regiões árticas da Europa e Ásia. A iniciativa cabe ao mesmo Sebastião Cabôto, que já encontramos na América, e mais uma vez a serviço dos ingleses (1553).

fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevisíveis. Aliás, nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no séc. XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes. Na falta de censos precisos, as melhores probabilidades indicam que em 1500 a população da Europa ocidental não ultrapassava a do milênio anterior.

Nestas condições, "colonização" ainda era entendida como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa e no Levante; como os portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí.

Aqui ainda, Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos, neste terreno, são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no séc. XV. Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente. Em todos os problemas que se propõem desde que uma nova ordem econômica se começa a desenhar aos povos da Europa, a partir do séc. XV, os portugueses sempre aparecem como pioneiros. Elaboram todas as soluções até seus menores detalhes. Espanhóis, depois ingleses, franceses e os demais, não fizeram outra coisa, durante muito tempo, que navegar em suas águas; mas navegaram tão bem, que acabaram suplantando os iniciadores e arrebatando-lhes a maior parte, se não praticamente todas as realizações e empresas ultramarinas.

Os problemas de novo sistema de colonização, envolvendo a ocupação de territórios quase (desertos) e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam. A primeira delas será a natureza dos gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará. A princípio, naturalmente, ninguém cogitará de outra coisa que produtos espontâneos, extrativos. E ainda quase o antigo sistema das feitorias puramente comerciais. Serão as madeiras, de construção ou tinturiais (como o pau-brasil entre nós) na maior parte deles; também as peles de animais e a pesca no Extremo-Norte, como na Nova Inglaterra; a pesca será particularmente ativa nos bancos da Terra Nova, onde desde os primeiros anos do séc. XVI, possivelmente até antes, se reúnem ingleses, normandos, vasconcelos. Os espanhóis serão os mais felizes: toparão desde logo nas áreas que lhes couberam, com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e Peru. Mas os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora, não ocupam na formação da América senão um lugar relativamente pequeno. Impulsionarão o estabelecimento e ocupação das colônias espanholas citadas; mais tarde, já no séc. XVIII, intensificarão a colonização portuguesa na América do Sul e a levarão para o centro do continente. Mas é só. Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelas prematuras descobertas castelhanas, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações, subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura.

→ x Não é meu intuito entrar aqui nos pormenores e vicissitudes da colonização européia na América. Mas podemos, e isto muito interessa ao nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela em que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas-as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado; tropical e subtropical, do outro. A primeira, que compreende grosseiramente o território americano ao norte da baía de Delaware (a outra extremidade temperada do continente, hoje países platinos e Chile, esperará muito tempo para tomar forma e significar alguma coisa), não ofereceu realmente nada de muito interessante, e permanecerá ainda por muito tempo adstrita à exploração de produtos espontâneos: madeiras, peles, pesca. Na Nova Inglaterra, nos primeiros anos da colonização, viam-se até com

maus olhos quaisquer tentativas de agricultura que desviavam das feitorias de peles e pesca as atividades dos poucos colonos presentes(2). Se se povoou esta área temperada, o que aliás só ocorreu depois do séc. XVII, foi por circunstâncias muito especiais. É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções. Isto durará muito tempo; pode-se mesmo assimilar o fato, idêntico no fundo, a um processo que se prolongará, embora com intensidade variável, até os tempos modernos, o século passado. Virão para a América puritanos e quakers da Inglaterra, huguenotes da França, mais tarde morávios, schwenkfelders, inspiracionalistas e menonitas da Alemanha meridional e Suíça. Durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo resíduo das lutas político-religiosas da Europa. É certo que se espalhará por todas as colônias; até no Brasil, tão afastado e por isso tanto mais ignorado, procurarão refugiar-se huguenotes franceses (França Antártica, no Rio de Janeiro). Mas se concentrará quase inteiramente nas da zona temperada, de condições naturais mais afins às da Europa, e por isso preferida para quem não buscava "fazer a América", mas unicamente abrigar-se dos vendavais políticos que varriam a Europa, e reconstruir um lar desfeito ou ameaçado.

Há um fator econômico que também concorre na Europa para este tipo de emigração. É a transformação econômica sofrida pela Inglaterra no correr do séc. XVI, e que modifica profundamente o equilíbrio interno do país e a distribuição de sua população. Esta é deslocada em massa dos campos, que de cultivados se transformam em pastagens para carneiros cuja lã iria abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Constitui-se aí uma fonte de correntes migratórias que abandonam o campo e vão encontrar na América, que começa a ser conhecida, um largo centro de afluência. Também estes elementos escolherão de preferência, e por motivos similares, as colônias temperadas. Os que se dirigirão mais para o sul, para colônias incluídas na zona subtropical da América do Norte, porque nem sempre lhes foi dado escolher seu destino com conhecimento de causa, o farão apenas, no mais das vezes, provisoriamente: o maior número deles refluirá mais tarde, e na medida do possível, para as colônias temperadas.

São assim circunstâncias especiais, que não têm relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros, que promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona temperada da América. Circunstâncias aliás que surgem posterior-

mente ao descobrimento do Novo Continente, e que não se filiam à ordem geral e primitiva de acontecimentos que impelem os povos da Europa para o ultramar. Daí derivará um novo tipo de colonização — será o único em que os portugueses não serão os pioneiros — que tomará um caráter inteiramente apartado dos objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas. O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos (estes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornara lá impossível ou muito difícil. Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência ameaçada. O que resultará deste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele.

Muito diversa é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo. Em primeiro lugar, as condições naturais, tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquêlê que procura a zona temperada. Muito se tem exagerado a inadaptabilidade do branco aos trópicos, meia verdade apenas que os fatos têm demonstrado e redemonstrado falha em um sem-número de casos. O que há nela de acertado é uma falta de predisposição, em raças formadas em climas mais frios e por isso afeiçoadas a eles, em suportarem os trópicos e se comportarem similarmente neles. Mas falta de predisposição apenas, e que não é absoluta, corrigindo-se, pelo menos em gerações subseqüentes, por um novo processo de adaptação. Contudo, se aquela afirmação posta em termos absolutos é falsa, não deixa de ser verdadeira no caso vertente, isto é, nas circunstâncias em que os primeiros povoadores vieram encontrar a América. São trópicos brutos e indezassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinhadora do Homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta para que o colono europeu não estava preparado e contra que não contava com nenhuma defesa. Aliás a dificuldade do estabelecimento de europeus civilizados nestas terras americanas, entregues ainda ao livre jogo da natureza, é comum também à zona temperada. Respondendo a teorias apressadas e muito em voga (são as contidas no livro famoso de Turner, *The frontier in American History*), um recente escritor norte-americano analisa este fato com grande atenção, e

(2) Marcus Lee Hansen, *The Atlantic Migration, 1607-1680*, 13.

mostra que a colonização inglesa na América, realizando-se embora numa zona temperada, só progrediu à custa de um processo de seleção de que resultou um tipo de pioneiro, o característico *yankee*, que dotado de aptidão e técnica particulares foi marchando na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa (3). Se assim foi numa zona que afóra o fato de estar indevassada, se aproxima tanto por suas condições naturais do meio europeu, que não seria dos trópicos?

Para estabelecer-se aí, o colono europeu tinha de encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas. De fato assim aconteceu, embora em circunstâncias especiais que por isso também particularizarão o tipo de colono branco dos trópicos. A diversidade de condições naturais, em comparação com a Europa, que acabamos de ver como um empecilho ao povoamento, se revelaria por outro lado um forte estímulo. É que tais condições proporcionarão aos países da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros que lá fazem falta. E gêneros de particular atrativo. Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao séc. XVI, isolada dos trópicos, só indireta e longinquamente acessíveis, e imaginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje, pela sua banalidade, parecem secundários, eram então prezados como requintes de luxo. Tome-se o caso do açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília, era artigo de grande raridade e muita procura; até nos enxovais de rainhas ele chegou a figurar como dote precioso e altamente prezado. A pimenta, importada do Oriente, constituiu durante séculos o principal ramo do comércio das repúblicas mercadoras italianas, e a grande e árdua rota das Índias não serviu muito tempo para outra coisa mais que abastecer dela a Europa. O tabaco, originário da América e por isso ignorado antes do descobrimento, não teria, depois de conhecido, menor importância. E não será este também, mais tarde, o caso do anil, do arroz, do algodão e de tantos outros gêneros tropicais?

Isto nos dá a medida do que representariam os trópicos como atrativo para a fria Europa, situada tão longe deles. A América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do Homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros

(3) Marcus Lee Hansen, *The Immigrant in American History* — veja-se o capítulo *Immigration and Expansion*.

de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.

Nesta base se realizaria uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo: o temperado e os trópicos. Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras — fazendas, engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) — que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. Voltarei em outro capítulo, com mais vagar, sobre as causas que determinaram este tipo de organização da produção tropical. A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América. Assim mesmo, até que se adotasse universalmente nos trópicos americanos a mão-de-obra escrava de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, aquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. Isto ocorreu particularmente, em grande escala, nas colônias inglesas: Virgínia, Maryland, Carolina. Em troca do transporte, que não podiam pagar, vendiam seus serviços por um certo lapso de tempo. Outros partiram como deportados; também menores abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maioridade. É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do séc. XVII, pela definitiva de negros importados. Mas a maior parte daqueles colonos só esperava o momento oportuno para sair da condição que lhe fora imposta; quando não conseguiam estabelecer-se como plantador e proprietário por conta própria — o que é a exceção, naturalmente —, emigravam logo que possível para as colônias temperadas, onde ao menos tinham um gênero de vida mais afeiçoado a seus hábitos e maiores oportunidades de progresso. Situação de instabilidade do trabalho nas

plantações do Sul que durará até a adoção definitiva e geral do escravo africano. O colono europeu ficará então aí na única posição que lhe competia: de dirigente e grande proprietário rural.

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculco e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros (4). Nada havia portanto que provocasse no reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a esta causa, a precoce decadência lusitana.

Além disto, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quase que de início — possivelmente de início mesmo —, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século (5).

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*), escოდouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à seme-

(4) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Introdução, vol. III, pág. XI.

(5) Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na expedição de Martim Afonso de Sousa em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) em 1619.

lhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

✓ É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios tropicais, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples "contacto fortuito" dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que a destinava o objetivo inicial dela; e que em outros lugares semelhantes a colonização europeia não conseguiu ultrapassar: assim na generalidade das colônias tropicais da África, da Ásia e da Oceânia; nas Guianas e algumas Antilhas, aqui na América. Entre nós foi-se além no sentido de constituir nos trópicos uma "sociedade com características nacionais e qualidades de permanência" (6), e não se ficou apenas nesta simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros.

Mas um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algo-

(6) Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, 16.

dão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O "sentido" da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar.

POVOAMENTO

Povoamento

As estatísticas demográficas que possuímos da colônia são extremamente escassas. Não havia coleta regular e sistemática de dados, e faziam-se levantamentos apenas para dois fins específicos e restritos: um eclesiástico, outro militar. Os párocos organizavam listas paroquiais que se destinavam a recensear os fiéis sujeitos à desobriga pascal, e que serviam também para a divisão e formação das paróquias. A outra fonte de dados que possuímos é dos coletados para fins do recrutamento militar. Ambos os processos têm, para nosso objetivo, um grave defeito; a sua finalidade é restrita, e interessam-se por isso apenas por determinadas categorias da população. O primeiro, só às pessoas sujeitas ao preceito pascal, isto é, aos maiores de sete anos. O outro, aos homens capazes de pegar em armas. Nos dois casos também, a songação tem fortes estímulos, e por isso os levantamentos são evitados de grandes falhas. Quanto às listas paroquiais, a relutância dos fiéis diante de uma obrigação onerosa — pagava-se então a “desobriga” — bem como o interesse dos párocos, temerosos do desmembramento de suas paróquias e procurando por isso dissimular às autoridades superiores o número exato de fiéis. No caso das listas para o recrutamento, a relutância em se apresentar é óbvia.

Acresce a tudo isto o geral desleixo e relaxamento da administração pública, tanto civil quanto eclesiástica. Parece que só muito tarde, já pelos últimos anos do séc. XVIII, a metrópole cogitou da organização de estatísticas gerais e sistemáticas. Tiveram tal objetivo, segundo as aparências, as instruções dadas em 1797 ao governador da Paraíba, Fernando Delgado de Castilho, cujo texto possuímos, e que teriam sido o padrão de uma circular sobre o assunto, enviada na mesma ocasião a todos os governadores da colônia(1). Solicita aí o governo central dados estatísticos de natureza vária e que deveriam ser coligidos anualmente: movimento demográfico (nascimentos, casamentos, óbitos), ocupações, comércio, preços. Tal recenseamento completo se realizou pelo menos uma vez; não conhecemos seus resultados, que possivel-

(1) *Documentos Oficiais, Vários assuntos*, 456.

mente dormem ainda o sono dos arquivos em Portugal, mas temos notícias dele através do Cons. Veloso de Oliveira, que na sua memória sobre a Igreja do Brasil, que é de 1819, se refere a um recenseamento de 1797-8 que é, com toda a probabilidade consequência daquelas instruções acima referidas. Pela mesma citação de Veloso de Oliveira infere-se que o cálculo da população brasileira ultrapassou então "de muito", 3.000.000. Na data em que ele escreve, orçava-a em cerca de 4.400.000, incluindo os índios não domesticados que se avaliavam, sem grande base, em 800.000.

São estes, em suma, os dados mais seguros que possuímos sobre o conjunto da colônia em princípios do século passado. Excluamos os índios bárbaros — que por enquanto não nos interessam, porque eles ainda não fazem parte da "colonização", e só representam alguma coisa neste sentido como reserva futura que vai sendo por ela absorvida em contingentes sucessivos, e contribuindo assim para o crescimento da população efetiva da colônia —, façamos esta exclusão e podemos avaliar em cerca de 3.000.000 de habitantes a população brasileira no dobrar do séc. XVIII.

A sua distribuição pelo território da colônia é, como logo se vê, grandemente irregular. Núcleos apenas, alguns bastante densos, mas separados uns dos outros por largos vácuos de povoamento ralo, se não inexistente. O seu aspecto geral, guardadas naturalmente as devidas proporções quantitativas, é mais ou menos o mesmo de hoje. Há uma flagrante semelhança entre a distribuição do povoamento naquele princípio do séc. XIX e a de nossos dias. Salvo o adensamento posterior, a estrutura geral do povoamento continua mais ou menos a mesma; excetua-se apenas a remodelação que sofreu o Sul e o Centro-Sul do país, bem como esta região dos altos afluentes do Amazonas, que hoje forma o Território do Acre, e que não fazia ainda parte do Brasil, nem se achava ocupada. Afora isto, pouca é a diferença. Já então a população brasileira se espalhava por todo o território que hoje constitui o país. Isto aliás meio século antes, em 1750, já era o caso, e quando se redigiu o tratado luso-castelhano daquele ano (tratado de Madri) (2), em que se delinearam efetivamente pela primeira vez as linhas divisórias entre possessões portuguesas e espanholas neste hemisfério, linhas que seriam grosseiramente as mesmas de hoje, o critério que deu naquelas fronteiras tão atuais não foi senão o da ocupação. "Cada parte há de ficar com que atualmente possui", reza o preâmbulo do acordo fixando a forma

(2) Sobre este tratado, vejam-se os vols. 52 e 53 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, onde se encontram os documentos que lhe dizem respeito, precedidos de uma introdução de Rodolfo Garcia.

com que se faria a demarcação. Assim se procedeu, e a linha que envolve o território brasileiro, saída deste princípio do *uti possidetis*, como se dirá, permaneceu praticamente a mesma até nossos dias.

Isto já nos mostra, *a priori*, que de fato a colonização portuguesa ocupara toda esta área imensa que constituiria o nosso país. Não nos pertenceria, aliás, se assim não fosse. Porque só o fato da ocupação militava em nosso favor. O direito derivava ainda do famoso tratado de *Tordesilhas*, velho de dois séculos e meio por ocasião do de *Madri*, e que outorgara ao soberano português e seus sucessores uma nesga apenas daquilo que ocupamos e possuímos hoje. Obra considerável, não há dúvida, daquele punhado de povoadores capazes de ocupar e defender efetivamente, como o fizeram muitas vezes antes e depois de 1750, e contra pretensões aguerridas e exigentes de fortes rivais, um território de oito e meio milhões de quilômetros quadrados. Obra considerável e fator básico da grandeza futura do Brasil; mas, ao mesmo tempo, ônus tremendo que pesará sobre a colônia e depois sobre a nação, provocando como provocou esta disseminação pasmosa e sem paralelo que aparta e isola os indivíduos, cinde o povoamento em núcleos esparsos de contacto e comunicações difíceis, muitas vezes até impossíveis.

Vários fatores determinaram esta dispersão do povoamento. O primeiro é a extensão da costa que coube a Portugal na partilha de *Tordesilhas*, o que obrigou, para uma ocupação e defesa eficientes, encetar a colonização simultaneamente em vários pontos dela. Foi tal o objetivo da divisão do território em capitânias, o que de fato, apesar do fracasso do sistema, permitiu garantir à coroa portuguesa a posse efetiva do longo litoral.

Concorrem em seguida, para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirismo preador de índios e prospectores de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do séc. XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso). No Extremo-Norte, na bacia amazônica, intervém outro fator, de caráter local: são as missões católicas catequizadoras do gentio, sobretudo os padres da *Companhia de Jesus*; seguidas de perto pela colonização leiga, provocada e animada pela política da metrópole, tão ativa neste setor, e sustentada pela exploração dos produtos naturais da floresta amazônica: o cacau, a salsaparilha e outros.

Um outro fator, também local, atua no sertão do Nordeste, nesta hinterlândia dos maiores centros agrícolas do litoral da co-

lônia, Bahia e Pernambuco, consumidores de carne que viria dos rebanhos que avançam por aquele sertão e o vão ocupando.

Todos estes fatores são condicionados, em grande parte, por outro negativo, que é a inércia castelhana. Fixaram-se os espanhóis, sobretudo, nos altiplanos andinos, onde a presença dos metais preciosos, mola mestra da sua colonização, bem como de populações indígenas densas, sedentárias e aptas para o fornecimento de mão-de-obra abundante e fácil — circunstâncias estas que não ocorreram no litoral do Atlântico, ocupado pelos portugueses — escusaram aventuras exploradoras e internação pelo coração do continente. Os obstáculos físicos também não são de desprezar: o interior do continente sul-americano abre-se para o Atlântico; não para o Pacífico, de que o separam o grande acidente dos Andes e a densa floresta intransponível que reveste as fraldas orientais da cordilheira(3). A colonização portuguesa não encontrou por isso pela frente, de castelhano, senão os inermes jesuítas e suas reduções indígenas. Os padres, que procuravam outra coisa que riquezas minerais, tinham-se adiantado a seus compatriotas espanhóis; deixando aos colonos as minas do planalto andino e sua densa população indígena, a matéria-prima e o trabalho que aqueles queriam, foram se estabelecer lá onde não chegava a cobiça do conquistador e onde esperavam não ser perturbados na sua conquista espiritual, prelúdio do domínio temporal a que aspiravam; e vão se fixar na vertente oriental e baixada subjacente dos Andes. Daí esta linha ininterrupta de missões jesuítas espanholas, estabelecidas no correr dos sécs. XVI e XVII, e que se traça de Sul a Norte, do Prata ao Amazonas, pelo interior do continente: missões do Uruguai, do Paraguai; a efêmera Guaíra; dos Chiquitos e dos Moxos, na Bolívia; missões do Pe. Samuel Fritz no Alto-Amazonas.

Não contavam os jesuítas com este outro adversário que lhes viria pelo oriente: os portugueses. E fracamente apoiados pelo seu rei, abandonados às suas próprias forças no mais das vezes, achando mesmo no soberano de sua pátria terrena um adversário que faz causa comum com seus inimigos — como se deu na execução do tratado de 1750, em que as forças castelhanas se unem às portuguesas para arrancar-lhes o Sete Povos do Uruguai —, os missionários são repelidos e fracassa o seu plano grandioso. Não seria deles o interior do continente sul-americano, como quiseram num belo sonho que durou dois séculos; mas não seria também, na sua maior parte, de seus legítimos senhores, os espanhóis. Ca-

(3) Paradoxalmente, é vindo de ocidente para oriente que se realizaria a primeira incursão pelo Amazonas: é a expedição de Orellana de 1541.

beria aos conquistadores e ocupantes efetivos dele, os portugueses e seus sucessores brasileiros, tão avantajados pela geografia.

Fixou-se assim e como vimos desde meados do séc. XVIII, o território que constituiria o Brasil. Analisemos pois a estrutura que dentro daqueles limites; em princípios do século passado, terá o povoamento nele instalado pela colonização portuguesa, no momento em que as disputas territoriais já se tinham transferido definitiva e exclusivamente para as zonas fronteiriças. Cerca de 60% da população colonial, ou sejam quase 2.000.000 de habitantes, concentram-se numa faixa litorânea que não ultrapassa para o interior, nos seus pontos de maior largura, algumas dezenas de quilômetros. Sobra para todo o resto do território, noventa ou mais por cento da área, menos da metade do total. Este desequilíbrio entre o litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola — donde a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para seus produtos. Localizado aí de início, o povoamento só começa a penetrar o interior, propriamente, no segundo século. O nosso cronista de princípios dos seiscentos, Frei Vicente do Salvador, acusa então ainda os colonos de se contentarem em “andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos”(4). Mesmo no segundo século, a penetração é tímida. Excluo as bandeiras, está visto, que andaram por toda parte, mas que exploram apenas e não fixam povoadores. De ocupação efetiva do interior, à parte o caso excepcional de São Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, encontramos apenas a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica. A dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do séc. XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do séc. XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento. Afluem então para o coração do continente levas sobre levas de povoadores. Alguns são colonos novos que vêm diretamente da Europa; outros, os escravos trazidos da África. Muitos porém acorrem dos estabelecimentos agrícolas do litoral, que sofrem consideravelmente desta sangria de gente e cabedais. É este um período sombrio para a agricultura litorânea, que assiste então ao encerramento do seu primeiro ciclo de prosperidade, tão brilhante até aquela data. Terras abandonadas, engenhos em ruína; a vida cessara aí quase, para renascer, vigorosa e pujante, no eldorado das minas.

(4) *História do Brasil*, 19.

Mas a febre seria de curta duração. Já em meados do século, as minas começam a dar sinais de cansaço; a decadência franca é do terceiro quartel do século. Cessa então a corrente de povoamento para o interior; e até em muitos casos ela se inverte. Renasce o litoral e a agricultura recupera a primazia.

Esse escasso meio século de interregno da mineração, apesar da violência com que irrompe no cenário econômico e demográfico da colônia, revolucionando sua estrutura e o caráter da sua evolução, não bastou contudo para fazer pender a balança em proveito definitivo do interior. Como vimos, em fins do século, quando já cessara de longa data o deslocamento para ele, o litoral ainda o ultrapassa sensivelmente em número de habitantes. Na sua expressão econômica, seria a mesma coisa.

Aquela faixa de povoamento costeiro, cuja origem e evolução acabo de sumariar, se distribui com muita irregularidade. Nada tem de contínua, e sobram nela tratos largos inteiramente desertos, alguns em que nem o trânsito por terra é praticado. Os fatores naturais que construíram a costa brasileira intervêm aí claramente. Em conjunto, nosso litoral se apresenta pouco favorável ao estabelecimento do Homem; desenvolve-se numa linha regular e uniforme, quase sem sinuosidades ou endentações. Os abrigos, mesmo para pequenas embarcações, são escassos; além disto, a orla marítima é bordada, em regra, quando não por terrenos alagadiços — os mangueirais, invadidos pela água salgada na preamar e pelo despejo dos rios na vazante, — por grandes depósitos arenosos que obstruem as brechas abertas para o interior das terras: a barra dos rios ou as lagunas. Os raros pontos favoráveis foram por isso avidamente aproveitados, e neles se condensou a população. O mais interessante destes pontos, pela extensão que abrange e curioso fenômeno natural que o avantajam, é toda aquela extremidade Nordeste do país que se alonga do cabo Calcanhar (Rio Grande do Norte) até a altura de Maceió (5). Acompanhando a costa, paralela e muito próxima, alinha-se uma cadeia de recifes, que na preamar se nivelam com as águas, e na maré baixa se levantam como muralhas cuja espessura vai de uns poucos metros até mais de cem. Atrás deste quebramar, dom gracioso da Natureza, abate-se a fúria das ondas e se atenua o arrasto de areias, que para o norte e sul dele é o grande responsável pela falta de abrigos utilizáveis. A navegação costeira encontra aí um mar sereno, enseadas calmas e ancoradouros seguros. O grande número de rios, embora pequenos, que abrem suas águas neste setor da

(5) Para a descrição da costa brasileira, veja-se Alfredo Lisboa, *Vias de Comunicação — Portos do Brasil no Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*.

costa, conservam as barras desimpedidas e garantem um fácil acesso ao interior.

A estas circunstâncias favoráveis, quis a Natureza acrescentar um território litorâneo avantajado — solo fértil, relevo propício, abundância de matas fornecedoras de combustível e bom material de construção. Apresenta-se por isso este setor como um dos pontos ideais, no difícil litoral brasileiro, para a vida humana. Tornou-se também por isso um dos de mais elevada concentração demográfica. Coisa que se perpetuará, e que ainda hoje é o caso. Seguramente um quinto da população da marinha colonial, neste começo do séc. XIX que nos ocupa, estava aí fixada. Sejam cerca de 300.000 habitantes.

Segue-se para o sul o Recôncavo Baiano. Uma larga baía, um verdadeiro mediterrâneo de águas encravadas na terra e com mais de mil quilômetros quadrados de superfície. Vários rios abrem nela seus estuários largos e profundos, navegáveis por dezenas de quilômetros e articulando uma zona extensa de terras férteis. Não era preciso mais para se tornar este ponto, desde o início da colonização, o mais densamente povoado e o mais rico da colônia. Vilhena, professor régio e observador contemporâneo metucioso e inteligente da cidade e comarca que habitava, atribui ao Recôncavo mais de 100.000 habitantes. Duzentos e sessenta engenhos de açúcar nele trabalhavam (6).

A estes dois núcleos demográficos de primeira ordem do litoral brasileiro, acrescenta-se mais um de igual categoria: o Rio de Janeiro. Da foz do rio Itabapoana para o sul, estende-se uma baixada espremida entre a serra e o mar, baixada que se vai estreitando à medida que avançamos para o sul até o limite da capitania, e que ainda é o atual do Estado, onde desaparece e a serra abrupta limítrofe mergulha diretamente no mar. Neste arco de círculo irregular que inclui terras planas interrompidas apenas por pequenos contrafortes e cabeços isolados, e que forma o que se denominou *Baixada Fluminense*, concentrou-se desde muito cedo, meados do séc. XVI, um dos principais contingentes demográficos da colônia. Em 1789 era avaliado em 168.709 pessoas, incluindo a cidade, capital nominal da colônia, o Rio de Janeiro (51.011 habs.) (7). Em princípios do século passado seria superior a 200.000. De engenhos de açúcar, principal riqueza, havia em 1799, segundo um *Almanaque* daquele ano, 616; e 253 de aguardente.

(6) *Recopilação*, 48.

(7) *Memórias do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luís de Vasconcelos*, com censo por categorias e freguesias da capitania.

Podemos dividir este trecho litorâneo em duas regiões naturais. A primeira compreende o percurso extremamente endentado que inclui a baía de Guanabara e o mediterrâneo que se estende para oeste, entre a terra firme de um lado, a restinga de Marambaia e a Ilha Grande do outro. Nesta região, já sem falar na imensa baía, com seu contorno de 131 km onde, como no Recôncavo Baiano, embora em menor número, se abrem os estuários de alguns rios navegáveis, multiplicam-se os portos e abrigos bem protegidos pelas terras fronteiras da restinga e da Ilha Grande (Angra dos Reis, Parati, Mangaratiba...)

A outra região é a dos Campos dos Goitacases. Embora afastados do mar cerca de 30 km, e dele apartados por uma zona de lagunas e terras baixas e alagadiças, não só inaproveitáveis mas ainda de difícil trânsito sem obras preliminares de certo vulto, os Campos oferecem tais condições favoráveis — relevo unido, solo fértil, vegetação natural que não obstrui a passagem ou dificulta a ocupação —, que desde o séc. XVII começam a ser intensamente aproveitadas, primeiro pela pecuária, que constitui sua atividade econômica pioneira, servindo de abastecedouro do mercado próximo do Rio de Janeiro; depois pela agricultura, vindo a cana tão bem no seu "barro fino, branco ou loiro" (8), como nos massapês baianos ou pernambucanos. Na segunda metade do séc. XVIII seu progresso é acelerado: 55 engenhos em 1769; 163, dez anos depois; 278 em 1783 (9) e finalmente, 328, compreendidos 4 de aguardente em 1799 (10). Os obstáculos que os arredam do mar não são para os Campos dos Goitacases de grande monta; o rio Paraíba francamente navegável por pequenas embarcações nos 42 km que separam do mar seu centro principal, a vila de São Salvador, hoje cidade de Campos, põe-nos em contacto fácil com o mundo exterior; cerca de 50 embarcações andavam aí a carga, transportando para o Rio de onde se reexportavam para fora da colônia as 8.000 caixas de açúcar da sua produção exportável (11).

A par destes três grandes núcleos de povoamento — Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco — disseminam-se ao longo do litoral alguns outros de segunda ordem, e em muito maior número, uma série de ínfimos estabelecimentos de vida, mais ou menos vegetativa e sem horizontes, de expressão econômica e demográfica quase nula. Todos eles, maiores, médios, pequenos, ligam-se a condições particulares e locais da linha costeira; os acidentes geo-

(8) J. Carneiro da Silva, *Memórias dos Campos dos Goitacases*, 13.

(9) *Memórias*, cit., 49.

(10) *Almanaque histórico...*, 159.

(11) *Memórias* cit. 8 e 53.

gráficos, sejam portos naturais ou simples abrigos, brechas que abrem acesso mais ou menos fácil para além da orla praiana ou quaisquer outros úteis ao Homem e suas atividades, todos eles infelizmente escassos em relação ao longo percurso daquela linha, tornam-se pólos de atração para a vida humana. Cada qual dará origem a um pequeno ou minúsculo núcleo, compartimentado por áreas desertas que se estendem para todos os lados, olhando exclusivamente para o mar e isolado inteiramente, por via terrestre, dos seus vizinhos mais próximos. Numa simples carta física, um observador atento poderia reproduzir com rigorosa fidelidade os pontos habitados do litoral brasileiro. Os trabalhos humanos nada tinham realizado ainda para suprir o que a Natureza negava: condições naturais favoráveis. Onde elas faltam, onde tudo não é posto à disposição dele, o Homem está ausente.

Acompanhemos este litoral, quase sempre ingrato, de norte a sul, saltando apenas aqueles trechos que já analisamos acima. Um primeiro percurso vai do extremo setentrional da colônia, o rio Oiapoque, ao Araguari; é a famosa região do Amapá, disputada ao Brasil durante séculos por ingleses, holandeses e finalmente franceses, e que só se incorporou definitiva e indisputadamente no nosso território em 1899 (12). Formada no seu litoral de terras baixas e alagadiças onde a navegação costeira é muito difícil pela falta de abrigos, e a penetração interior quase impossível, o Amapá se conserva praticamente despovoado. Algumas missões franciscanas, maior número de jesuíticas, tinham estendido para aí a sua catequese dos indígenas no séc. XVII. Seus resultados foram mínimos, se não nulos. Restariam delas, em fins do séc. XVIII, algumas miseráveis e vegetativas aldeias de índios semicivilizados e degenerados.

Logo ao sul deste trecho inóspito, abre-se o imenso delta do Amazonas. Aí o povoamento encontrou fácil acesso, não só local, mas para o coração do continente, mercê desta admirável rede hidrográfica de comunicações que oferecem o grande rio e seus tributários. O que de início favorece o povoamento da região, é o fato de sua soberania duvidosa. Os portugueses se instalam na foz do rio em 1616, expulsando daí ingleses e holandeses, os primeiros ocupantes, embora sem direito algum. As dúvidas eram com a Espanha, mas a união das duas coroas adiou qualquer questão para mais tarde. Ao recordar a independência, Portugal já

(12) Toda a parte histórica relativa a esta região encontra-se, admiravelmente documentada na: *Mémoire présenté par les États Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre entre le Brésil et la France*, da lavra de Rio Branco, e *L'oyapoc et l'Amazonie, question brésilienne et française*, por J. Caetano da Silva.

firmara sua soberania, avantajado como estava pela posse da saída única deste imenso território amazônico, fechado para ocidente e norte onde se situavam seus concorrentes. Foi-lhe fácil estender sobre ele seu domínio, para o que aliás não se pouparam esforços, unindo-se o governo e ordem religiosas num ativo trabalho de colonização. Mas embora penetrando fundamente o continente, é na zona litorânea, nas proximidades do delta, que se concentrará o povoamento.

Ele se agrupa sobretudo no braço oriental do grande rio (o rio Pará), onde as condições de navegabilidade são mais favoráveis, e no quadrilátero limitado por ele, o alto mar e o rio Guamá, cuja navegabilidade permitiu a fixação povoadora nas suas margens. Pela costa marítima propriamente, o povoamento é escasso e penetra muito pouco; alcança apenas Bragança, situada no estuário do rio Caité, três léguas acima da barra; aí se adensa a população, aproveitando, numa costa baixa e alagadiça, a brecha providencial daquele estuário, que se prolonga para o interior pelo mesmo rio Caité, navegável até o Porto de Tertugal, donde uma estrada terrestre alcança o rio Guamá e os núcleos povoados das margens deste último. Encerra-se assim o circuito que pelo rio Pará, alto mar, rios Caité e Guamá, contém o principal núcleo do povoamento amazônico. A ilha de Joanes (hoje Marajó), será sua zona tributária, fornecedora de carne que provém dos rebanhos do único território local favorável à pecuária.

Acompanhando a costa de Bragança para leste, atravessa-se uma região quase deserta, habitada por escassos índios semicivilizados; as comunicações se fazem aí pelos "furos" numerosos que abundam neste território semi-aquático. Mas eram muito pouco utilizadas, servindo-se delas, regularmente, só o correio do Maranhão, estabelecido nos últimos anos do séc. XVIII (13). E assim vai a costa até o rio Turiaçu, então limite administrativo das duas capitanias do Grão-Pará e do Maranhão, e o pequeno povoado do mesmo nome, situado no fundo do estuário e habitado por uns pobres lavradores mestiços.

Além do rio Turiaçu, a costa propriamente não é mais favorável ao povoamento que a do trecho anterior. Mas acompanhando-a, pouco afastados da orla marítima, aparecem estes característicos campos do noroeste maranhense, os *perizes*, tão favoráveis, a certos respeito, para o estabelecimento da criação. Alagados no inverno, navegam por eles sem obstáculos, canas carregadas com 50 sacos de algodão, e o "gado pasta metido na água até o peçoço", refere um contemporâneo (14); pode no entanto abrigar-

-se nas elevações e ilhas de bosques, onde também se protege, no verão, contra os ardores do Sol. Zona de fácil penetração e ocupação, estendendo-se por vasta área que alcança o rio Pindaré, os *perizes* se povoam regularmente — em confronto bem entendido com o que vimos mais para o norte. O rio Piracumã e a baía de Cumã, onde está Guimarães, o principal centro da região, navegáveis em qualquer estação do ano, servem para as comunicações locais e articulam os *perizes* com o exterior.

Alcançamos assim as baías conjugadas de São Marcos e São José, vasto estuário de grandes rios navegáveis até o alto sertão. O sítio reúne por isso condições excepcionalmente favoráveis, e nele se centralizou o que a capitania do Maranhão possui de mais considerável, inclusive a capital. Tanto na ilha, em que ela se edificou, como no continente fronteiro, e muito para o interior, sobretudo pelo rio Itapicuru acima, a colonização se fixou solidamente, e no momento que aqui nos situamos, princípios do séc. XIX, achava-se em vias de se tornar um dos centros mais importantes da colônia.

Para leste deste ponto voltam a predominar condições desfavoráveis, e nada há que estimule o estabelecimento do Homem. Isto até o delta do Paraíba, em que se concentram cerca de 15.000 habitantes. Não são aí só as condições locais favoráveis à navegação do delta, que se abre para o mar por dois canais praticáveis Tutóia e Igarçu (dos cinco que possui), que permitiram o progresso da região. É que para aí conflui a produção de todo o curso navegável do rio Parnaíba, que alcança o alto sertão atravessando uma região regularmente povoada e valorizada. O maior desenvolvimento da vila de Parnaíba, que centraliza o comércio do rio, data de 1770, quando um comerciante da vila, João Paulo Diniz, levantou oficinas de carne-seca nas margens do alto Parnaíba, bem no centro de importante zona criadora, trazendo daí a carne embarcada pelo rio até a vila, donde se reexportava para a Bahia, Rio de Janeiro e Pará (15). Em fins do séc. XVIII tornara-se aquele porto principal fornecedor, no Norte, de carne-seca; o Ceará, que ocupara dantes tal lugar, afligido pelas estiagens tremendas que o assolam, desaparecera do mercado, deixando apenas o seu nome ligado ao produto, que continuará até hoje chamando-se carne-do-ceará. Dezesesseis ou dezessete embarcações vinham anualmente do Sul buscar carne em Parnaíba (16).

Passando-se para o Ceará, entra-se em outro tipo, inteiramente diverso, de zona litorânea. A feição local característica é o

(13) Martius, *Viagem*, 11, 560.

(14) A. B. Pereira do Lago, *Itinerário da província do Maranhão*, 402.

(15) *Roteiro do Maranhão*, 64.

(16) Southey, *History*, III, 801.

grande acúmulo arenoso que o arrasto das correntes marítimas deposita em toda esta costa setentrional do Nordeste brasileiro, do ponto em que nos achamos até o cabo Calcanhar, no Rio Grande do Norte. O efeito deste arrasto é a singular uniformidade da costa, em que desaparecem os acidentes entupidos pela areia; efeito agravado pela baixa e irregular pluviosidade local, o que torna os rios escassos e intermitentes; suas águas são de todo insuficientes para deter e varrer, mesmo em parcela mínima, o acúmulo arenoso nas suas barras. Mas uma outra característica do litoral cearense impediu que sua faixa costeira permanecesse inteiramente deserta. São as *serras*, que em maciços isolados se alinham sucessivamente ao longo da costa e captam um pouco da umidade atmosférica; destacam-se por isso estas elevações como oásis de terras férteis e cultiváveis em meio da aridez que as cerca. Tais serras (Ibiapaba, Sobral, Uruburetama, Baturité) atraíram e fixaram algum povoamento que procura sua saída pelo mar próximo, dando lugar a pequenos portos que se arranjaram como puderam nesta costa difícil: Camocim, Ácaraú, Fortaleza — que será a capital da capitania graças à sua posição central, à proteção, embora pequena, que lhe proporciona a ponta de Mucuripe, e sobretudo a fertilidade da serra de Baturité que forma a sua hinterlândia. O último porto cearense para leste, e também o mais notável, Aracati, tem outros fatores vantajosos: é por aí a saída da extensa zona banhada, embora só nas chuvas, pelas águas intermitentes do Jaguaribe, cuja bacia compreende, em 1810, quase 60.000 habitantes(17) produtores de gado e algodão. Explica-se portanto o porto, apesar de suas péssimas condições naturais.

Afora estes núcleos, o litoral cearense é desabitado. A larga planície arenosa que o constitui, árida, desprotegida e capaz apenas de suportar uma vegetação rala e inútil, não se prestava ao estabelecimento do Homem. O mesmo prevalece no trecho que o sucede para leste, a costa setentrional do Rio Grande do Norte. Koster percorreu esta região em 1808, viajando de Natal para Aracati, e sofreu consideravelmente da sua aridez e falta de água potável. Encontrou um povoamento escasso, algumas raras e miseráveis habitações que apareciam distantes muitas léguas umas das outras(18). Koster seguiu um caminho mais arredado para o interior: na fimbria marítima, a extração do sal marinho deu alguma vida ao trecho que vai da foz do Moçoró à do Açu: as baixas precipitações e a intensidade da evaporação nesta atmosfera seca e superaquecida contribuem para a alta salinidade naquele ponto

(17) Castro Carreira, *Descrição do Ceará*, 129.

(18) Koster, *Voyages* I cap. VI.

das águas do mar, e fazem da região o maior produtor de sal da colônia(19). Na mesma costa, pouco mais adiante e começando na ponta dos Três Irmãos, uma linha de bancos de areia, precursores dos recifes da costa oriental, concede alguma proteção ao litoral, até aí desabrigado, e o povoamento reaparece, embora ralo, num pequeno trecho.

Alcançamos assim o primeiro dos grandes núcleos do povoamento da faixa costeira do Brasil, e que já analisei acima; é aí, na costa oriental do Rio Grande do Norte, embora timidamente ainda, que ele se inicia. Saltemo-lo para chegar ao seu limite meridional, na altura de Maceió. Daí para o sul, interrompe-se a linha contínua de recifes que é a principal causa, para o norte, da concentração do povoamento. A navegação já não encontra o abrigo que contra a impetuosidade do mar oferecem os recifes. Também o arrasto de areias, resultado também da falta de cobertura, reaparece como no Ceará e no litoral setentrional do Rio Grande do Norte, obstruindo as endentações da costa, uniformizando a orla marítima e dificultando o seu acesso. E à medida que se desce para o sul, em direção da baía de Todos os Santos, tais dificuldades se agravam. Também as terras já não são as mesmas e os solos de culturas escasseiam. Em Sergipe, ainda simples comarca da Bahia, salvam-se alguns rios acessíveis pelo mar para pequenas embarcações: o São Francisco, o Japarutuba, o Cotinguiba, o Vaza-Barris, o Real com seu afluente da margem norte, o Piauí. O Cotinguiba em particular, que banha os campos do mesmo nome, famosos pelo açúcar que produziam(20): dos 140 engenhos sergipanos, a grande maioria localiza-se aí. Apesar disto, o povoamento decresce consideravelmente, com relação ao setor que fica ao norte e forma o núcleo pernambucano; e escasseia de todo no litoral baiano que se estende até o Recôncavo.

A este já me referi como sendo o principal núcleo de povoamento da faixa costeira da colônia, graças a fatores estritamente locais. Para o sul dele, começa um setor litorâneo de características especiais e particulares, sem paralelo até o ponto em que nos encontramos. A costa que achamos até agora é sem exceção baixa, alagadiça e com uma vegetação intrincada, mas de pequeno porte até o Maranhão, arenosa e árida daí por diante, vestida de um manto florestal, já bastante desbastado pelo Homem, entre a Paraíba e Alagoas; mas sempre rasteira e plana. Agora ela muda inteiramente de aspecto. Da baía de Todos os Santos para o sul, as terras altas do interior aproximam-se do litoral e terminam nele, a pouca distância da praia, por uma serra íngreme

(19) Veja-se o capítulo abaixo sobre as *Produções extrativas*, nota final.

(20) Vilhena, *Recopilação*, 604.

berta da vegetação florestal densa. De espaço em espaço, a praia desaparece, interrompida por um último contraforte da serra que avança em promontório pelo mar. Uma série de rios paralelos, alguns de certo vulto, abrem neste setor da costa barras acessíveis à navegação. A lentidão de suas águas neste último trecho plano em que correm antes de atingir o mar, fá-los ramificar-se em canais e lagunas de águas paradas que tornam o lugar malsão. Apesar disto, na desembocadura de cada um daqueles rios ou canais formar-se-á um pequeno núcleo: Camamu, Barra do Rio de Contas, Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro, Caravelas são os principais. Caracteriza-se este povoamento pela sua concentração exclusiva na orla marítima; não penetra aí além de poucas léguas, em regra até menos, e se aglomera exclusivamente na foz dos rios e na sua redondeza imediata. A mata densa que acompanha o litoral a pouca distância, formando uma larga faixa ininterrupta e de passagem difícil, bem como relevo acidentado, sobretudo de Porto Seguro para o sul, onde atinge a linha de grandes altitudes da Serra do Mar, são os fatores que isolaram o litoral, separando-o por completo do interior. O povoamento se desenvolveu, neste e naquele setor, independentemente um do outro, formando compartimentos entre si estanques. E isto se pode dizer tanto das antigas capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, incorporadas mais tarde à Bahia (a última só nas vésperas da Independência) como da do Espírito Santo. As primeiras comunicações entre o litoral e o sertão, nesta altura do território brasileiro, só foram abertas em princípios do séc. XIX: pelo rio Doce e sua variante por terra; pela estrada do Mucuri, de São José de Porto Alegre e Bom Sucesso, em Minas Gerais; o caminho de Belmonte, e o de Ilhéus para aquela mesma capitania interior. Voltarei a estas vias em outro capítulo. Mas até a data de sua inauguração, como depois dela, pois as novas comunicações não suprimiram senão parcialmente e muito tarde as deficiências do litoral, os núcleos que nele se formam, isolados na costa, vegetam. Explicam este isolamento, em grande parte, o pequeno progresso das capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, em contraste com as do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e outras para o Norte. A causa já era notada pelo arguto autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás*, já citado acima.

O isolamento destes núcleos da costa não é aliás apenas com relação ao interior, mas deles próprios entre si, mercê dos obstáculos opostos ao trânsito por terra. O Desembargador Luís Tomás de Navarro, incumbido em 1808 de percorrer o litoral da Bahia ao Rio de Janeiro, a fim de estudar o estabelecimento de uma linha de correio, anotava tais obstáculos que segregam vilas e povoações umas das outras: rios invadeáveis, praias de areia

fina em camadas espessas que fazem a marcha sumamente penosa, interrompidas a cada passo pelos promontórios abruptos que avançam do interior para o mar e tinham de ser escalados (21). Vegetaram assim estes núcleos, formando pequenos compartimentos estanques, com saída unicamente para o mar, e cuja vida precária se sustentava com a produção de alguns gêneros que se exportam para a Bahia e o Rio de Janeiro: farinhas, peixe, algum café.

Acresce ainda um óbice ao desenvolvimento desta infeliz região: a hostilidade do gentio. A serra e mata que a perlongam a pouca distância serviram de abrigo e são o último reduto dos indígenas, que não se submeteram nesta parte da colônia, ao avanço e ocupação dos brancos. Estes, num amplo movimento de tenazes, atacam simultaneamente as nações indígenas no litoral e em Minas Gerais; apossados de ambos os lados, os remanescentes, que são numerosos, se refugiam nesta área intermediária de florestas indevassadas ainda pela colonização; e assim permanecerão até o séc. XIX. Daí eles descerão periodicamente sobre a costa, saqueando e destruindo (22). Entre eles destacam-se os feroces *Aimorés* conhecidos vulgarmente por *Botocudos*, devido ao círculo de pau semelhante a um botoque que usavam engastado no lábio inferior. São os mais terríveis, e respeitados por todas as demais nações indígenas vizinhas, com que estão em hostilidades contínuas. São também os que mais freqüentemente "visitam" o litoral. Tinham-se aquietado depois das campanhas e investidas do Capitão-mor João Domingos Monteiro, no terceiro quartel do séc. XVIII, e houve um hiato de hostilidades que durou até 1786, quando recomeçam com tal insistência que muitos sítios se despovoam e outros decaem consideravelmente. Em 1808, informa o sargento-mor de Caravelas, que apossados pelos bárbaros, tinham sido os moradores obrigados a abandonar as férteis terras mais entranhadas para o interior, contentando-se em lavar as

(21) *Itinerário da Bahia ao Rio de Janeiro*.

(22) Note-se que estas incursões indígenas são intermitentes, o que aliás permite aos estabelecimentos coloniais do litoral sul da Bahia e do Espírito Santo respirarem e se reconstituírem depois de cada assalto. Esta intermitência, que se verifica em caso semelhante em Goiás, sugere a hipótese, a par do temor que depois de cada assalto rechaçado mantêm os índios aquietados, de causas mais profundas e gerais das periódicas incursões. É possível que o crescimento vegetativo das nações indígenas provocasse periodicamente certa diminuição relativa dos recursos alimentares da floresta, únicos de que se sustentavam; as incursões, seguidas naturalmente de grande mortandade entre eles, restabelecia o equilíbrio. Vicissitudes climáticas também teriam possivelmente seu papel. São pontos estes ainda totalmente obscuros, mas que merecem a atenção dos historiadores.

áreas estéreis e pantanosas vizinhas do mar(23). O Espírito Santo não sofre menos. Nos primeiros anos do século passado os selvagens ainda chegavam nas suas tropelias até duas léguas apenas distantes da capital(24). É isto que determinará o governo em 1808, a declarar guerra ofensiva aos Aimorés, matéria sobre que voltarei com mais vagar noutro capítulo.

Retornemos ao nosso assunto. No trecho espírito-santense deste setor do litoral que nos ocupa — espírito-santense segundo os limites atuais do Estado; em princípios do século passado a divisa entre esta capitania e a de Porto Seguro era pelo rio Doce, — do rio Mucuri para o sul, e em particular além da barra do São Mateus, a costa se abaixa sensivelmente, e penetra-se numa zona de terras alagadiças e uma linha costeira pejada de extensos depósitos arenosos. O povoamento desaparece inteiramente neste lugar onde falta até água potável; e depois de São Mateus, pequeno povoado de índios e mestiços, marcha-se por um deserto de 18 a 20 léguas. O Desembargador Navarro, acima citado, entendia que para se poder fazer passar aí o correio e tornar possível o trânsito de viajantes, era preciso cogitar, antes de mais, do estabelecimento de alguma povoação que servisse de pouso e recurso. O Príncipe Maximiliano sofreu neste trecho, por ocasião de sua viagem em 1816, as maiores atribulações, inclusive sede (25). Tais condições se prolongam até a barra do Santa Cruz, onde reaparecem terras altas e a Serra do Mar se aproxima novamente do litoral. Aí começa a parte propriamente povoada do Espírito Santo, em circunstâncias que se assemelham às de Porto Seguro e Ilhéus. Seriam cerca de 19.000 habitantes em 1813(26), concentrados e agrupados nas barras e abrigos do litoral, que com a exceção da baía do Espírito Santo, em cujo contorno e ilha, onde está a capital, se reúne a maior parte da população da capitania, são todos núcleos de insignificantes proporções; este povoamento penetra ligeiramente o interior das terras aproveitando alguns rios navegáveis num curto trajeto por pequenas embarcações; particularmente o rio Jecu, o Santa Maria, o Benevente e o Itape-mirim. No Doce, infestado pelos Aimorés, quase nada havia senão o quartel de Linhares, fundado nos primeiros anos do século passado para a defesa da capitania.

Chegamos assim à capitania do Rio de Janeiro, que constitui o terceiro e último, em direção ao sul, dos três maiores núcleos de

(23) Cit. p. Navarro, *Itinerário da Bahia ao Rio de Janeiro*, 431.

(24) Francisco Manuel da Cunha, *Informação sobre o Espírito Santo* (1811) 246.

(25) *Voyage*, I, 342.

(26) *Notas para a história do Espírito Santo*, coligidas por J. J. Machado de Oliveira, 197.

povoamento do litoral brasileiro. Daí por diante, de Parati, limite da capitania para o sul, o povoamento se torna de novo escasso. A característica essencial de toda esta marinha meridional da colônia é a grande proximidade, mais que em qualquer caso anterior, da Serra do Mar, erguendo-se paralelamente e cosida a ela numa barreira abrupta de altitude contínua superior a mil metros, e que, baixando embora ligeiramente, se estende até o paralelo de 30°, isto é, quase o limite meridional extremo da colônia. Ela separa do interior a marinha de três capitanias: São Paulo, que inclui o atual Paraná, então comarca paulista de Paranaguá, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. Espremido contra o mar pelos contrafortes da Serra, quase isolado do interior pelo obstáculo daquele forte aclave, o povoamento deste trecho do litoral da colônia estacionou, apesar dos portos numerosos e bem abrigados, como São Sebastião e Santos em São Paulo, e da grande articulação da costa no Paraná. Outra circunstância que desfavorece este setor da colônia é sua posição excêntrica, afastada como está do foco e das fontes da colonização brasileira, bem como dos mercados para os grandes produtos coloniais, que se acham na Europa. O desenvolvimento da agricultura local foi seriamente desfavorecido por este afastamento; e embora tenha sido São Vicente o primeiro, e durante algum tempo, importante centro açucareiro, ele perde muito cedo esta posição de destaque em favor de seus concorrentes mais bem situados do Norte; já antes do fim do primeiro século acha-se num plano bem medíocre e secundário. Quase todos os estabelecimentos coloniais desta marinha meridional, que não ultrapassam aliás, em conjunto, uma dezena, ficaram restritos a uma vida local e vegetativa, com escassas comunicações para o interior, e por cabotagem com o Rio de Janeiro, centro principal de consumo de seus produtos: um pouco de açúcar e aguardente, farinhas e madeiras. Destacam-se apenas Santos e Paranaguá, sobretudo o primeiro, em maiores comunicações com o interior que por ali exportava a produção crescente do planalto paulista. No litoral catarinense a população se adensa; em particular na Ilha de Santa Catarina, núcleo principal da capitania e sítio da capital, então ainda Nossa Senhora do Desterro. A sua densidade, nos 540 km² da ilha, atinge um índice notável para a colônia: 25 hab. por km² (27). Saint-Hilaire aponta esta concentração, em 1820, como uma das causas do empobrecimento da ilha, que dados os processos agrícolas rudi-

(27) Isto em 1820, tomando os dados que apresenta Saint-Hilaire, *Voyage aux provinces de Saint-Paul et de Sainte Catherine*, II, 320: 14.000 hab. — João Antônio Rodrigues de Carvalho, mais preciso, dá para 1824, 15.533 hab. *Projecto de uma estrada de Desterro às Missões do Uruguai*, 508.

mentares e primitivos que se empregavam, se tornara, apesar de sua fertilidade natural incapaz de sustentar tão numerosa população (28). Daí a necessidade de emigração para o continente, o que aliás não se fazia na proporção exigida porque a população local, de hábitos altamente sociáveis, só emigrava em grupos numerosos, o que naturalmente embarça o deslocamento. Esta observação, que também é do naturalista francês citado, nos põe diante de um dos aspectos mais interessantes, embora de vulto mínimo, da colonização portuguesa do Brasil. Aquela circunstância é um dos caracteres que tomou este tipo especial de colonização, a emigração provocada (sobretudo de ilhéus dos Açores), de *casais*, isto é, famílias constituídas, com que se povoaram alguns raros pontos da colônia. O governo concedia-lhes passagem gratuita e facilidades para o estabelecimento: terras (sempre em pequenos lotes), instrumentos agrícolas, sementes, etc.; e eles partiam para seu destino em grupos numerosos indo ocupar regiões previamente demarcadas para recebê-los. Este tipo de colonização, inteiramente diverso daquilo que se observa no geral da colônia, teve resultados muito interessantes, que ainda veremos no correr deste livro, e de que os dois que acabamos de notar, isto é, o rápido crescimento da população e os seus hábitos altamente sociáveis, são dos mais salientes. O sistema de colonização por casais foi adotado pela metrópole para povoar regiões próximas às fronteiras e ameaçadas de agressão externa. Santa Catarina, que estava no caso, foi assim beneficiada. Sobre tudo isto, aliás, voltarei em lugar próprio. Por ora, basta-nos constatar o adensamento da população neste setor da colônia. Aliás não só na ilha, mas também na terra firme, em alguns de seus pontos. Assim, reportando-me ainda a Saint-Hilaire, posso citar em particular este pequeno trecho de uma légua escassa, na proximidade da foz do rio Itajubá, onde o viajante francês se admirou de ver uma área inteiramente cultivada, sem espaço vago algum e onde as propriedades se aproximavam umas das outras tanto como nos arredores imediatos do Rio de Janeiro (29). Coisa que, no campo brasileiro, é tão excepcional e índice de condições tão particulares, que merece ser lembrado.

De Laguna para o sul a feição da costa se modifica novamente. Desaparecem as endentações tão características para o norte, estas articulações numerosas que dão bons portos, abrigos e facilitam as comunicações e portanto o estabelecimento e progresso do Homem. O litoral é acompanhado por largos estirões arenosos, sucedendo-os, para o interior, terras baixas semeadas de lagunas. O povoamento desaparece nesta acanhada nesga de ter-

(28) *Voyage* cit., II, 332.

(29) *Voyage* cit., II, 304.

renos inaproveitáveis que a serra, aproximando-se da linha costeira à distância de uns poucos quilômetros, deixa livre apenas para as comunicações entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Comunicações de alguma importância, pois por aí transita o gado que vai desta última a fim de abastecer a primeira. Historicamente importantes também, tendo sido esta a passagem dos primeiros povoadores chegados ao território rio-grandense, iniciando a ocupação para os portugueses da futura capitania.

No ponto em que a Serra do Mar, até aí orientada norte-sul e acompanhando o litoral, inflete bruscamente, em ângulo reto, para oeste, formando com sua escarpa o limite meridional do planalto brasileiro, abrem-se na proximidade da costa, livre inteiramente da montanha que se internou pelo território, os tão conhecidos campos do *Viamão*, limitados ao norte e ao sul respectivamente pela serra e a lagoa dos Patos. De topografia plana, estendendo-se por larga área, cobertos de uma vegetação rasteira de gramíneas que se entremeia de pequenos bosques esparsos, com águas abundantes e um clima ideal, estes campos não poderiam ser melhor escolhidos para a criação de gado; e assim o foram por aqueles primeiros colonos que chegados de Laguna aí se estabeleceram em 1719 (30). Depois de um século de exploração rudimentar destes pastos naturais em que nada se fazia para melhorar ou mesmo só conservar os dons da Providência, eles começam a se exaurir por efeito da tosa que neles praticam os animais, bem como das queimadas (que se faziam e ainda se fazem em todo o Brasil, como é sabido, para renovar a vegetação ressequida da estiagem.) Saint-Hilaire, viajando por aí em 1820, já notava esta decadência das pastagens do Viamão, que já não conseguiam suportar mais que um gado de pequeno porte (31). As estâncias, em consequência, vão-se deslocando para oeste; em 1820, o caminho que conduzia de Viamão para os campos de cima da Serra (Vacaria), e daí para São Paulo, e por onde seguiam as boiadas e sobretudo tropas de bestas, estava quase abandonado e reduzido a uma simples picada (32). Substituíra-o outro cujo ponto de partida estava mais próximo das grandes e mais importantes estâncias deslocadas para oeste: o da Boca do Monte (Santa Maria), que daí ascendia à Serra em demanda do caminho de São Paulo. Aí se fixariam aliás, definitivamente, as comunicações do Rio Grande com o Norte e o resto do país; e a estrada de ferro moderna aproveitaria, quase um século depois, o seu traçado.

(30) Dreys, *Notícia descritiva do Rio Grande do Sul*, 157.

(31) *Viagem ao Rio Grande do Sul*, 47.

(32) Dreys, *Notícia descritiva*, 121.

Os campos da Vacaria, desprezados, tinham-se despovoado. Assim mesmo, Saint-Hilaire encontrará neles estâncias suficientemente aproximadas para pousar nelas sucessivamente, em todas as noites de sua viagem para Porto Alegre.

Ao sul dos Campos de Viamão estende-se a Lagoa dos Patos. Sua margem oriental, beirando o oceano, é formada por uma restinga, que, exclusivamente arenosa na sua extremidade sul, cobre-se de vegetação rasteira e pobre da localidade do Estreito para o norte. Estabeleceram-se nesta restinga algumas estâncias de gado, que sofre consideravelmente na estação das chuvas quando o terreno, baixo e quase no nível do mar, se cobre de água, deixando poucos espaços enxutos. Trata-se por isso de um povoamento escasso e de poucos recursos. A população se concentrou mais para dentro das terras, na outra margem da lagoa, ou antes, nos dois extremos dela; ao norte, no largo estuário do rio Jacuí, o Guaíba, onde se edificou a capital, Porto Alegre; e ao sul, onde a lagoa se abre para o mar e onde se situou, embora em péssimas condições para que não houve alternativa, o porto marítimo da capitania, São Pedro do Rio Grande. Pouco afastado dele, no rio São Gonçalo, que é o canal que liga as lagoas dos Patos e Mirim, está uma zona que em princípios do século XIX, aliás já desde fins do anterior, se povoava e desenvolvia intensamente. Isto graças às *charqueadas* onde se prepara e seca a carne fornecida pelas estâncias do interior, e cuja exportação para todos os portos da colônia se inicia em larga escala naquele período. Ali se formaria, pouco depois, a cidade de Pelotas. A igreja local, elevada a paróquia em 1811, indicava o progresso do lugar.

Alcançamos aqui o Extremo-Sul da colônia; mais para baixo, até o arroio Chui ou os *Castilhos Grandes*, pontos entre os quais oscilava uma fronteira ainda incerta, estava uma zona de soberania indecisa cuja vida a guerra incessante até o penúltimo quartel do séc. XVIII, e que recomeça em 1801, impediu de se estabilizar. Encontravam-se nela apenas uns postos militares com suas guarnições.

Visto assim todo o litoral da colônia, sua parte mais povoada, afastemo-nos agora do mar para lançar as vistas sobre o que se passa além da marinha, neste imenso território interior que abrange dois terços do continente sul-americano.

Povoamento Interior

Já me referi aos fatores principais que determinaram a penetração do povoamento pelo vasto interior da colônia, e que embora na maior parte a oeste da linha de *Tordesilhas* e cabendo por isso, de direito, nos domínios castelhanos, passou para os portugueses e seus sucessores brasileiros. Foram tais fatores a mineração e a dispersão das fazendas de gado. No Extremo-Norte, na Amazônia, atuam circunstâncias locais e próprias que analisarei em último lugar.

Entre a mineração e o avanço dos rebanhos ocorre, no que diz respeito ao povoamento, uma primeira diferença que devemos logo notar. A primeira impele o Homem num arranco brusco, do litoral para o coração do continente; não há contigüidade na expansão: os núcleos mineradores vão surgir muito longe dos pontos de partida das correntes migratórias, e no espaço intermediário permanecerá o deserto que só raras vias de comunicação atravessam. Estas articulações das minas com o litoral, donde lhes vem a vida e para onde se encaminha sua produção, às vezes nem ao menos respeitam o traçado dos roteiros e primeiras vias utilizadas para alcançá-las. Assim os núcleos que se formam em torno das explorações do centro de Minas Gerais, que são cronologicamente as primeiras e ficarão sendo definitivamente as principais, aqueles núcleos se destacam da origem donde tinham partido os descobridores e as primeiras levas de povoadores, e que é São Paulo; destacam-se também do segundo centro de irradiação do povoamento que as ocupou, a Bahia; e vão convergir para o Rio de Janeiro, cujas comunicações com as minas só se estabelecem nos primeiros anos do séc. XVIII, quando elas já estavam bastante povoadas. As vias paulistas e baianas, apesar da prioridade, serão relegadas a um plano secundário.

isto serve para ilustrar a forma que tomou a dispersão mineradora; de tão brusca e violenta que é, até perde contacto com as fontes de onde brotou. Coisa muito diversa se passa com a penetração levada pelas fazendas de gado. Dos seus focos, cujo principal é a Bahia, as fazendas, e com elas o povoamento, vão-se espalhando paulatinamente para o interior. A sua expansão é por conti-

güidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contacto íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro irradiador. Da Bahia, tomemos este exemplo, o movimento da dispersão, começando já em fins do séc. XVI, alcança o rio São Francisco em meados do seguinte (1); sobe-lhes as margens, tanto direita, como esquerda, povoando todo o curso médio do rio com tantas fazendas que provocam em 1711 admiração de Antonil. Daí, transposta para o Norte a bacia do São Francisco, as fazendas invadem o que é hoje Piauí, descendo pelo rio Gurgueia e por aquele que deu seu nome à capitania.

Expansão rápida, não há dúvida — o seu mecanismo propulsor que explica tal rapidez será analisado em outro capítulo, — mas que fica muito longe da mineração; que fica longe dela também em área global abarcada; sobrepassando-a contudo em territórios efetiva embora raramente ocupados. E contíguos: ao contrário do povoamento provocado pela mineração, não se constitui de núcleos que surgem isolados no interior e largamente afastados uns dos outros, bem como de seus centros de origem no litoral.

Esta diferença determina uma estrutura de povoamento inteiramente diversa no Centro-Sul, setor da mineração, e no sertão do Nordeste. No primeiro o que vamos encontrar quando cessam a expansão mineradora, as explorações e novas descobertas que se sucedem continuamente, provocando migrações e deslocamentos bruscos da população; quando, numa palavra, se sedimenta e estabiliza o povoamento — e isto se verifica cerca de meados do séc. XVIII —, o que vamos encontrar então é uma nebulosa de estabelecimentos mais ou menos separados e isolados uns dos outros, e disseminados por uma área que não é inferior a dois milhões de quilômetros quadrados, isto é, que forma todo o miolo do que hoje constitui o território brasileiro; abrangendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, parte de Mato Grosso e um pouco da Bahia. Aproximadamente 600.000 habitantes, ou seja pouco menos de um quinto da população total da colônia, ocupavam esta área em começos do séc. XIX.

Aquela nebulosa de estabelecimentos mineradores se agrupa em três núcleos de maior densidade. Cada qual constituirá, administrativamente, uma capitania: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. Analisemo-los nesta ordem, que é a de seu aparecimento e entrada em cena da História.

Em Minas Gerais, o centro de condensação (para empregar um termo emprestado à Física é que a distribuição do povoamento

(1) Sobre a expansão da colonização na Bahia, em particular das fazendas de gado, são muito interessantes os estudos de Felisbello Freire, que usou como fonte as cartas de sesmaria. *História territorial do Brasil*.

que ora analisamos sugere tão vivamente) está localizado numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha; mais ou menos entre os pontos em que se formaram a vila de Lavras e o arraial do Tejuco (Diamantina). Ela corresponde à serra do Espinhaço, e geologicamente, a uma formação peculiar do terreno, as séries de Minas e de Itacolomi, ambos do *algonquiano*, onde se verificaram os principais afloramentos de ouro no país. Este fato explica suficientemente a concentração aí do povoamento, multiplicando-se as aglomerações, às vezes bem próximas umas das outras, e cujas principais são: as vilas de São João e São José del-Rei (Tiradentes), Vila Rica (Ouro Preto); cidade de Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e Arraial do Tejuco (Diamantina), onde, como se sabe, exploraram-se os diamantes.

Em torno deste núcleo central, que constitui propriamente as “minas gerais”, nome que mais tarde se estende a toda a capitania, foram surgindo outros secundários: Minas Novas, a nordeste, ocupadas desde 1726, Minas do Rio Verde, com Campanha por centro principal, que são de 1720; Minas do Itajubá, onde se formaria a cidade deste nome, exploradas a partir de cerca de 1723; Minas do Paracatu, a oeste, que são as últimas descobertas, em 1744.

Outros núcleos de povoamento tiveram origem em atividades subsidiárias da mineração ou que a elas se substituíram quando começa a decadência das explorações na segunda metade do séc. XVIII. As regiões mineradoras não eram, em conjunto, favoráveis nem à agricultura nem à pecuária. O relevo acidentado, a natureza ingrata do solo se opunham a tais indústrias. Para o abastecimento da população que nelas se adensou, o que se fez com grande rapidez, teve de se recorrer, a princípio, a territórios não muito próximos. A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco (Bahia). Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiram mais a margem do rio, alcançando o território que é hoje mineiro, e penetram até o rio das Velhas. Povoou-se assim uma área contígua ao norte dos centros mineradores. Ao sul deles, na bacia do Rio Grande, que formaria a comarca do Rio das Mortes, instala-se, de permeio com os estabelecimentos mineradores locais, de pequeno vulto e logo decadentes, um outro centro pastoril. Constituirá o que hoje se denomina o Sul de Minas. O progresso da pecuária nesta região, favorecida por condições naturais destacadas, foi rápido; e já em 1756 descia gado daí para São Paulo, concorrendo com o fornecimento dos campos do sul — Curitiba e Rio Grande (2). Aliás, a par da pecuária, pratica-se

(2) *Rotreiro do Maranhão*, 62.

na comarca do Rio das Mortes alguma agricultura, e o Rio de Janeiro se abastecerá aí de muita coisa; de modo que a população se adensa bastante.

Nestas condições, a população da capitania, que em fins do séc. XVIII orçaria por 500.000 habs., ficou distribuída da seguinte forma: uma faixa central, estendida de Lavras ao Tejuco, compreendendo a parte mais antiga, mais povoada, e apesar da decadência da mineração, ainda a mais importante da capitania; articulada com quatro regiões distintas, distribuídas em torno dela, e todas menos povoadas. São na ordem de importância, as seguintes: ao sul, a comarca do Rio das Mortes (Bacia do Rio Grande e seus principais tributários: Mortes, Sapucaí e Verde), zona sobretudo de pecuária, também agrícola, e onde a pequena mineração que se praticara no passado quase desaparecera de todo. A *nordeste*, as Minas Novas (bacia do Araçuaí), antiga região mineradora decadente que evoluía já quase inteiramente para a agricultura, em particular do algodão. A *oeste*, a comarca de Paracatu, também zona de mineração decadente que se tentava refazer com a pecuária. Para o *norte* finalmente, o sertão do rio de São Francisco, zona de fazendas do tipo sertanejo — no capítulo relativo à pecuária veremos este ponto — escassamente povoada e mais ou menos vegetativa no ingrato meio físico que é o seu.

Passemos agora ao segundo grande núcleo de povoamento derivado da mineração, e que constitui a capitania de Mato Grosso. Segundo apenas cronologicamente, pois em importância ultrapassa-o Goiás. Descobriu-se o ouro, ali, precisamente em Cuiabá, no ano de 1718. Porém jazidas e aluviões escassas, comparadas às de Minas Gerais. O afluxo de população foi muito menor, a decadência mais acentuada e rápida. Daí uma estrutura demográfica muito mais simples. Ao abrir-se o século passado achava-se a capitania reduzida a dois pequenos centros insignificantes: Cuiabá, com seus 19.731 habs. (3), concentrados na vila daquele nome e arraiais da sua proximidade e Mato Grosso (Vila Bela), com 7.105 habs. apenas em todo seu distrito; centro de pequena mineração que nunca se desenvolveu apreciavelmente. Apesar disto, capital da capitania desde 1746, quando foi elevado a vila, graças à sua posição estratégica nas margens do Guaporé, e dominando aí as fronteiras com os domínios castelhanos. Afóra isto, nada mais havia na capitania que os fortes e praças armados, com suas guarnições e dependências que protegiam as fronteiras da colônia: forte do Príncipe da Beira, no Guaporé, próximo à sua confluência com o Mamoré; Coimbra, Miranda e Albuquerque. A guarnição destes fortes era

(3) Os dados demográficos de Mato Grosso são do mapa do gov. Caetano Pinto. *População da Capitania de Mato Grosso em 1800.*

em 1800 de 421 homens, e mais 230 paisanos dependentes deles. Havia ainda na capitania os 213 moradores da fazenda Camapoã, onde se formou a cidade deste nome, e onde se fazia o transbordo por terra, do rio Pardo ao Camapoã, das canoas que serviam na navegação fluvial de São Paulo a Cuiabá.

Chegamos assim ao terceiro e último grande núcleo de povoamento de origem mineradora. É Goiás. Ele se divide em dois agrupamentos, um ao sul, outro ao norte. No primeiro, onde está a capital da capitania, Vila Boa, é onde primeiro se fizeram descobertas de ouro, em 1725. Esta divisão natural será reconhecida administrativamente em 1809 quando se reparte a capitania em duas comarcas(4).

A decadência de Goiás, que data, como a dos demais centros mineradores da colônia, do terceiro quartel do séc. XVIII, se não já de antes, foi ainda mais acentuada e sensível; e isto porque quase nada veio suprir o esgotamento das suas aluviões auríferas. O Brigadeiro Cunha Matos afirmava que ainda em 1824, quando descreveu a capitania, não havia na comarca do Sul, a mais importante, 100 pessoas sequer que acreditassem em outra coisa que na mineração(5); apesar das evidências, desprezava-se qualquer outra ocupação. O povoamento por isso, uma vez que as minas já não davam mais quase nada, se reduzira consideravelmente. Em 1804 sobravam em toda a capitania pouco mais de 50.000 habitantes, sendo 36.000 na comarca do Sul(6). O povoamento desta, além de maior, se agrupava mais, concentrando-se sobretudo no extremo sudeste da capitania(7), entre os Montes Pireneus, que fazem o divisor das águas do Tocantins e do Paranaíba, e este último. Para oeste, onde se dirige o caminho que demanda Cuiabá, o último estabelecimento regular era o dos rios Claro e Pilões, onde se descobriu ouro e se estabelecera um povoado desde meados do séc. XVIII. Encontrando-se aí, pouco depois, diamantes, o governo

(4) A sede da comarca do Norte foi localizada numa vila a ser criada na confluência dos rios Tocantins e Araguaí, onde já havia o registro de São João das Duas Barras e um presídio militar. Provisoriamente, a sede ficou no arraial do Carmo, passando a Porto Real (hoje Nacional) em 1810, e para São João da Palma em 1814. Mas o nome oficial da comarca ficou sendo o da sua sede nominal, *São João das Duas Barras*.

(5) *Corografia histórica*, 291.

(6) Luís Antônio da Silva e Sousa, *Memória sobre a Capitania de Goiás*, 482.

(7) Sudeste do território atual de Goiás, excluído o Triângulo Mineiro que então fazia parte da capitania. Esta última área, compreendida entre os rios Grande e Paranaíba e que passará para Minas Gerais em 1816, estava escassamente povoada ao longo da estrada que conduzia para São Paulo, e um pouco mais na sua extrema oriental, onde estão Araxá, Desemboque e outros pequenos povoados.

metropolitano, seguindo a norma que adotara na matéria, vedou a região, expulsando os moradores e entregando a exploração das pedras, por contratos, ao conhecido Felisberto Caldeira Brant, que se notabilizaria mais tarde como contratador no Tejuco. Mas a exploração não deu resultados e se abandonou. Apesar disto, os rios Claro e Pilões continuaram por muito tempo vedados e a região deserta; só em 1803 se levantou a proibição. É um exemplo entre muitos outros — assunto sobre que voltarei adiante — dos processos administrativos da metrópole. Além destes estabelecimentos, mais ou menos precários, que se povoavam só na estação das chuvas em que a mineração era mais rendosa, só havia ao longo do caminho para Cuiabá algumas esparsas fazendas de gado.

Os povoadores da comarca do Norte achavam-se muito mais espalhados que no Sul, e ocupavam só o território a leste do Tocantins. A oeste eram só tribos de índios selvagens. O estabelecimento da navegação do Tocantins em fins do séc. XVIII impulsionou o povoamento para o Norte. É aliás sobretudo para favorecer e ativar aquela navegação que se criou a comarca do Norte. Ao longo do rio, embora em pequenas proporções, menos que se esperava, formaram-se alguns novos núcleos e apareceram algumas fazendas de gado. Até uma parte do território maranhense foi atingida por esta expansão goiana. Em 1810, um comerciante de Goiás, Francisco Pinto de Magalhães, erigiu um povoado na margem direita do Tocantins entre os rios Farinha e Manuel Alves Grande (8); aí se localizaria mais tarde a cidade maranhense atual de Carolina.

A comarca do norte de Goiás sofria duramente da hostilidade dos índios, em particular dos *Acroás* e *Xicriabás*, que dominavam inteiramente a margem ocidental do Tocantins e mesmo parte da outra margem em que se estabelecera a colonização. As suas incursões se repetiam periodicamente, e não se conseguira, ainda em princípios do séc. XIX, pacificá-los ou os repelir definitivamente (9). Só no distrito do arraial do Carmo havia em 1824, segundo refere o Brig. Cunha Matos, mais de noventa fazendas abandonadas, em grande parte pela hostilidade do gentio (10).

São estes, em suma, os grandes núcleos de povoamento formados pela exploração das minas. Outros havia de menor importância; assim na Bahia, em Jacobina e Rio de Contas. Lavrava-se um pouco de ouro por toda parte do interior da colônia, desde o

(8) Francisco de Paula Ribeiro, *Roteiro da Viagem...*, 73.

(9) Sabe-se que até hoje os índios de Goiás ainda não estão inteiramente dominados, e formam um dos últimos redutos de índios selvagens do país.

(10) *Corografia histórica*, 354.

Maranhão até o Paraná. Mas afora os pontos citados, é uma atividade insignificante que neles se pratica, aliás quase sempre esporádica e subsidiária de outras ocupações mais importantes. Não contribuem em nada ou quase nada para o povoamento e ocupação de novos territórios; em particular no momento de que ora tratamos. Passemos portanto a outra parte do interior brasileiro, o povoado pela expansão das fazendas de gado.

Já afirmei acima que à pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, e calculado em área efetivamente colonizada, ela ultrapassa a mineração. Vimos também que as fazendas de gado se alastram sempre por contigüidade, a partir de um ponto que representa o seu centro de irradiação. É esta a forma característica pela qual o povoamento que as acompanha se vai estendendo pelo interior. Aqueles centros de erradicação correspondem sempre a um núcleo agrícola, às vezes minerador. Cada vez que se formou um destes núcleos, liga-se a ele imediatamente uma zona de criação destinada a abastecê-lo de gado e carne. Os principais e mais antigos daqueles núcleos agrícolas, que são os do litoral do Nordeste açucareiro, desde Pernambuco até a Bahia, determinam também as maiores e mais notáveis zonas criatórias; seguem-nas, mais para o sul, as regiões pastoris de Minas Gerais, tributárias dos centros mineradores desta capitania; finalmente, no Extremo-Sul, do Paraná ao Rio Grande, estabelece-se uma última grande zona de criação destinada a abastecer os centros agrícolas do litoral-sul da colônia, em particular o mais importante deles que é o Rio de Janeiro. Outros menores e de importância mais local podem ser lembrados: assim, no passado, os Campos dos Goitacases, que antes de se tornarem agrícolas, como lembrei acima, serviam para fornecer gado ao Rio de Janeiro; e, no Extremo-Norte, a ilha de Joanes (Marajó), que abastece o Pará.

Começemos pelo Nordeste, que neste capítulo do povoamento é o que mais interessa. Em todo o interior do Nordeste, o sertão, compreendendo a vasta região que vai do médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites do Piauí e do Maranhão, aparecem com grande uniformidade condições geográficas muito particulares. O que nos interessa aqui de tais condições é a natureza do relevo e da flora. O primeiro se constitui de largos chapadões de terreno mais ou menos unido e plano; e a vegetação, ao contrário das densas matas que bordam boa parte do litoral e revestem outras áreas do território da colônia, é formada de uma associação florística que, sem ser rasteira, é bastante rala para oferecer passagem natural franca, dispensando para a instalação do Homem quaisquer trabalhos preliminares de desbravamento ou preparo do terreno. A agricultura era aí impossível: faltava água; mas o gado encontraria ho-

rizontes largos, podendo difundir-se à lei da Natureza, como foi mais ou menos o caso. A forragem que fornece a caatinga não é com certeza succulenta; concede no entanto um mínimo de subsistência para rebanhos pouco exigentes, de grande resistência, e sobretudo largamente esparsos, com áreas médias por cabeça consideráveis. Por seleção, o gado sertanejo foi apurando um tipo adaptado às dificuldades da região: não só muito rústico, mas dotado de um instinto notável na procura do escasso alimento que encontra nos seus pastos. A aspereza do clima também não era favorável ao progresso dos rebanhos; verdadeiras hecatombes periódicas são produzidas pelas secas prolongadas. Há, no entanto, a este respeito, zonas privilegiadas, como as margens do São Francisco, do Paraíba e seus afluentes, e outros rios de águas perenes, exceções raras nesta vasta região e que garantem pelo menos aquele elemento indispensável às populações locais e fazendas ribeirinhas.

Contrabalança em parte tais fatores desfavoráveis, a natureza salina do solo que dá os chamados "lamedouros", onde o gado encontra o sal de que precisa. Em certos pontos, a ocorrência deste mineral é suficientemente grande para dar lugar a uma exploração regular e comercial. É o que se verifica na zona que margeia o São Francisco, entre seu afluente o Salitre e a vila de Urubu.

Feitas as contas, não seriam as condições naturais dos sertões nordestinos realmente muito favoráveis à criação; e isto se comprovaria definitivamente em fins do séc. XVIII, quando como fornecedor de carne para os núcleos do seu litoral, eles serão desbancados pelo produto de outra procedência, o *charque rio-grandense*. Veremos este assunto noutra capítulo. Mas até então, favorecido pela proximidade de bons mercados, e na falta ainda de concorrentes, o sertão do Nordeste se manteve economicamente e progrediu. A colonização e o povoamento se espalharam por ele todo.

A penetração começou, já o vimos, desde o início da colonização e a partir de dois focos principais: Bahia e Pernambuco. A expansão, que neles respectivamente se origina, acaba confluindo e se confunde. Pode no entanto ser traçada à parte. A baiana, que por maior e mais característica foi abordada acima, ocupa desde princípios do séc. XVIII toda a área que compreende o atual território do Estado, inclusive a margem ocidental do São Francisco, então ainda parte da capitania de Pernambuco; mais o Piauí; e penetrando mesmo, num último arranco, pioneiro ainda no momento em que abordamos nossa história, o Maranhão, ocupa uma faixa de território que envolve o alto Itapicuru, rio das Balsas, e alcança o Tocantins na foz do seu afluente Manuel Alves Grande — o chamado *território dos Pastos Bons*. Tudo isto, que se pode considerar sertão baiano porque é dali, em última instância, que partem os povoadores e suas fazendas de gado, e se estabelecem as comuni-

cações, constitui o que Capistrano denominou com muita propriedade o "sertão interior", para distingui-lo do outro, o pernambucano, que seria o "externo" (11). Este último é mais próximo do litoral: daí a designação. A expansão pernambucana não se interna. Começou subindo para o norte, acompanhando a linha costeira; ocupou assim a Paraíba e o Rio Grande do Norte: a orla marítima e aos poucos o interior. No Ceará confluem os dois movimentos: o da Bahia, que de retorno do Piauí, se desvia para leste, atravessa o cordão de serras que separa esta capitania da do Ceará (serras de Ibiapaba, Grande), e se estabelece na região limítrofe, bacia do alto rio Poti, onde hoje está Crateús, e que por isso pertenceu de início ao Piauí, só sendo anexado ao Ceará em época muito recente, 1880 (12). Além disto, o gado do Piauí serviu sempre para recompor os rebanhos cearenses dizimados periodicamente pelas secas. O movimento baiano também se infiltra no Ceará pelo sul, nos Cariris Novos. E enquanto isto, o pernambucano alcança o Ceará pelo oriente e vai ocupar a bacia do rio Jaguaribe.

Completa-se assim a ocupação de todo o sertão nordestino. Mas enquanto devassado integralmente desde os primeiros decênios do séc. XVIII e mais ou menos povoado em toda parte, esta ocupação está longe de se distribuir uniformemente. Pelo contrário, é muito irregular. De uma forma geral, escassa e muito rala: o pessoal das fazendas de gado, únicos estabelecimentos do sertão, não é numeroso. Onde também um comércio, afora a condução de gado, pouco intenso, resultando daí aglomerações urbanas insignificantes e largamente distanciadas umas das outras. Mas dentro desta baixa densidade demográfica geral, o povoamento se concentra mais em algumas áreas. Os fatores naturais, em particular o da água, tão preciosa neste sertão semi-árido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana: na do São Francisco, dos rios do Piauí, do alto Maranhão (território dos Pastos Bons). Antonil faz uma enumeração, que embora de 1711, ainda prevalece nas suas linhas gerais cem anos depois, no momento que nos ocupa (13). Intercalam estas regiões mais favorecidas, extensos desertos que só as vias de comunicação atravessam. Ao longo delas estabelecem-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais, para prestarem concurso às boiadas que transitam na proximidade, ou para recolherem, a

(11) Capistrano sugere a hipótese muito interessante de diferenças da população sertaneja de um e outro sertão. No ponto em que se acham os estudos históricos atuais, nada as pode afirmar a este respeito. O que não padecer dúvida é o tipo característico do sertanejo em geral, em oposição às demais populações da colônia. *Capítulos de História Colonial*, 277.

(12) Em virtude do Dec. n.º 3012 de 22 de outubro daquele ano.

(13) *Cultura e opulência do Brasil*, 262.

baixo preço, alguma rês estropiada pelas longas caminhadas e constituiriam assim uma pequena fazenda. As cacimbas, poços d'água, congregam quase todo o resto do povoamento. Assim, onde o lençol subterrâneo é mais permanente e resistente às secas, bem como acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população sertaneja, o povoamento se adensa. "Olho d'água" é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do sertão: a atração do líquido é evidente.

A parte a pecuária, reduzida é a atividade dos sertões nordestinos. A agricultura é praticada subsidiariamente em pequena escala para subsistência das próprias fazendas. Existem no entanto algumas regiões de populações cultivadoras. Mas são raras. Destaca-se a vertente norte da Chapada do Araripe, no Ceará: os Cariris Novos, onde as águas brotam com relativa abundância dos flancos da montanha; formou-se aí um verdadeiro oásis no deserto agreste das caatingas cearenses. Outra região agrícola borda a margem do Parnaíba e de seus afluentes piauienses: o Poti e o Gurgueia. Em menor escala, o Jaguaribe no Ceará. O gênero de vida nestas regiões provocou um povoamento mais adensado. Acresce nelas o comércio, pois são todas pontos de contacto e de trânsito de certa importância. Também no São Francisco encontram-se outras atividades que não a pecuária (14). No trecho compreendido entre Juazeiro e Urubu, não só se explora o sal, como referi, e de que se abastece boa parte do sertão baiano, do mineiro e até de Goiás, mas ele ainda constitui um importante entroncamento das comunicações do sertão. Em último lugar, contribui para reforçar o povoamento do sertão nordestino a pequena mineração, já lembrada, da Chapada Diamantina, concentrada em dois pontos principais: Jacobina e Rio de Contas. No distrito deste último cultivava-se aliás também o algodão, o que dá certa importância à região.

Em suma, podemos sintetizar com estes dados a distribuição do povoamento nesta larga área que ocupa mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados: um fundo escasso de população pastoril, concentrada nas bacias de alguns rios perenes: São Francisco, Itapicuru e Jacuípe na Bahia, e alguns outros das demais capitâneas nordestinas, o Piauí em particular; muito ralo quase inexistente em alguns outros setores, como no sertão que fica no norte da Bahia, bem como o alto sertão pernambucano, a margem esquerda do São Francisco desde o Moxotó até o Pontal. E certas regiões extremas ainda não penetradas, como o alto Parnaíba e Gurgueia no Piauí. Sobre este fundo pastoril condensam-se em certos pontos

(14) Interessante descrição desta zona, datada de 1826, encontra-se em *Dados e informações estatísticas sobre a Vila da Barra, de Accioli*. Inclui um mapa da população.

núcleos de população mais concentrada e de nível econômico mais elevado e diferenciado: médio São Francisco (extração de sal e comércio), Cariris Novos, médio Parnaíba (agricultura), chapada Diamantina (mineração). Numa síntese, é esta a estrutura do povoamento nordestino.

Volvamos agora para o outro extremo da colônia, que também se povoou com fazendas de gado: o Sul, a área que se estende do atual Estado do Paraná, então simples comarca de São Paulo, até o extremo meridional da colônia compreendendo os campos de Curitiba, o sertão de Lajes (Santa Catarina), os campos da Vacaria (Rio Grande do Sul). É uma faixa estreita de campos, dirigida de norte a sul, e limitada, a oriente, pelo bordo do planalto, a Serra do Mar; a ocidente, por densas matas, não penetradas pela colonização, e dominadas ainda pelo gentio, os "bugres", na apelação genérica local; floresta que acompanha em larga faixa o curso do Paraná. Esta área forma uma unidade geográfica bem caracterizada. Relevo apenas ondulado, campos com vegetação de gramíneas intercalados por matas ciliares e bosques isolados em que predomina a preciosa e bela *araucária*. Clima ameno e temperado, graças a uma altitude que oscila entre 500 e 900 metros, abaixando ligeiramente para o sul, onde termina a pique na Serra Geral; abundância de águas que correm límpidas em leitos de pedra... Conjunto admirável para o estabelecimento do Homem e que fez Saint-Hilaire considerar a região o "Paraíso terrestre do Brasil". Apesar disto, o povoamento ainda é aí escasso em princípios do séc. XIX, muito mais que o dos sertões do Nordeste, tão inferiores do ponto de vista das condições naturais. A explicação é fácil. O que os fatores locais não concederam ao Nordeste, supre-o a sua posição de hinterlândia da mais velha, extensa e povoada região da colônia: o Norte açucareiro. Enquanto isto, aqui no Sul, os campos pastoris giram na órbita de um litoral escassamente povoado, excêntrico ao eixo econômico da colônia que se orienta naturalmente para Portugal, para a Europa. Estamos no sul da colônia, num fim deste mundo do séc. XVIII. Não fosse a navegação a vapor que o aproximaria mais tarde dos focos da nossa vida, lá do velho continente, e estaria ainda, com certeza, caminhando na retaguarda do país. E assim era no momento que nos ocupa. Mas há outro fator local que desfavorece os campos do Sul. Colocou-os a Natureza no topo de um planalto, separado do litoral por uma barreira abrupta e de grande elevação. O interior ficou isolado do mar, a não ser por estas escaladas íngremes e árduas que são os raros caminhos que vencem a serra.

O povoamento dos "campos-gerais" (é a sua designação genérica) se adensa na sua extremidade setentrional: os campos de Curitiba. A pecuária juntou-se aí um pouco de agricultura; e na

sua parte mais oriental, onde aparece a mata que reveste a serra, a extração da erva-mate. Estas atividades animaram a colonização. Para o sul, nos campos de Lajes, o povoamento se rarefaz consideravelmente, e é quase só a grande via de comunicações do Extremo-Sul, por onde transitam o gado e sobretudo as tropas de bestas que vêm do Rio Grande, e em Sorocaba (São Paulo) se distribuem pelas capitanias do Centro e do Norte, é quase só esta via que dá sinais da presença do Homem. Para oeste dela, onde se encontram os campos que seriam explorados e ocupados muito mais tarde — e que se chamariam *Palmas e Iraí* — era o deserto e os índios hostis que afugentavam os colonos. Nos campos da *Vacaria*, em território já do Rio Grande do Sul, as fazendas de gado reaparecem mais numerosas, e com elas um povoamento ralo e exclusivamente pastoril.

Para completar este quadro do povoamento meridional da colônia, resta-nos, depois do que já ficou dito em outro capítulo com relação ao litoral, o caso particular e especial de São Paulo, mais precisamente do planalto paulista. Geograficamente, trata-se de uma região de transição entre as altas serranias do Centro (Minas Gerais), e os campos do Sul que acabamos de ver. Forma além disto um patamar entre aqueles altos territórios e o litoral; deste último até aquele Centro elevado, ascende-se por dois imensos degraus sucessivos: a Serra do Mar e a Mantiqueira. Espremido entre as duas, está São Paulo. Foi por isso o caminho de penetração para ele escolhido. Ainda há mais: na altura do território paulista, os grandes rios invertem o seu curso e ao invés de afluírem para a vertente marítima, procuram o interior e a depressão central do continente sul-americano formado pela bacia do sistema Paraná-Paraguai. Todas estas circunstâncias fazem de São Paulo o centro natural de vasta área, ponto de contacto e articulação de regiões várias. Donde, para o Homem, nó de comunicações. Será por aí, sobretudo, a saída do continente interior para o litoral, e o acesso deste para aquele. O primeiro sentido, do Centro para a costa, será inmemorialmente o de um ramo dos tupis-guaranis (os *guaranis* propriamente), que, partindo do seu foco original e centro de dispersão, a região entre o Paraná e o Paraguai, alcançará a costa passando por São Paulo; via que ficará marcada neste caminho utilizado pelos índios e aproveitado algo pelos colonos europeus, que une o litoral, através do planalto paulista, com o Paraguai. Iniciada a colonização, é por São Paulo que se farão as primeiras penetrações do continente: para o altiplano central (Minas Gerais), para a grande depressão interior do continente (bacia do Paraguai), para os campos do Sul. Penetração exploradora e predadora de índios, a princípio; prospectora de minas e povoadora afinal. Contingências históricas e políticas

desviarão mais tarde de São Paulo estas vias de penetração; mas as primeiras rotas seguidas se gravarão num sistema de comunicações que partindo do litoral e alcançando o bordo do planalto na altura em que se formou a capital paulista, daí irradiam, em todas as direções, para o interior. A estrutura do povoamento de São Paulo reflete muito bem este fato. Ainda hoje, mas sobretudo e muito mais sensivelmente na fase que nos ocupa, quando o surto econômico de São Paulo não viera ainda complicar e baralhar a simplicidade e pureza iniciais da sua distribuição demográfica. A colonização do território paulista se desenvolve por estrias que acompanham as vias de comunicação que levam do litoral para o interior do continente: para Minas Gerais através das gargantas da Mantiqueira; para Goiás, pelas planuras que bordam a ocidente o maciço central brasileiro; para Mato Grosso, pelo vale do Tietê, aproveitando o curso dele; para o Sul, pelos campos que se alargam até o Prata.

Mas isto que fora a princípio a razão de ser da ocupação do território que constituiria São Paulo (sécs. XVI e XVII), foi também a causa da estagnação e decadência da capitania (séc. XVIII). Zona de passagem, São Paulo não chegou a formar, no período colonial, vida própria; a pequena mineração de lavagem que aí se praticou nos dois primeiros séculos, a insignificante agricultura ensaiada, de caráter puramente local, não tiveram expressão alguma. As grandes fontes da vida paulista serão o comércio de escravos indígenas, preados no alto sertão e vendidos nos centros agrícolas do litoral; comércio do gado que vem dos campos do Sul, e por aí passa com destino à marinha, inclusive e sobretudo o Rio de Janeiro; finalmente, quando se descobre o ouro em Minas Gerais, São Paulo será por algum tempo a única ou principal via de acesso para ele. Todas estas formas de atividade se extinguem nos primeiros anos do séc. XVIII. O comércio de índios escravos declinara consideravelmente e já praticamente desaparecera; o fornecimento de gado para o Rio passará para os Campos dos Goitacases e mais tarde para o Sul de Minas; o caminho que Garcia Rodrigues Pais, um paulista, abre entre os centros mineradores das Gerais e o Rio, desvia de São Paulo o trânsito que para eles se fazia. Goiás também se articulará diretamente, por Minas Gerais, com o Rio, e escapa também da órbita paulista, que dos grandes roteiros interiores ficará apenas com o de Cuiabá, cuja via fluvial pelo Tietê conservará ainda por algum tempo a primazia. Mas em fins do séc. XVIII está em plena decadência, quase abandonada: o Mato Grosso se ligará com Goiás, e daí com Minas e Rio de Janeiro, para atingir o litoral; ou então procurará o Extremo-Norte por via dos grandes afluentes da bacia amazônica, sobretudo o Madeira.

A estes fatores de declínio, acresce a considerável sangria sofrida por São Paulo no século do bandeirismo e mais tarde com a emigração para as minas. É só em fins do séc. XVIII que São Paulo começa a recuperar as forças exauridas em dois séculos de aventuras, e inaugura, na base mais estável da agricultura, um período de expansão e prosperidade que dura até hoje. Encontramos assim esta região, no momento que nos interessa, pobremente povoada e pouco ocupada; mas em vias de grande progresso, tendência já bastante sensível.

Para completar este esboço da distribuição do povoamento brasileiro, falta-nos apenas o Extremo-Norte, a bacia amazônica. Não é apenas por uma questão de ordem e para facilitar a exposição do assunto que este setor da colônia ficou assim destacado e à parte. Deriva isto do próprio caráter geográfico e histórico do grande vale. Ele se fez e se manteve isolado do resto do país. Neste resto, apesar das grandes distâncias e vácuos imensos do povoamento que ainda sobram em fins do séc. XVIII, percebe-se pela análise acima feita uma certa unidade, uma articulação geral de todos os setores. O Nordeste, o Centro, o Sul se ligam entre si; ligações frouxas muitas vezes, mas efetivas e suficientes para formarem um todo (15). A Amazônia ficará à margem deste sistema que constitui o resto da colônia; a sua história se contará sem necessidade de apelar para a deste último. Forma-se e evoluirá por conta própria. Mesmo as ligações entre os dois grupos de capitânicas brasileiras são ainda em princípios do século passado mais que tênues; os ventos na costa sopram desfavoravelmente e orientam as linhas de navegação amazonense diretamente para o Reino, sem atenção ao sul da colônia. Por terra, veda as comunicações, o inextricável da floresta equatorial que envolve todo o território das capitânicas setentrionais. É só pelos rios que elas se poderão fazer. E de fato por aí se farão. Mas ainda aí, quantos obstáculos. Num certo trecho, todos eles se encachoeiram e interrompem a passagem que se tem de fazer "varando" por terra; e as dificuldades para atravessar centenas de léguas por florestas insalubres e desertas a não ser de índios hostis e agressivos?

Se apesar de tudo isto a bacia amazônica entrou na órbita da colonização luso-brasileira e fugiu à dominação espanhola, a que pertencia na maior parte do seu território pelo direito incontestado de Tordesilhas, é que na face portuguesa do continente sul-americano se abre sua única via de acesso cômoda e fácil: a brecha do imenso delta que descerra para o Atlântico e as possessões portuguesa vizinhas à grandiosa rede hidrográfica que engloba

(15) Este assunto se esclarecerá mais no capítulo relativo às comunicações.

toda a bacia. Por aí penetraram a ocupação e a colonização lusitana, que só foram encontrar o castelhano, vindo em sentido contrário, e que teve de fazer caminho através das ásperas quebradas dos Andes, a três mil quilômetros para o interior. As possessões portuguesas na América, que juridicamente se limitavam a uma faixa ao longo do Atlântico, se alastraram por isso até quase o Pacífico. E a Amazônia se tornou brasileira.

Para os efeitos da colonização, o grande rio e seus afluentes se apresentaram como um verdadeiro prolongamento do litoral; e um prolongamento sem os percalços da navegação marítima. O volume de águas é ali suficiente para as maiores embarcações então utilizadas. Por este lado, portanto, nenhum obstáculo à penetração. Mas é só a margem imediata dos cursos d'água que é assim acessível: logo adiante, para o interior da terra firme, a mata espessa barra o avanço. O povoamento se disseminou por isso linearmente, em pequenos núcleos ribeirinhos ao longo das artérias fluviais. Além deste povoamento fixo, há outra forma de ocupação humana nesta região de colheita dos frutos espontâneos da floresta: é a intermitente das expedições que vão anualmente, na estação própria, percorrer o alto curso dos rios à cata de produtos. O limite destas formas de ocupação é marcado pela linha de cachoeiras onde os cursos d'água abandonam o planalto brasileiro, ao sul, e o maciço guianês, ao norte, para entrarem na baixada amazônica. Limite que será por isso também o da expansão colonizadora do vale, e que fixará grosseiramente as fronteiras das capitânicas em que se organizou administrativamente: Pará e São José do Rio Negro; ao sul, com as demais da colônia; a noroeste, com os domínios castelhanos. Ao norte seremos neste sentido mais felizes, embora sem ocupação alguma, pertencer-nos-á todo o território que se estende até o divisor das águas do vale, em pleno maciço das Guianas (16). Politicamente, as fronteiras serão fixadas por praças fortificadas e guarnições que assinalam o limite extremo da colonização portuguesa no vale: São José dos Marabitanas no rio Negro; São Joaquim, no Branco.

(16) É por um concurso ocasional de circunstâncias felizes que toda esta região ao norte do rio Amazonas, no território atual do Estado do Pará, e que nunca ocupamos, como ninguém mais, coube ao Brasil. Quando se discutiu o tratado de Utrecht (1713) e se abordou pela primeira vez a questão dos limites setentrionais das possessões portuguesas na América, a Inglaterra tinha interesse em excluir a França do rio Amazonas, cujo valor estratégico ela compreendia. Pleiteou então para seu aliado e vassalo português, e obteve, da França vencida, o reconhecimento do domínio lusitano em toda a bacia do Amazonas. É este título que valeu mais tarde ao Brasil, quando discutiu com a França, a soberania da região.

Nesta vasta área assim delimitada, cerca de 3.000.000 km², a ocupação efetiva, mesmo considerando apenas as margens dos rios, é escassa. E, como é natural, extremamente irregular. Dos 95.000 habitantes da Amazônia em conjunto, cerca de 60.000 se concentram no delta do rio, isto é, em seus contornos e ilhas (17). O resto se espalha por núcleos secundários esparsos. Eles se localizam sobretudo nos grandes entroncamentos da rede fluvial que serve com exclusividade todos os transportes e comunicações: a confluência dos principais tributários do Amazonas ou suas proximidades. Assim na do Tapajós, onde estão Santarém e outras aglomerações menores; na do Madeira (e do Maués que com ele corre), onde encontramos a Vila Nova da Rainha (Parintins) e grande número de outros pequenos povoados e aldeias de índios catequizados. Finalmente, na confluência do rio Negro estão os principais estabelecimentos da capitania, que foi batizada com o nome deste último rio; aí se localizará aliás a sua capital, Barra do Rio Negro, que em 1836 tomará o nome de Manaus. Mais acima do Solimões há a notar ainda, na confluência do Tefé, a vila de Ega, hoje Tefé que tem certo relevo como centro comercial de todo alto Amazonas. No extremo das possessões portuguesas, Solimões acima, está o povoado fronteiriço de Tabatinga.

Estes são os principais núcleos do povoamento amazônico ribeirinhos do grande rio. Pelas margens acima dos seus afluentes, infiltra-se também a ocupação. A principal destas infiltrações é pelo rio Negro e seu maior tributário, o Branco, notáveis ambos pela sua salubridade, excepcional em toda a bacia amazônica. Fazia-se no primeiro grande colheita de produtos espontâneos, a pesca era de certa importância comercial, e já se esboçava um rudimento de agricultura — cacau, algum café, anil, algodão no rio Branco, aproveitando a larga clareira que se abre aí na floresta, tinha o governo estabelecido fazendas de gado em fins do séc. XVIII. Elas já começavam a fornecer carne aos estabelecimentos do rio Negro. Esta região será assim a mais povoada do alto Amazonas, até que a borracha, quase um século depois, faça surgir do deserto os estabelecimentos do alto Purus e Juruá.

(17) Estes dados são de Martius, *Viagem*, III, 36.

Correntes de Povoamentos

O que temos visto até agora é antes um corte transversal na história do povoamento do território brasileiro, a sua distribuição num momento dado e que é o da transição do séc. XVIII para o seguinte. É uma visão parcial apenas, porque não estamos diante de uma população estacionária, e naquele próprio momento se processavam grandes modificações. A colonização não se aquietara: ocupavam-se novos territórios até então desertos, abandonavam-se outros já devassados; a população refluía de um para outro ponto, adensando-se nalguns, reduzindo-se em outros. O povoamento estava longe ainda da estabilização, e o quadro que a sua estrutura apresenta em qualquer momento é mais que provisório, reflete antes tendências que resultados adquiridos. É sob este aspecto, portanto, que mais interessa analisá-lo.

Questão tanto mais importante que é dos movimentos e deslocamentos que se processavam na estrutura demográfica do país na fase que ora nos ocupa, que vai surgir este Brasil que se preparou no correr do século passado para se tornar aquilo que é hoje. A evolução do nosso povoamento se pode sintetizar em três grandes fases que tem cada qual seu ponto de partida e encontra seu impulso inicial em circunstâncias históricas precisas e bem definidas. A primeira, que se inaugura com a colonização e vai até fins do séc. XVII, representa o período de ocupação inicial, os primeiros passos do estabelecimento dos portugueses no território da sua colônia. Compreende sobretudo a ocupação do extenso litoral, desde o Amazonas (1616) até o Rio da Prata — onde a Colônia do Sacramento é fundada em 1680; para o interior, a penetração dos sertões do Nordeste pelas fazendas de gado, e a ligeira infiltração já realizada pelo vale acima do rio Amazonas. Afora isto, apenas a modestíssima ocupação do bordo oriental do planalto meridional em São Paulo e no Paraná. Não me refiro aqui à penetração das bandeiras e entradas, que embora devassassem uma área interior, extensa, não são povoadoras e não passam de expedições. Não interessam diretamente à história do povoamento.

O séc. XVIII abre-se com a revolução demográfica que provoca a descoberta do ouro no centro do continente: nas Minas

Gerais, seguidas logo por Mato Grosso e Goiás. Em poucos decênios, redistribuiu-se o povoamento da colônia que tomará nova estrutura e feição. Formam-se aqueles núcleos de origem mineiradora referidos no capítulo anterior, e neles se concentra uma das maiores parcelas da população colonial. Durante toda a primeira metade do século, em que se sucedem as novas descobertas e também as explorações e tentativas malogradas, assistimos a deslocamentos bruscos e violentos que agitam e transformam a cada momento a estrutura demográfica da colônia. Para o fim daquele período eles vão serenando, e o povoamento mais ou menos se estabiliza num equilíbrio precário. Aliás de mínima duração, pois logo depois começa o esgotamento das aluviões e depósitos auríferos, e a decadência da mineração; ao mesmo tempo, circunstâncias várias, que analisarei no seu devido lugar, favorecem a agricultura. Para esta reflui a população, e como as áreas de uma e outra formas de atividades só excepcionalmente se confundem, este refluxo vai determinar correntes migratórias importantes que se irão acentuando no correr da segunda metade do séc. XVIII. Ocorrem outras circunstâncias secundárias, como a decadência da pecuária nos sertões do Nordeste, assolados pela seca, e o florescimento dela no Extremo-Sul da colônia. Em suma, um conjunto de fatos que vai provocar nova redistribuição do povoamento.

Ela será muito mais lenta que a do período anterior, a determinada pela descoberta das minas. Far-se-á paulatinamente, sem arrancos e convulsões, de forma às vezes quase imperceptível e que se nota mais nos resultados que no processo em andamento. Até fins do século, contudo, ela já terá esboçado bem claramente suas feições principais, mostrando, se não realizada, pelo menos em franca via de realização, uma nova estrutura demográfica do país. É neste momento que abordamos a nossa história. É por isso de toda importância analisar as correntes migratórias internas em atividade e as transformações que surdamente se elaboravam. Sem esta análise, ter-se-ia uma pádua idéia apenas do povoamento brasileiro nas vésperas de nossa emancipação política.

Saint-Hilaire, viajando pelo Brasil em princípio do século passado, notará, com a acuidade da sua visão, a extrema mobilidade da população brasileira. A preocupação dominante das zonas novas já existia então: emigrava-se às vezes por nada, e com simples e vagas esperanças de outras perspectivas. Todo mundo imaginava sempre que havia um ponto qualquer em que se estaria melhor que no presente. Pensamento arraigado e universal que nada destruiu, nem experiências e fracassos sucessivos. Isto que impressionava o viajante francês, habituado a um continente em que havia séculos o povoamento se estabilizara, é a feição natural

de todo território semivirgem da presença humana, onde a maior parte da área ainda está por ocupar e onde as formas de atividade mais convenientes para o Homem ainda não foram encontradas; onde, numa palavra, o indivíduo não se ajustou bem a seu meio, compreendendo-o e o dominando. Os deslocamentos correspondem aí a ensaios, tentativas, novas experiências, a procura incansável do melhor sistema de vida. No Brasil, este fato é particularmente sensível pelo caráter que tomara a colonização, aproveitamento aleatório em cada um de seus momentos, como veremos ao analisar a nossa economia, de uma conjuntura passageiramente favorável. Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café; simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo; um comércio instável e precário sempre. Veremos estes pontos adiante; o que interessa aqui é notar que a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos.

Nesta mobilidade permanente e considerável, confusa muitas vezes, podemos no entanto destacar algumas linhas diretrizes gerais relativamente simples, e que sintetizam o conjunto. A mais importante é o deslocamento que se verifica do interior para o litoral, efeito do já apontado refluxo para a agricultura que neste setor sempre teve, como se sabe, sua área de eleição. Refiro-me aqui naturalmente só ao passado. Pernambuco e Bahia, ou antes, o seu litoral agrícola, estacionário e mesmo decadente no período anterior, se refaz e recupera a posição e brilho que tinha tido no séc. XVII. Já nos primeiros anos do século passado reconquistara e superava mesmo o nível atingido cem anos antes, e que de então em diante não fizera mais que declinar. A par destes centros tradicionais da riqueza agrícola brasileira, outras se constituem. O Rio de Janeiro principalmente. Esta capitania gozara até então, sobretudo, do fato de ser a porta de saída dos centros mineradores da colônia para o exterior. Na segunda metade do séc. XVIII afirmar-se-á sua importância própria como grande centro produtor. Este seria particularmente o caso dos Campos dos Goitacases. O Maranhão também sofre a mesma evolução. De uma unidade quase imponderável na vida do país, vai-se tornando um dos seus setores de maior projeção. E o mesmo se verifica, em maior ou menor escala, em todas as capitânicas da marinha.

O aumento da população nestes setores do país, e que é considerável, alimenta-se em grande parte da imigração exterior; mas

contribuem também para isto, em boa proporção, as migrações interiores. Podemos inferi-lo com segurança, além de outros índices, do despovoamento paralelo a que se assiste em muitas áreas interiores(1). Mas seja como for, o deslocamento do eixo econômico da mineração para a agricultura, do interior para o litoral, corresponde neste a um grande adensamento da população; e isto constitui no terreno demográfico, o fato global mais sensível do período que ora nos ocupa.

Mas a par deste movimento da população e provocados pela mesma ou outras causas, vamos encontrar fatos paralelos e semelhantes. O primeiro deles afeta os sertões do Nordeste. Encontramos aí, de um lado, uma progressão do movimento já antigo que referi no capítulo anterior, e que é do avanço das fazendas de gado. Este avanço não se encerrara ainda, e encontramos-lo, embora já atenuado, último impulso de uma secular marcha, devassando o sertão dos Pastos Bons no Maranhão, para ir atingir com suas vanguardas a margem do Tocantins.

Doutro lado, nas áreas já ocupadas fazia muito, e particularmente no Ceará, é a um fato contrário que assistimos, isto é, à exaustão de populações, reflexo do declínio da principal e quase única atividade local: a pecuária, duramente atingida por secas cada vez mais amplas e severas. A *Seca Grande* de 1791-3 foi o último e quase mortal golpe sofrido, no séc. XVIII, pelos sertões do Nordeste. Já referi que é esta a causa principal por que a região perdeu seus mercados nos grandes centros agrícolas do litoral norte, que passam, em proporções crescentes, a consumir o *charque* do Rio Grande do Sul. Neste se verificará por isso, concomitante e paralelamente, um grande surto econômico e adensamento da população.

Outros movimentos demográficos notáveis se verificam no Centro-Sul da colônia. De um lado é o do despovoamento das áreas de mineração. Mato Grosso e Goiás são os mais atingidos, particularmente o último, em que o fato, pela importância maior dos seus centros, é mais sensível. Mato Grosso não passara nunca de um setor de ordem muito secundária. Sobre o despovoamento de Goiás, dá-nos informações seguras e impressionantes o já citado Brig. Cunha Matos, testemunha ocular: "A freguesia de Crixás, refere ele, já teve mais de 40.000 pessoas de comunhão; nos

(1) Onde se poderiam buscar dados seguros para acompanhar estes deslocamentos do interior para o litoral, como aliás outros movimentos demográficos, seria nos estudos genealógicos. Infelizmente este assunto quase só ocupa por enquanto os interessados entre nós para servir à vaidade fátua de uma pseudo-aristocracia, em vez de contribuir para seus objetivos legítimos que são a pesquisa científica e o esclarecimento de tantas questões úteis para a compreensão de nossa história.

dias de hoje (1824), os seus habitantes não chegam a 1.000. O arraial de Guarinos teve 3.000 pessoas, no dia de hoje conta apenas com uma família composta de 28 almas. No distrito de Pilar existiram mais de 9.000 escravos; no dia de hoje, toda a sua população, sempre decrescente e atenuada, monta a menos de 3.000 almas, inclusive os escravos. Os arraiais de Barra, Anta, Santa Rita, Ferreiro, Ouro Fino e outros são montes de ruínas; a cidade mesmo (Vila Boa, a capital) já foi mais extensa e populosa; os campos encontram-se cheios de taperas ou casas abandonadas e inteiramente demolidas: em conclusão, é mui certo que a população geral da comarca de Goiás tem diminuído imensamente no que respeita aos escravos; faz poucos progressos em gente livre e promete pouca duração no caso de não ser socorrida com imigração"(2).

Em Minas Gerais a situação é menos grave. A decadência da mineração não foi aí até um quase desaparecimento como em Goiás. Alguns centros conservavam certa vitalidade, embora declinando a olhos vistos. E mesmo, apesar de serem raros os casos, restaurava-se e se renovava a exploração do ouro em certos distritos. Assim em Congonhas do Sabará, hoje Vila Nova de Lima(3). Doutro lado, o povoamento fora aí muito mais intenso, e, sobretudo, organizou-se em bases sociais mais sólidas(4). Foi por isso possível renovar e reconstituir, parcialmente pelo menos, o perdido setor da mineração com outros elementos de vitalidade: a pecuária e a agricultura. Mas não, a não ser excepcionalmente, nos principais centros mineradores, onde a natureza do solo não se prestava às atividades agrárias. E como aqueles se localizam sobretudo na parte central da capitania, assistimos em Minas Gerais a um movimento demográfico centrífugo, daquela parte central, em que dantes se adensara a população, para a periferia; invadindo mesmo em certos pontos o território de capitanias vizinhas: Alguns setores daquela periferia já tinham sido ocupados, vi-

(2) *Corografia*, 303.

(3) É aí que se instalará por esta época a única empresa aurífera de certo vulto que vingará no futuro, transformando-se mais tarde numa grande exploração que será adquirida por companhia inglesa: a mina de Morro Velho. Sobre a mineração em Congonhas do Sabará e seu surto no séc. XIX, veja-se *Um Município de ouro, memória histórica* por Augusto de Lima.

(4) Goiás, apesar de sua aparente, embora curta prosperidade, nunca passara realmente de um pouso de aventureiros que abandonam o lugar logo que as minas começam a dar sinais de cansaço. O já citado Cunha Matos descreve a situação muito bem. É certo que em Minas se verifica em parte a mesma coisa; mas de forma atenuada, e desenvolvendo paralelamente uns rudimentos de vida social mais estável que frutificarão no futuro.

mo-lo anteriormente, por pequenos núcleos mineradores; eles se renovarão e começarão outra vida em bases diferentes. Outros achavam-se inteiramente desertos, e serão ocupados pela primeira vez. Somente o noroeste da capitania, nos sertões do São Francisco, onde se estabelecera desde longa data, como vimos, uma atividade pastoril primitiva, do tipo sertanejo, não receberá nenhum influxo sensível desta renovação periférica da capitania. A sua natureza ingrata já se saturara, e não comportava mais qualquer progresso apreciável de riqueza e população.

Analiseemos este movimento centrífugo da população mineira com mais pormenores. O assunto é interessante: trata-se sem dúvida do fato de maior importância histórica futura neste setor Centro-Sul do país, e já francamente iniciado naquele momento. Ele revelará todos seus efeitos quando Minas Gerais se tornar definitivamente de mineradora em agrícola e pastoril, formando neste terreno entre as principais circunscções do país. Vejamos, separada e discriminadamente, cada um dos setores para onde se dirigem as correntes demográficas da capitania, os "generalistas", como então se chamavam seus habitantes.

~~Para oriente, o ciclo minerador tomara pelas bacias de Araguaia-Jequitinhonha e do Doce. Naquela, estabelecera-se no primeiro dos rios citados em particular, pois o Jequitinhonha propriamente fora vedado desde que as primeiras explorações nele encontraram diamantes. Formaram-se lá, como já referi, as "minas novas". Na bacia do Doce, a colonização em sua fase mineradora atinge os altos afluentes do rio. Desde meados do séc. XVIII lavrava-se algum ouro, em pequenas proporções, nos rios Casca, Matipó, Sacramento, Santo Antônio, Suaçuí Grande e Pequeno, Cuité e Manhuaçu. O centro desta região ficava em Peçanha, arraial à margem do Suaçuí Pequeno, instalado em 1758 e único povoado fixo que aí se formara.~~

Para além destes pontos extremos, largamente esparsos e separados uns dos outros, conservara-se o deserto. Em parte porque não havia ouro que explorar; noutra, porque a administração, valendo-se disto, vedara completamente a região a fim de conservar contra possíveis descaminhos e contrabando do ouro, a barreira natural de matas densas e impenetráveis que cobriam por este lado as fronteiras da capitania. No último quartel do século, o governador Luís da Cunha Meneses ainda se referia a esta parte de Minas Gerais com as seguintes palavras de que conservo aqui a gramática e o sabor tão pronunciado: "Certão para a parte leste, denominado Arias Prohibidas, na epotese de servirem os ditos certões de uma barreira natural a esta capitania para segurança

de sua fraude"(5). É esta a razão principal porque a ocupação progredira tão pouco para este lado; e também porque a capitania se ligara diretamente ao litoral só pelo caminho do Rio de Janeiro, única comunicação que se permitira e que atravessava um deserto. Para o norte desta via, que acompanha grosseiramente o traçado atual das estradas de ferro e de rodagem que servem o mesmo fim nos nossos dias, isto é, pelo vale do Paraibuna, conservara-se a mata intacta, ocupada unicamente por tribos de índios selvagens(6).

~~Em fins do séc. XVIII a situação se modifica. A mineração quase se extinguiu naqueles pontos extremos da colonização acima citados. Em Minas Novas, onde tivera alguma importância, pôde-se dizer que já não existia. Mas a agricultura viera suprir a sua falta, sobretudo a cultura do algodão. Minas Novas constitui uma destas regiões do país favorecidas pela grande expansão algodoeira que assinala a história econômica da colônia no último quartel do séc. XVIII; assunto sobre que voltarei com vagar em capítulo próximo. Daí resultará um certo crescimento da população, que não será de grande vulto, mas permitirá pelo menos manter o nível anterior e garantir o seu desenvolvimento normal. Coisa semelhante se passa nos demais setores desta zona fronteira oriental da capitania.~~

Mas não se conservavam apenas, na nova fase que se inaugurava, as posições atingidas anteriormente. A colonização avançava pela mata que ia desbravando. A administração tornara-se menos intolerante, e animava mesmo um avanço que detivesse a agressividade do gentio. No distrito de Minas Novas a penetração aproveitava o vale do rio Jequitinhonha. Saint-Hilaire, em 1817, visitará esta região pioneira, e chegará até seu ponto extremo, uma colônia nascente nas margens do rio, abaixo do presidio de São Miguel e já quase nas fronteiras da capitania de Porto Seguro(7).

Na bacia do Doce a colonização também avançava para oriente. Martius esteve nesta região em 1818, e a descreve em seu diário. A ocupação se fazia aí sobretudo pelo aldeamento de

(5) Cit. p. Diogo de Vasconcelos, *História Média de Minas Gerais*, 258.

(6) Esta região formará o que mais tarde e até hoje se denominou a *zona da Mata*, nome que lhe foi dado em oposição ao resto da capitania antes ocupada, e onde faltava a densa cobertura florestal que a caracterizava.

(7) *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro*... II, 143.

O presidio de São Miguel faz parte de uma série de outros que se estabelecem em 1808 ao longo das fronteiras orientais de Minas Gerais para a defesa contra as hostilidades dos índios selvagens. No capítulo seguinte me ocuparei desta matéria.

índios selvagens catequizados, muito numerosos, e que, uma vez submetidos, praticavam alguma agricultura e eram aproveitados como mão-de-obra nas fazendas que se iam estabelecendo (8).

Ao mesmo tempo que a colonização assim devassava o setor oriental da capitania, e ia ocupando novas regiões até então desertas, estabeleciam-se as primeiras comunicações diretas que por aí levavam ao litoral. A principal via aproveitada será a fluvial, pelo rio Doce; caminhos terrestres se abrem ao longo do Jequitinhonha e do Mucuri.

O conjunto deste avanço da colonização para oriente de Minas Gerais, embora apenas iniciado no momento que nos ocupa, é de grande importância pois aí se estabelecerá em seguida, no correr do séc. XIX, a principal zona agrícola da província. Isto é particularmente o caso do setor meridional desta área pioneira, nos limites do Rio de Janeiro. A expansão mineira se encontrará aí, aliás, com a fluminense vinda em sentido contrário.

Vejamos a outra direção que toma a expansão dos "generalistas": para o sul, em direção da Mantiqueira, que aí separa a capitania do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesta área, que formará mais tarde o chamado *Sul de Minas*, a mineração espalhará, como referi, alguns núcleos agrupados em torno das "minas do Rio Verde" e as "do Itajubá". Mas em fins do século, é só em Campanha, elevada a vila em 1798, que se mantinha ainda alguma atividade mineradora. A região tomara outro rumo. A agricultura e a pecuária aí se instalaram com grande sucesso, tornando-se, entre outros, fornecedores do importante e próximo mercado do Rio de Janeiro. A isto acresce a cultura do fumo, que se praticava sobretudo em Baependi, Airuoca e Pouso Alto, e que tem certa importância. Em suma, trata-se de uma das zonas do país que já em princípios do séc. XIX oferecem maiores perspectivas; terei ocasião de vê-la com mais vagar quando me ocupar com a economia da colônia. Assinalo aqui estes aspectos da prosperidade da região para explicar o adensamento da população que aí se verifica desde o último quartel do séc. XVIII. Aliás esta corrente demográfica que se encaminha para o sul da capitania lhe ultrapassa os limites, e invade São Paulo. A longa questão das divisas entre as duas capitanias, províncias e ainda como Estados, só resolvida definitivamente em 1936, tem aí sua origem. Atrás dos povoadores vinham as autoridades locais ocupar administrativamente territórios ainda mais ou menos vagos e imprecisos; a parte retardatária protesta, alegando direitos mais antigos, mas só "direitos"... Assim se iniciou a maior parte dos numerosos litígios de fronteiras

(8) *Travels in Brazil*, Book III, 211 e segs.

interestaduais que vieram até hoje. No caso em debate, é certo que os sertanistas de São Paulo foram os primeiros a se estabelecerem no sul de Minas, como aliás na capitania toda, que é criação destes primeiros descobridores e exploradores do ouro. Mas cessaram depois as incursões, o território mineiro se separara de São Paulo. Alguns decênios depois, o ouro se vai esgotando nos centros mineradores, e a população, em excesso, começa a refluir para as zonas marginais ainda desocupadas e mais favoráveis a outras atividades; claro que não respeitará fronteiras administrativas, e as suas autoridades próprias se acham no direito de acompanhá-la. Daí o conflito. Este aliás não nos interessa aqui, mas unicamente o fato de que é o resultado, infelizmente esquecido muitas vezes no debate, o que não contribuiu pouco para o obscurecimento da questão, limitada a estereis dissertações sobre documentos obsoletos que fixavam limites puramente teóricos em regiões ainda desconhecidas(9).

A ocupação mineira se prolonga ainda para áreas que embora já efetivamente povoadas pelos paulistas, ainda apresentam muitos espaços vagos. Assim na vertente ocidental da Mantiqueira, para o vale do rio Mojiguaçu, onde se alastra na faixa que acompanha o velho caminho que leva de São Paulo a Goiás. Saint-Hilaire, que por aí andou em 1820, notará a coexistência de dois tipos de população: o fundo primitivo, constituído sobretudo de mestiços de índio, e a imigração recente de mineiros(10). Achou os habitantes primitivos grosseiros e apáticos, de hábitos rudes; enquanto nos colonos recentes assinala qualidades de inteligência, maior atividade, polidez e hospitalidade. Esta penetração da capitania de São Paulo por colonos de Minas, então em início, se acentuaria para o futuro; quase todos os núcleos povoados desta região, e formados na primeira metade do séc. XIX, são de origem mineira: França, Ribeirão Preto, São Simão, Descalvado, São João da Boa Vista e outros. Caconde, com a mesma origem, já é do séc. XVIII (11).

(9) A questão dos limites entre Minas e São Paulo, em cujos prolongados debates se ventilaram os vários aspectos históricos que interessam o assunto aqui tratado, conta com numerosa bibliografia. Vejam-se em particular: *Resumo histórico sobre os limites entre Minas e São Paulo*, de Augusto de Lima (tese mineira); *Divisas de São Paulo e Minas Gerais*, coletânea de documentos com apreciação de Orville Derby, publicada nos Docs. *Interessantes*, vol. XI; e *Limites de São Paulo e Minas*, memória de Prudente de Moraes Filho e João Pedro Cardoso (tese paulista).

(10) *Voyage dans les provinces de Saint-Paul*... I, 167.

(11) É interessante notar que a infiltração mineira fronteiriça em São Paulo ainda não cessou. Nos últimos 50 anos ela se orientou sobretudo para a vertente oriental da Mantiqueira, para o vale do Paraíba, desprezado pelos paulistas desde o último quartel do século passado. A população do

Fato semelhante se verifica a oeste da capitania. O limite dela ia nesta direção até o cordão de serras (Canastra, Mata da Corda Pilões) que fazem o divisor das águas entre o São Francisco a leste e o Parnaíba e Grande a oeste. O território que constitui o chamado Triângulo Mineiro fazia parte, como já referi, de Goiás. Transitava por ele o caminho que leva de São Paulo à capital goiana; e era este aí quase o único sinal de vida humana, salvo algumas tribos indígenas mestiçadas e semicivilizadas bem como uns rudimentos de mineração no alto rio das Velhas (afluente do Parnaíba), quando em fins do séc. XVIII começam a se estabelecer na região, com fazendas de gado, os "generalistas". Com esta invasão formam-se vários povoados, todos de origem mineira: Desemboque (hoje simples distrito de paz da cidade próxima de Sacramento), Araxá, Uberaba e outros; e dela resultará a anexação oficial do Triângulo a Minas, pelo alvará de 4 de abril de 1816. Habitavam-no por esta época cerca de 4.000 pessoas(12):

A mesma expansão mineira se verifica, embora desta vez sem o resultado anexador de territórios, na região ao norte daquela que acabamos de ver. Estão aí as minas de Paracatu, com um passado brilhante, mas inteiramente decadentes e quase extintas no momento que nos ocupa; as explorações regulares de ouro não passavam então de umas duas ou três; o mais eram pobres faiscadores que mal tiravam seu sustento de cada dia(13). Dos 12.000 habitantes que Pizarro assinala para o distrito de Paracatu em 1766, não sobravam em 1816 mais que 7.000. O despovoamento não fora maior graças ao progresso de outras formas de atividade que vieram suprir em parte a mineração. A pecuária sobretudo. Depois da comarca do Rio das Mortes, era Paracatu o maior fornecedor de gado da capitania; gado que se levava, cruzando toda a extensão do território dela, até o Rio de Janeiro. A agricultura, com a produção do algodão, embora mais apagada, também figurava entre as novas atividades locais. E assim Paracatu ia-se refazendo do abatimento em que o deixara o esgotamento dos depósitos auríferos. Processava-se o repovoamento de sua área, e as correntes migratórias que para aí se dirigiam ultrapassam mesmo seus limites em demanda da capitania vizinha.

vale — o Norte, como impropriamente o chamam em São Paulo —, é hoje em grande parte de origem mineira.

(12) Saint-Hilaire, *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco*... I, 242. O viajante francês atravessou a região duas vezes, por pontos diferentes: da primeira, de sul a norte, passando por Araxá e Patrocínio em direção a Paracatu; da outra, vindo de Goiás para São Paulo. Suas viagens, que são de 1819, se acham descritas no volume citado.

(13) Saint-Hilaire, *Voyage aux sources*. I, 285.

80 Caio Prado Júnior

Goiás — refiro-me aqui ao território que, ao contrário do que vimos acima, conservou-se no seu poder — estava em princípio do século passado recebendo grande número de colonos mineiros, e na decadência profunda que afligia esta capitania, só se salvavam suas áreas limítrofes procuradas por tais correntes. A população aí crescia: assim, em particular, no distrito de Santa Cruz(14).

Em suma, o movimento centrífugo da população mineira, em direção sobretudo de leste, sul e oeste, acha-se no momento que nos ocupa em franco progresso. A importância do fato é tanto maior que ele constitui correntes que se perpetuarão no correr do séc. XIX, formando o traço essencial da evolução demográfica desta parte do país. As zonas marginais da província, e além delas, as faixas fronteiriças dos territórios vizinhos, continuarão sendo assim alimentadas até os dias que correm.

A par destes dois fatos máximos da evolução do povoamento que acabamos de ver, e que são o repovoamento da faixa litorânea e a redistribuição demográfica no Centro-Sul, outras transformações de certo vulto se processam na colônia. É este sobretudo o caso do planalto paulista, especialmente interessante pelo papel que iria representar no séc. XIX.

Analisei acima a evolução do povoamento de São Paulo e a decadência que atinge a capitania no correr do séc. XVIII. Mas no último quartel dele, a crise da aventura mineradora estará passada, e São Paulo se vai refazer de novo. Como outras regiões da colônia, a decadência das minas o favorece, inversamente ao que ocorrera com a descoberta delas, que paradoxalmente aniquilara seus principais promotores. O progresso da colonização do seu território, interrompido durante meio século; se reenceta e o povoamento se desenvolve. Já vimos alguns casos deste desenvolvimento, que se devem aos "generalistas". No conjunto, a população paulista ascende de 116.975 hab., em 1777, para 192.729 em 1805 (15). Tal crescimento se verifica particularmente na área central da capitania, entre os rios Moji, Piracicaba e Tietê, grosseiramente o quadrilátero compreendido entre as vilas de *Mojiguacu, Jundiá, Porto Feliz e Piracicaba* (esta ainda simples freguesia). É a cana-de-açúcar que faz a prosperidade desta região; levada do antigo centro de sua produção no planalto, e

(14) Cunha Matos, *Corografia história*, 303.

(15) Saint-Hilaire, *Voyage aux provinces de Saint-Paul*... I, 108. Lembremos sempre que a capitania incluía o território atual do Paraná, então simples comarca, e que só foi separado, para constituir província à parte, em 1853.

que era Itu, implantava-se e avançava agora pelas terras roxas que se estendem para o norte de Campinas(16).

Para o sul da capitania, o povoamento se estendia pelos *campos-gerais*, onde se iam abrindo fazendas de gado. Tratava-se de um território duramente castigado, na sua margem ocidental, pela hostilidade do gentio(17). É de São Paulo que parte este movimento propulsor da colonização dos *campos*. A maior parte das fazendas da região pertence, como Saint-Hilaire observou, a pessoas residentes em São Paulo que conservavam nas suas propriedades apenas feitores, ou às vezes algum membro da família(18).

Outro setor para onde se dirige a expansão paulista é o vale do Paraíba. É uma velha zona ocupada desde o início da colonização e por onde transita o caminho que leva às *minas-gerais*. Ao longo deste caminho se tinham formado núcleos importantes, como Taubaté, que teve *casa de fundição* onde o ouro de Minas Gerais foi a princípio quintado. Esta região, que acompanhou na decadência o resto da capitania, também se refaz em fins do séc. XVIII e se estende para leste, além do ponto que a colonização atinge no passado, e que parava em Guaratinguetá. Não havia ainda ali senão um caminho pouco trafegado que conduzia para o Rio de Janeiro. A expansão paulista invadirá territórios que embora desocupados pertenciam a esta última capitania; e a jurisdição das

(16) Saint-Hilaire relata que foi vencendo o preconceito da "terra preta" de Itu, que alguns cultivadores ousaram ir estabelecer-se nas "terras vermelho-escuras" — é a expressão do autor — de Campinas; o sucesso foi estupendo, e daí a origem do povoamento intensivo da região. *Voyage aux provinces de Saint-Paul*, I, 206. Campinas, pequeno lugarejo no séc. XVIII, prosperou rapidamente, e em 1797 é elevado à categoria de vila com o nome de *São Carlos*. O nome de Campinas, que é o atual, só foi restabelecido em 1842, quando a vila é elevada a cidade.

(17) A oeste de Campos de Curitiba, ocupados desde o séc. XVII, estavam os de *Guarapuava*, indevidados ainda em fins do seguinte. Descobriram-se em 1771, com os sertões do *Ivaí*, do *Tibaji* e do *Iguatemi*. Cessaram depois as expedições, ficando apenas guarnecida a praça fronteiriça de Iguatemi, destruída em 1777 pelos espanhóis. A exploração destes territórios só recomeça em 1808, e Saint-Hilaire encontrará nos campos de Guarapuava um início de colonização que, embora fortemente hostilizado pelos índios, procurava estender-se para oeste. Sobre a exploração dos campos de Guarapuava e o oeste paranaense, veja-se a *Memória* de Sousa Chichorro.

(18) O maior proprietário e influência desta região era já no tempo de Saint-Hilaire, e o seria por longo tempo ainda, um modesto tocador de gado, João da Silva Machado que, tendo prosperado consideravelmente, reuniu grande fortuna e foi mais tarde condecorado com o título de Barão de Antonina. Deve-se a ele o reconhecimento que por sua ordem se procedera nos sertões do oeste à procura de uma comunicação com Mato Grosso, mais curta e segura que as usadas até então — a via fluvial do Tietê e a longa e indireta viagem por Goiás. Veja-se sobre isto um

autoridades administrativas de São Paulo, acompanhando este movimento, acabarão levantando protestos do Vice-Rei que governava no Rio. Isto se deu quando é fundada, em 1788, a Vila Nova de Lorena, hoje cidade deste nome(19). Mas a expansão paulista não se interrompeu com estes protestos. Estender-se-á muito adiante, e se consolidará com a posse definitiva da região. No momento que nos ocupa, já se começava aí a cultivar o café, e ela se tornará sob o Império uma das principais zonas produtoras do gênero no país(20).

No Rio de Janeiro, o povoamento também avançava. Não me refiro aqui ao litoral, que está compreendido na observação geral que fiz a respeito mais acima; mas ao interior da capitania, às suas terras altas onde corre o Paraíba antes de descer para a baixada. O setor central desta parte da capitania era o mais povoado. Por aí transitavam as vias de comunicação para Minas(21) e ao longo delas estabelecem-se muitas fazendas que se destinavam sobretudo a abastecer a capital e os viajantes e tropas que transitavam de uma para outra capitania. Também se cultivava aí alguma cana-de-açúcar, como em Pau-Grande e Ubá, propriedades visitadas por Saint-Hilaire na sua primeira viagem para Minas(1816).

Para oeste da capitania estendiam-se territórios apenas raramente povoados, compreendidos no termo de três vilas insignificantes: Pati do Alferes, São João Marcos e Resende, esta última criada em 1801. A parte que limita com Minas Gerais, isto é, o território compreendido entre os rios Paraíba e Preto, permanecera, até o último quartel do séc. XVIII, infestada de tribos indígenas hostis que só foram dominadas no governo do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1789). Formou-se então aí uma aldeia que seria a futura Valença. A partir de princípios do século passado,

ofício do Barão dirigido ao Instituto Histórico em 1848, e publicado na *Revista*, 10, 259. Silva Machado, embora natural de Taquari, no Rio Grande do Sul, radicou-se em São Paulo, e aí constituiu família, da qual existe hoje numerosa descendência.

(19) Veja-se o *Ofício do Vice-Rei* Luís de Vasconcelos e Sousa ao entregar o governo ao seu sucessor, em 1789.

(20) Aliás, para esta área do curso médio do Paraíba, que se tornará o centro da maior riqueza do Império, confluem três movimentos simultâneos: este que acabamos de ver, o que vem de Minas Gerais descendo para o sul, e o que veremos adiante, e que vem do Rio de Janeiro. Os três se reunirão aí, e embora formada de trechos de províncias diferentes, a região terá características tão peculiares e próprias que se cogitará um momento de formar com ela uma província à parte. Veja-se a respeito Melo Nogueira: *A projetada província de Resende*.

(21) Veremos estas vias, com mais pormenores, em seu lugar próprio; por ora basta lembrar que elas se dirigem — eram duas — respectivamente para Paraíba e Rio Preto, onde penetravam em Minas.

todos estes territórios seriam ativamente colonizados, e aí se formaria uma das principais regiões cafeeicultoras do país.

O setor leste teve um desenvolvimento mais lento. Explorou-se aí ouro, acima das nascentes do rio Macacu, desde meados do séc. XVIII. Exploração irregular e clandestina que só se organizou e legalizou em 1786, no governo de Luís de Vasconcelos. Formou-se então uma povoação que seria a futura vila de Cantagalo, elevada a esta categoria em 1814(22). Em fins do século a mineração já se achava inteiramente abandonada e substituída pela agricultura. O povoamento de origem fluminense, expandindo-se daí para o norte, irá encontrar-se com o de Minas Gerais, mais tarde, nas margens do rio Pomba. E aí se fixarão os limites das duas províncias.

Em suma, o que se deve sobretudo reter desta análise dos movimentos demográficos no Centro-Sul da colônia, no período que ora nos ocupa, é a sua extrema complexidade. Vemos as correntes povoadoras se cruzarem e entrecruzarem; e em contraste com o que se observa no resto do país, em particular no Norte, a colonização apresenta neste setor uma singular vitalidade. Territórios virgens são devassados e ocupados; novas atividades se iniciam. O café, principalmente, começa sua grandiosa trajetória que transformaria o país no correr do século em curso. Tudo isto são os primeiros sinais de modificações profundas que se operariam em seguida. O eixo econômico do Brasil se desloca definitivamente para este setor. A mineração o levava do Norte açucareiro para o Centro do território da colônia. Ele se fixará agora neste setor que compreende as capitânicas do Rio de Janeiro e São Paulo, e as regiões de Minas Gerais limítrofes destas. As transformações demográficas que aí se operam, e que acabamos de ver, são um dos aspectos desta mudança de estrutura econômica que se estava realizando. De tudo sairá um novo equilíbrio político que será o do Império, sobretudo na sua segunda parte.

(22) A respeito das minas do Macacu, veja-se o *Ofício* citado do Vice-Rei, ao entregar o governo ao seu sucessor.

Raças

Das três raças que entraram na constituição do Brasil duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos. Se para os brancos ainda há uma certa homogeneidade, que no terreno puramente histórico pode ser dada como completa, o mesmo não ocorre com os demais. Os povos que os colonizadores aqui encontraram, e mais ainda os que foram buscar na África, apresentam entre si tamanha diversidade que exigem discriminação. Debalde se quererá simplificar o problema, e como tem sido feito, no caso dos negros em particular, esquecer aquela diversidade sob pretexto que a escravidão foi um molde comum que os identificou. A distinção apontada se impõe, e se manifesta em reações muito diferentes para cada um dos vários povos africanos ou indígenas que entraram na constituição da população brasileira; diferença de reações perante o processo histórico da colonização que não pode ser ignorada. No caso dos índios, o avanço da colonização, a ocupação do território, a maior ou menor facilidade com que prestam seu concurso ao colono branco, com ele coabitam e se amalgamam, contribuindo assim para as características étnicas do país, são outras tantas circunstâncias da maior importância sem dúvida, para a História, que derivam de particularidades étnicas próprias a cada um daqueles grupos e povos. O mesmo se pode dizer dos africanos, e para não me estender aqui sobre o assunto, bastará lembrar o caso tão conhecido da particular insubmissão dos escravos baianos, devida sem dúvida não apenas ao estado servil em que se encontravam, mas também, e em maior proporção talvez, aos caracteres próprios dos povos africanos que contribuíram para esta parte da população civil da colônia(1). O estudo, sob este aspecto, das particularidades étnicas dos povos negros e indígenas do Brasil, e sobretudo a análise das atitudes próprias que cada qual assume na história da formação brasileira, é matéria ampla que não foi ainda tentada de forma sistemática. Fornece por isso ainda muito poucos elementos para a explicação de fatos históricos gerais, e temos por isso de nos con-

(1) Esta questão foi abordada por Nina Rodrigues. *O negro no Brasil*, e mais recentemente, por Arthur Ramos, *Culturas Negras do Novo Mundo*.

E se assim cumpriam, ou deixavam de cumprir seus deveres fundamentais, que dizer dos de assistência e amparo social que a tradição, como seus estatutos e a divisão estabelecida das funções públicas lhes impunham? Algumas Ordens, alguns de seus membros pelo menos, ocupavam-se ainda com a catequese dos índios, e citei em capítulos anteriores alguns destes raríssimos exemplos. Em certos conventos ministravam-se educação e ensino; mas só nas maiores capitais, e para grupos reduzidos da população. Algumas irmandades leigas dedicavam-se aos enfermos, expostos e indigentes, como os sempre lembrados com justiça Irmãos da Misericórdia. Há exemplo de dedicação e trabalho, e não quero subestimá-los; mas infelizmente exceções, casos raros num oceano de necessidades não atendidas e de que ninguém se preocupava. A grande maioria do clero, secular e regular, desde os mais altos dignatários até os mais modestos coadjutores, deixava-se ficar numa indiferença completa de tais assuntos, usufruindo placidamente suas côngruas e demais rendimentos, ou suprimindo a deficiência deles com atividades e negócios privados.

Que parcela de responsabilidade caberá disto, diretamente, à política metropolitana? Com a expulsão dos jesuítas, desfalcara-se a colônia do quase único elemento que promovera em larga escala uma atividade social apreciável. Mas os efeitos nocivos da medida de Pombal, neste terreno de que nos ocupamos, não devem ser exagerados. Já passara; fazia muito, o tempo dos Nóbregas e Anchietas, e a Companhia de Jesus decaíra consideravelmente. O que seria no futuro, é difícil se não impossível assentar com segurança. Mas avaliar a perda pela bitola daqueles primeiros missionários, seria anacronismo lamentável.

A ineficiência do clero no momento que nos ocupa tem causas mais profundas que esta ou aquela medida singular da política metropolitana ou da própria Igreja de Roma. Uma de caráter geral, e que atingem o conjunto da estrutura eclesiástica universal nos tempos que precedem a nossa época. Não me cabe aqui abordá-las. Outras locais, próprias da colônia. E estas se resumem na resposta a ser dada a uma questão fundamental: estava a sociedade colonial apta a produzir um clero capaz, de elevado teor moral e na altura de suas funções? Havia nela ambiente social e moral para isto, e para a manutenção e florescimento de um clero daquele naipe? As conclusões gerais sobre a sociedade colonial em princípios do século passado, e que me esforçarei por esboçar no próximo capítulo, fornecerão talvez alguns elementos para a resposta pedida.

Vida Social e Política

Temos os elementos agora para concluirmos sobre a vida social da colônia, conclusões que nos darão o tom geral desta vida e o aspecto de conjunto que apresenta a obra da colonização portuguesa no Brasil. Observamos nos seus diferentes aspectos esse aglomerado heterogêneo de raças que a colonização reuniu aqui ao acaso, sem outro objetivo que realizar uma vasta empresa comercial, e para que contribuíssem conforme as circunstâncias e as exigências daquela empresa, brancos europeus, negros africanos, indígenas do continente. Três raças e culturas largamente díspares, de que duas, semi-bárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocaram, fornecerão o contingente maior; raças arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência na colonização, sem que para isso se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para elas; cuja escola única foi quase sempre o eito e a senzala.

Numa população assim constituída originariamente e em que tal processo da formação se perpetuava e se mantinha ainda no momento que nos ocupa, o primeiro traço que é de esperar, e que de fato não falhará à expectativa, é a ausência de nexos morais. Raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso; justapõe-se antes uns aos outros; constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam. Os mais fortes laços que lhes mantêm a integridade social não serão senão os primários e mais rudimentares vínculos humanos, os resultantes direta e imediatamente das relações de trabalho e produção: em particular, a subordinação do escravo ou do semi-escravo ao seu senhor. Muito poucos elementos novos se incorporarão a este cimento original da sociedade brasileira, cuja trama ficará assim reduzida quase exclusivamente aos tênues e sumários laços que resultam do trabalho servil. É neste sentido que não faltaria razão a Alberto Tôrres, quando num aparente paradoxo que escandalizaria seus contemporâneos, ele levanta a voz para fazer a apologia, não como escravocrata, mas pela primeira vez como sociólogo, do regime servil(1).

(1) "A escravidão foi uma das poucas coisas com visos de organização que este país jamais possuiu... Social e economicamente, a escravidão

Para constatar o acerto da observação, basta-nos comparar os setores da vida colonial em que respectivamente domina uma e outra forma de trabalho, escravo ou livre. A organização do primeiro, à sua sólida e acabada estruturação e coesão, corresponderá a dispersão e incoerência do outro. Vimos estes dois aspectos da sociedade colonial: de um lado o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o "clã" patriarcal de que aquele laço forma a textura principal; doutro, o setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada; chegando apenas, em parcelas pequenas a se agregar a ela, e adquirindo assim os únicos visos de organização que apresentam. Fica-se em suma na tentação de generalizar ainda mais o conceito de Alberto Tôres, e não ver na servidão senão o *único* elemento real e sólido de organização que a colônia possui.

Mas seja como for, a análise da sociedade colonial obriga a um desdobramento de pesquisa. Qualquer generalização que abranja as duas situações tão diversas que nela se encontram correrá o risco de erros consideráveis de apreciação. Para compreendermos, no seu conjunto, os laços que lhe mantêm a coesão e de que se forma a sua trama, temos que vê-la como de fato ela se constitui: de um núcleo central organizado, cujo elemento principal é a escravidão; e envolvendo este núcleo, ou dispondo-se nos largos vácuos que nele se abrem, sofrendo-lhe mesmo, em muitos casos, a influência da proximidade, uma nebulosa social incoerente e desconexa.

Não preciso acentuar mais uma vez o papel que a escravidão tem naquele primeiro setor, o orgânico da sociedade colonial. Mas devemos acrescentar aqui o caráter primário das relações sociais que dela resultam, e daquilo que com ela se constituiu. Primário no sentido em que não se destacam do terreno puramente material em que se formam; ausência quase completa de superestrutura, dir-se-ia para empregar uma expressão que já se vulgarizou. Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhes acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu

deu-nos, por longos anos, todo o esforço de toda a ordem que então possuímos, e fundou toda a produção material que ainda temos." *O Problema Nacional*, 11.

342 Caio Prado Júnior

estado primitivo. As relações servis são e permanecerão relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia.

A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um feito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contacto sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem(2).

Em alguns outros setores, a escravidão foi mais fecunda. Destaquemos a "figura boa da ama negra" — a expressão é de Gilberto Freyre, — que cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura que não é fator de menor importância nesta florescência de sentimentalismo, tão característica da índole brasileira, e que se de um lado amolece o indivíduo e o desampara nos embates da vida — não padece dúvida que boa parte da deficiente educação brasileira tem aí sua origem, — doutro contribui para quebrar a rudeza e brutalidade próprias de uma sociedade nascente. Mas neste, como em muitos casos semelhantes, é preciso distinguir entre o papel de escravo e do negro, o que Gilberto Freyre acentuou com tanto acerto. A distinção é difícil: ambas as figuras confundem-se no mesmo indivíduo, e a contribuição do segundo se realiza quase sempre através do primeiro. Mas não é impossível, e de uma forma geral, o que se conclui é que se o negro traz algo de positivo, isto se anulou na maior parte dos casos, deturpou-se em quase tudo mais. O escravo enche o cenário, e permitiu ao negro apenas que apontasse em raras oportunidades. Já notei acima que outro teria sido o papel do africano na formação cultural da colônia se lhe tivessem permitido se não o pleno, ao menos um mínimo de oportunidade para o desenvolvimento de suas aptidões naturais. Mas a escravidão, como se praticou na colônia, o esterilizou, e ao mesmo tempo que lhe amputava a maior parte de suas qualidades, aguçou nele o que era portador de elementos corruptores ou que se tornaram tal por efeito dela mesma. E o baixo nível de sua cultura, em oposição ao da raça dominante, impediu-lhe de

(2) "*Le miracle de l'amour humain, c'est que, sur un instinct très simple, le désir, il construit les édifices de sentiments les plus complexes et les plus délicats.*" (André Maurois.) É este milagre que o amor da senzala não realizou e não podia realizar no Brasil-colônia.

se afirmar com vigor e sobrepor-se à sua miserável condição, ao contrário do que em tantas instâncias ocorreu no mundo antigo.

Em suma, a escravidão e as relações que dela derivam, se bem que constituam a base do único setor organizado da sociedade colonial, e tivesse por isso permitido a esta manter-se e se desenvolver, não ultrapassam contudo um plano muito inferior, e não frutificam numa superestrutura ampla e complexa. Serviram apenas para momentaneamente conservar o nexa social da colônia. No outro setor dela, o que se mantém à margem da escravidão, a situação se apresenta, em certo sentido, pior. A inorganização é aí a regra. O que aliás sua origem faz prever; vimo-lo anteriormente: aquela parte da população que o constitui e que vegeta à margem da vida colonial, não é senão um derivado da escravidão, ou diretamente, ou substituindo-a lá onde um sistema organizado de vida econômica e social não pôde constituir-se ou se manter.

Para este setor não se pode nem ao menos falar em "estrutura" social, porque é a instabilidade e incoerência que a caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes e características da vida brasileira, e que notei em outro capítulo: a vadiagem e a caboclicização(3).

É isto, em resumo, que o observador encontrará de essencial na sociedade da colônia: de um lado uma organização estéril no que diz respeito a relações sociais de nível superior; doutro, um estado, ou antes um processo de desagregação mais ou menos adiantado, conforme o caso, resultante ou reflexo do primeiro, e que se alastra progressivamente. E note-se, antes de seguirmos adiante, e repisando um assunto já ventilado, que tais aspectos correspondem grosseiramente, no terreno econômico, aos dois setores que aí fomos encontrar: a grande lavoura e a mineração de um lado, as demais atividades que reuni na categoria geral de "economia de subsistência", do outro. A observação é importante porque vem confirmar mais uma vez o que já foi dito sobre a caracterização da economia brasileira, votada essencialmente à produção de alguns gêneros exportáveis; este seu caráter unilateral se revela aqui sensivelmente, mostrando a precariedade

(3) Há exceções a assinalar, exceções em que vemos se constituírem neste setor da vida colonial formas sociais mais aperfeiçoadas. Mas são raras, como a mais interessante e conhecida delas, o "mutirão", que ainda subsiste em certas partes do Brasil, e que consiste no trabalho em comum e auxílio mútuo na lavoura. Saint-Hilaire teve ocasião de observar o *mutirão* numa região do hoje Triângulo Mineiro. *Voyage aux sources...*, II, 269. Parece contudo que se trata antes de uma sobrevivência indígena, e o exemplo de Saint-Hilaire refere-se aliás a populações com alta dose de sangue mestiço. Não se trataria então de uma criação, mas de um traço cultural que sobrou da vida comunitária do índio.

daquilo que sai do círculo estreito desta forma particular de atividade produtora.

À luz desta vista d'olhos preliminar por sobre a sociedade colonial, torna-se possível compreender a maior parte dos seus traços e caracteres essenciais. Porque ela se soma e sumaria na observação geral feita de início: a falta de nexa moral que define a vida brasileira em princípios do século passado, a pobreza de seus vínculos sociais. Tomo aquela expressão "nexa moral", no seu sentido amplo de conjunto de forças de aglutinação, complexo de relações humanas que mantêm ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto. A sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas; mas elas são em nosso caso as da inércia; e esta inércia, embora infecunda, explica suficientemente a relativa estabilidade da estrutura colonial: para contrariá-la e manter a precária integridade do conjunto, bastaram os tênues laços materiais primários, econômicos e sexuais, ainda não destacados de seu plano original e mais inferior, que se estabelecem como resultado imediato da aproximação de indivíduos, raças, grupos díspares, e não vão além deste contacto elementar. É fundada nisto, e somente nisto, que a sociedade brasileira se manteve, e a obra da colonização pôde progredir.

Poderíamos acrescentar a pressão exterior que o poder, a autoridade e ação soberana da metrópole exerceram sobre a sociedade colonial, contribuindo assim para congregá-la. Não é de desprezar este fator, que apesar do raio limitado de sua extensão e penetração — já o vimos ao falar da administração pública na colônia, — contou por muito na subsistência e manutenção da estrutura social brasileira. Os acontecimentos posteriores, que precedem imediatamente a Independência e a seguem, estão aí para demonstrá-lo. O enfraquecimento daquele poder levou o país, durante muito tempo, para a iminência da anarquia, que aliás muitas vezes, e em vários setores, embora restritos, se tornou efetiva; e só se conteve com a constituição de um Estado que, embora nacional de nome e formação, reproduziu quase integralmente a monarquia portuguesa que viera substituir; que não brotou do íntimo da sociedade brasileira, incapaz de tal criação, mas lhe é imposta do exterior, continuando a exercer sobre ela o mesmo tipo de pressão que o daquela(4).

(4) Não se caracterizará isto unicamente pelo fato da perpetuação da organização monárquica no Estado nacional brasileiro, investida aliás na mesma dinastia; o que por si já é uma prova do artificialismo da constituição que adotamos. Não havia no Brasil, afora o hábito do passado, base alguma para o trono. Mas não é somente nisto que se assinala a persistência do regime político anterior, embora sob vestimenta nacional; é o pro-

Há ainda que levar em conta uma certa uniformidade de "atitudes", empregemos esta expressão ampla, que identifica o conjunto colonial e suas várias partes. Uniformidade de sentimentos, de usos, de crenças, de língua. De *cultura*, numa palavra. Ela serviria, e de fato serviu de base moral e psicológica para a formação do Brasil como nação, e lhe proporcionou a unidade nacional já realizada na geografia e na tradição. Mas neste sentido ela se afirmará posteriormente, em oposição à metrópole e mais tarde às outras nações estrangeiras. É antes um fardo político, e não traz no momento e no assunto particular que nos ocupa, contribuição apreciável para trama da sociedade colonial. Aquela oposição ainda não representa papel social, mas começa apenas o político.

Caracterizemos agora, mais de perto, a vida colonial e as relações que nela vamos encontrar. Toda sociedade organizada se funda precipuamente na regulamentação, não importa a complexidade posterior que dela resultará, dos dois instintos primários do Homem: o econômico e o sexual. Isto não vai aqui como afirmação de princípio, incabível em nosso assunto, mas servirá unicamente de fio condutor à análise que vamos empreender das relações fundamentais que se estabelecem no seio da sociedade colonial. Na primeira categoria, o elemento que definirá, e na base do qual se formarão aquelas relações, é o *trabalho*, tomado aqui no sentido amplo e mais geral de atividade que proporciona ao indivíduo seus meios de subsistência. Na outra, o conteúdo serão as relações que se estabelecem entre sexos opostos e as que daí resultam: as *relações de família*, em suma.

Relativamente ao trabalho, já se viu acima alguma coisa que servirá para caracterizar os laços que dele derivam. Assim o efeito deprimente que exerce sobre sua conceituação o regime servil. Há outro de quase igual importância: o estímulo para a

longamento de um situação política e institucional de conjunto, que só se modificará de uma forma substancial em período muito adiantado da evolução nacional do país. E aquilo era tão bem sentido, que as revoluções e agitações da primeira parte do Império tomam o caráter de reações contra o "governo do Rio de Janeiro", tal como fariam contra o de Lisboa. O federalismo brasileiro tem aí a sua essência; pelo menos o da primeira parte do Império. — A pobreza da vida social brasileira encontra na constituição política do país independente uma confirmação flagrante. É ela a causa das dificuldades e problemas de organização e funcionamento institucional que tivemos de enfrentar, e que levaram até aquele esdrúxulo e artificial Império constitucional que tivemos. Compare-se isto, para ilustração, com o que ocorreu nas colônias inglesas da América do Norte que, separando-se da metrópole, criaram um sistema não só original de governo, mas que fez época e lançou um marco saliente na evolução política da Humanidade.

346 Caio Prado Júnior

ociosidade que para os senhores resulta do trabalho entregue inteiramente a escravos. É esta uma atitude psicológica por demais conhecida para nela nos demorarmos. Um e outro efeito da escravidão se somarão para fazer ou evitar quaisquer atividades. A indolência, o ócio dos casos extremos, mas sempre uma atividade retardada, uma geral moleza e um mínimo de dispêndio de energia resultarão daí para o conjunto da sociedade colonial. Tudo repousará exclusivamente no trabalho forçado e não consentido imposto pela servidão; fora disto, a atividade colonial é quase nula. Onde falta a obrigação sancionada pelo açoite, o tronco e demais instrumentos inventados para dobrar a vontade humana, ela desaparece. Os libertos que se fazem por via de regra vadios, apesar da escola em que se formaram, é disto uma das provas.

Isto, para as atividades de natureza física, é regra praticamente universal: nenhum homem livre se rebaixa a empregar os músculos no trabalho. É de Luccock uma anedota bem ilustrativa do caso: tendo ido buscar um serralheiro de cujos serviços precisava, este o fez esperar longamente na expectativa de um *negro de serviço* para transportar sua ferramenta de trabalho, pois carregá-la pelas ruas da cidade não era ocupação digna de um homem livre⁽⁵⁾. As outras funções se praticam sempre com um mínimo de energia. Uma lentidão e economia de esforços que faziam a cada passo o desespero dos enérgicos europeus que nos visitavam.

Somente num setor encontramos mais atividade: é no dos colonos recentes ainda não contaminados pelo exemplo do país; destes reinóis que vinham para cá "fazer a América", ávidos de ganho, dispostos a tudo e educados numa escola de trabalho e ambição muito diferente da dos brasileiros. Eles representam, com os escravos, os únicos elementos verdadeiramente ativos da colônia. Num interessante ensaio sobre as causas da Independência, escrito em 1823 e dedicado ao soberano português, Francisco Sierra y Mariscal analisa com muita clareza este abismo de concepção e atitudes que separa brasileiros de portugueses imigrantes. Enquanto esses últimos, chegados ao Brasil de mãos abanando, escreverá Mariscal, "não há nada a que se não sujeitem, e com economia e trabalho chegam a ter grandes cabedais", o brasileiro, nascido na abastança, "o orgulho se apodera dele, e este é sempre maior que os meios de o sustentar... não conhece o trabalho nem a economia... e quando chega ao estado viril, já está pobre",

(5) Notes, 17.

porque, conclui com muita lógica o nosso autor, "não há cabedal que chegue a quem gasta muito, e não ganha nada"(6).

Uma tal atitude da grande maioria, da quase totalidade da colônia relativa ao trabalho, de generalizada que é, e mantida através do tempo, acabará naturalmente por se integrar na psicologia coletiva como um traço profundo e inerraiçável do caráter brasileiro. A preguiça e o ócio, aqui no Brasil, "até se pega como visgo", dirá Vilhena. Mas se a escravidão, nas suas várias repercussões, é a responsável principal por isto, há outros fatores de segundo plano que não deixam de ter o seu papel. O principal deles é a contribuição do sangue indígena, considerável como sabemos. A indolência do índio brasileiro tornou-se proverbial, e de certo modo a observação é exata. Onde se erra é atribuindo-a a não se sabe que "caracteres inatos" do selvagem. Na sua vida nativa, mesmo na civilizada quando se empenha em tarefas que conhece, e sobretudo cujo alcance compreende, o selvagem brasileiro é tão ativo como os indivíduos de qualquer outra raça. Será indolente, e só aí o colono interessado o enxergava e julgava, quando metido num meio estranho, fundamentalmente diverso do seu, onde é forçado a uma atividade metódica, sedentária e organizada segundo padrões que não compreende. Em que até os estímulos nada dizem a seus instintos: a ganância, a participação em bens, os prazeres que para ele não são nem bens nem prazeres. Nada houve de mais ridículo nos sistemas de educação dos índios que isto de tentar levá-los por tais incentivos, modelados por figurinos europeus e estranhos a seus gostos(7).

(6) *Idéias gerais sobre a revolução do Brasil*, 55. Esta diferença é de tal forma produto do meio, que os próprios filhos do português enriquecido, brasileiros de nascimento e educação, observa o mesmo Mariscal, não seguem o exemplo dos pais, e "entrarão na ordem geral, he dizer, cahem na pobreza."

(7) Até um homem profundamente conhecedor das raças de sua terra natal, o Pará, e muito simpático a elas, como José Veríssimo, não enxergou inteiramente esta situação paradoxal dos índios perante a civilização. A indolência, a falta de ambição que se observam no índio não são senão fruto de sua completa indiferença, quando não de hostilidade, relativamente a uma civilização que se lhe impôs, e cujo valor, com todos os atrativos que tem para nós, é para ele nulo. Enxergar no indígena brasileiro, ou em outras raças de cultura diferente da nossa, falhas de caráter onde não há senão atitudes próprias de um inadaptado ou revoltado, é o vício sobretudo dos anglo-americanos. Mas qual seria, perguntamos nós, a reação de um destes enérgicos anglo-saxões a quem lhe pedisse um dia de trabalho a ser pago com um jantar de *pirão de açaí* ou de *mandioca pubu*? *Mutatis mutandis*, é a mesma coisa que se passa com o indígena. O único estímulo civilizado que o índio compreendeu foi a aguardente, que por isso a colonização empregou largamente.

Mas seja como for, o índio e com ele seus descendentes mais ou menos mestiçados, mas formados na sua escola, e que constituem parte tão apreciável da população colonial, têm por feição dominante, para todos os efeitos da colonização, "a falta completa e absoluta de energia e ação"(8). E esta seria uma das principais razões por que as regiões onde eles formam contingentes muito grandes nunca fizeram mais que vegetar. O governador do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, escrevia desalentado à metrópole depois de três anos de governo: "O poderoso inimigo destes habitantes e a mais poderosa causa entre muitas outras de seu atraso é a preguiça deles"(9).

Ao influxo do sangue indígena como fator de indolência, ainda há que acrescentar esta causa geral que é o sistema econômico da colônia, tão acanhado de oportunidades e de perspectivas tão mesquinhas. Não seria um tal ambiente propício a estimular as energias e atividades dos indivíduos, uma escola muito favorável de trabalho.

De tudo isto resultará para a colônia, em conjunto, um tom geral de inércia. Paira na atmosfera em que a população colonial se move, ou antes "descansa", um vírus generalizado de preguiça, de moleza que a todos, com raras exceções, atinge. O aspecto do Brasil é de estagnação. Saint-Hilaire, depois de longas peregrinações e de uma permanência já de muitos anos em contacto íntimo com a vida do país, não esconderá sua admiração, e por isso elogiará calorosamente os moradores de Itu e Sorocaba (São Paulo), porque encontrou aí... um *jogo de bola*; no estado de espírito em que se achava, e tendo em vista o que presenciara até então, constituía isto já uma "prova" de energia(10). Até nos seus prazeres e folguedos, a população colonial é apática(11). A apatia, Paulo Prado esqueceu-se de a incluir entre os fatores da tristeza brasileira, que não vem somente da luxúria e da cobiça, mas sobretudo de uma inatividade sistemática, que acaba se apo-

(8) José Veríssimo, *Populações indígenas da Amazônia*, 308.

(9) *Informações*, 66.

(10) *Voyage aux provinces de Saint-Paul...*, I, 378.

(11) Seria muito interessante estudar o folclore brasileiro sob este aspecto em paralelo com o de outros países. Pelo que qualquer um já poderá por si observar, a conclusão não oferece a menor dúvida. Compare-se um festejo popular brasileiro com o de qualquer das populações da Europa, por exemplo: à apatia e tristeza daquele, corresponde o entusiasmo e alegria destes últimos. O próprio Carnaval, para quem o tiver observado com atenção não escapa à regra. Afora as expansões de caráter acentuadamente orgiaco, ou de cultos de crenças ancestrais que nos dias comuns levam o indivíduo à polícia, nada mais há nele. — Note-se ainda que o elemento brasileiro mais ativo neste setor é o negro, que tem a tradição do trabalho escravo.

do matrimônio." E acrescenta mais adiante que "as moças filhas de pais pobres nem sequer pensam em casamento; não lhes passa pela cabeça a possibilidade de arranjar um marido sem o engodo do dote, e como ignoram os meios de uma mulher poder viver do trabalho honesto e perseverante, são facilmente arrastadas à vida licenciosa" (21). Florence repete quase textualmente o que o Marquês do Lavradio escrevia meio século antes: "As mulheres por se não empregarem e por falta de meios para se sustentarem, se prostituem" (22).

Tocamos aqui um ponto que é o mais alarmante sintoma da geral indisciplina de costumes que reina na sociedade colonial: a larga disseminação da prostituição. Não há recanto da colônia em que não houvesse penetrado, e em larga escala. Não falemos naturalmente das grandes e médias aglomerações, onde o fato é mais natural, e sempre se encontrou em toda parte. Observemos os pequenos, os mais insignificantes arraiais: quase toda a sua população fixa é constituída, além dos vadios, de prostitutas. É um depoimento este geral: "Nós mais humildes povoados, testemunhará Saint-Hilaire, a mais vergonhosa libidinagem se mostra com uma imprudência que não se encontraria nas cidades mais corrompidas da Europa." (23). Circunstância aliás que explica o destino da parte feminina deste numeroso contingente da população, cuja masculina já vimos noutro capítulo: os desocupados e vadios, vivendo de expedientes, com um pé na ociosidade e outro no crime.

Formava a Religião, para tamanha corrupção, dique de alguma eficácia? Que a crença religiosa tem na vida colonial papel considerável, já o notei em outro lugar. Esta aparece literalmente entranhada por atos e cerimônias do culto. Folheando as *Atas da Câmara de São Paulo* p. ex., não se virará página quase em que não se encontre algum "termo de ajuntamento" para o fim de comparecer a Câmara incorporada a missas importantes ou de ação de graças por isto ou aquilo, *tedeuns*, procissões —

(21) *Esboço da viagem de Langsdorff*, 361 e 448.

(22) Carta de 12 de janeiro de 1778, cit., p. Fernandes Pinheiro, *Os últimos Vice-Reis do Brasil*, 244. Logo adiante acrescenta: "Na facilidade que os homens têm com o trato das mulheres se segue também os poucos que buscam o estado de casado."

(23) *Voyage aux sources . . .*, I, 127. Saint-Hilaire é em matéria desta natureza de uma reserva bem própria do seu feitio profundamente religioso. Seus diários são todos de reticências no assunto, e percebe-se a sua repugnância em tratar dele. Mas a fidelidade do observador não pode esconder o que tão escandalosamente se evidencia; e daí o interesse que apresentam para nós observações arrancadas a tamanhos escrupulos. Outros viajantes foram mais francos.

"saimentos", como se dizia. Mas daí para um verdadeiro espírito religioso, vai distância considerável. As festas religiosas indignavam o piedoso Saint-Hilaire, que as chama de "irreverentes cerimônias, em que ridículas palhaçadas se misturam aquilo que a religião católica apresenta de mais respeitável" (24). Sobre o espírito religioso da colônia, o mesmo autor endossa a opinião que ouviu do vigário de São João del-Rei, e que "os brasileiros eram naturalmente religiosos, mas que sua religião não ia além dos sentidos; e quanto aos pastores, este parecem considerar a ofensa e o perdão como simples funções maquinais" (25).

Não é assim de esperar dos mandamentos religiosos um freio sério à corrupção de costumes. O culto fica nos ritos externos, estes sim rigorosamente observados. Quanto à moral, era-se de uma tolerância infinita. Coisa que não é para admirar: afora as causas gerais e mais profundas que numa sociedade como a nossa da colônia, e cuja feição já ficou bastante caracterizada nas páginas acima, tornam inviável uma compreensão elevada da Religião e do seu culto, cabe nisto ao clero, aliás vítima também das mesmas circunstâncias, uma boa dose de responsabilidades. Não cogitou ele nunca, em conjunto, de levar a sério a instrução religiosa: o seu desleixo neste terreno é lamentável, e parece que os sacerdotes não têm outra função na colônia que presidir ou praticar os atos exteriores do culto e recolher os tributos eclesiásticos. "Em muitos lugares, a firma Saint-Hilaire, a religião se conserva só por tradição, pois os fiéis, afastados de centros povoados importantes, passavam a vida num completo isolamento e sem o menor socorro espiritual" (26). Nos outros lugares, embora presentes, os padres se ocupavam muito mais em atividades privadas e com seus negócios, já o vimos anteriormente. E a este abandono em que deixa a população, acrescenta o clero o exemplo tão freqüente de uma vida escandalosa e desregrada. O resultado de tudo isto não é de admirar portanto que tenha sido aquela religião reduzida a um esqueleto de práticas exteriores e maquinais vazio de qualquer sentimento elevado, e que é ao que se reduziu o catolicismo na colônia (27).

(24) *Voyage aux sources*, I, 102.

(25) "*Les pasteurs semblent considérer comme un jeu l'offense et le pardon*" loc. cit.

(26) *Voyage aux sources*, II, 238.

(27) Há que acrescentar as deturpações da mais grosseira superstição, fruto da ignorância e sobretudo da contaminação de crenças e cultos estranhos ao cristianismo, trazidos pelos africanos e corrompidos pela escravidão. A contribuição do indígena é pequena pois em matéria de crença religiosa, sua cultura nativa é como se sabe rudimentar. — Somente os jesuítas, pode-se afirmar, realizaram obra mais intensa e sistemática de instrução e educação

Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. Neste verdadeiro descalabro, ruína em que chafurdava a colônia e sua variegada população, que encontramos da vitalidade, capacidade renovadora?

Naquela tremenda desordem colonial esboçava-se uma reação. Fruto das mais variadas situações, como todas as reações que vêm das profundezas, e levada por outros tantos impulsos diversos, ela se esboçava e ia precisando os seus contornos. Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio. Mal-estar econômico e social de raízes profundas, que no caso particular de cada indivíduo ou grupo se explicará por esta ou aquela circunstância especial e imediata, mas que em última análise derivará de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira.

A colonização produziu seus frutos quando reuniu neste território imenso e quase deserto, em 300 anos de esforços, uma população catada em três continentes, e com ela formou, bem ou mal, um conjunto social que se caracteriza e identifica por traços próprios e inconfundíveis; quando devassou a terra, explorou o território e nele instalou aquela população; quando finalmente remeteu por cima do oceano, para os mercados da Europa, caixas de açúcar, rolos de tabaco, fardos de algodão, barras de ouro e pedras preciosas. Até aí construiu; mas ao mesmo tempo, e a par desta construção, foi acumulado um passivo considerável. Não por "erros", seja a nossa apreciação moral ou de capacidade, mas por contingências que não poderia ter obviado, e que só com o tempo se revelariam vícios profundos e orgânicos: a incorporação apressada de raças e culturas tão diferentes entre si, o trabalho servil, a dispersão do povoamento, tantos outros elementos que caracterizam a colonização e a constituem. Tudo isto que fora em seu tempo inevitável, necessário e por isso mesmo "acertado", revelava agora bem claramente, três séculos depois do início da colonização, seu lado negativo. E é isto que vemos no momento em que abordamos aqui a nossa história: daí o aspecto de decomposição em que se apresenta então a nossos olhos o sistema colonial brasileiro.

religiosa na colônia. A sua influência neste terreno é considerável, e a eles se deve com certeza, em boa parte, esta "mecanização" do culto religioso, que é um dos traços mais salientes do catolicismo brasileiro: avale-se o efeito do sistema de educação inspirado em seus famosos "exercícios espirituais", caindo em cheio nesta sociedade colonial ignorante e primitiva!

Mas por baixo palpita uma outra vida, uma transformação que se esboça. Não é evidentemente possível, em terreno desta natureza, essencialmente dinâmico e não estático, fixar rigorosamente "momentos"; trata-se de uma situação que ainda não existe, que não tem conteúdo próprio, mas é apenas um estado latente que se revela por alguns precursores, sintomáticos mas isolados. Tais fatos vêm de longe, desde o início da colonização, se quiserem. E em rigor, poderíamos ir apanhá-los em qualquer altura de nossa evolução histórica. Divertimento a que se têm dedicado muitos historiadores. Mas limitando nossa atenção aquele período que cavalga os dois séculos que precedem imediatamente o atual, e que aliás escolhi por isso mesmo, vamos encontrá-los mais salientes, mais caros e precisos. A decomposição do sistema colonial está então mais adiantada, os germes de autodestruição que contém, desde o início embora, se definem então com mais nitidez. E ao mesmo tempo, as forças renovadoras que laboram em seu seio, e que são aqueles mesmos germes vistos de um outro ângulo, começam a apontar com mais frequência e já podem ser apanhados mais facilmente.

Elas então já indicam uma situação de conjunto nova, diferente e contrária ao sistema colonial ainda dominante; e que, embora ainda não exista, começa a se desenhar. É muito difícil, se não impossível, caracterizá-la nesta fase anterior à sua eclosão; ela não passa de reação informe, incoerente e desconexa que se revela apenas por sintomas, circunstâncias exteriores diversas, às vezes até contraditórias entre si. O historiador, ao ocupar-se dela, enfrenta o risco de tratar o assunto anacrônicamente, isto é, conhecedor que é da fase posterior, em que ocorre seu desenlace, em que ela se define, projetar esta fase no passado. O que não raro tem sido feito. Como o processo que ora nos ocupa vai dar na separação da colônia de sua metrópole, na Independência, são as manifestações neste sentido que se procuram. Simplismo lamentável, que não somente restringe consideravelmente o objeto da pesquisa, como a desvia de seu verdadeiro sentido. O final da cena, ou antes, o primeiro grande acontecimento de conjunto que vamos presenciar será, não há dúvida, a independência política da colônia. Mas este final não existe ainda antes dela, nem está "imane" no passado; ele será apenas a resultante de um concurso ocasional de forças que estão longe, todas elas, de tenderem, cada qual só por si, para aquele fim. Algumas, possivelmente; todas certamente não. Mas como concorrem sem exceção, e têm cada qual seu papel, nenhuma pode ser desprezada. Além disto, e sobretudo, são elas e não o seu desenlace que nos devem inicialmente ocupar.

É esta a única atitude legítima de uma pesquisa objetiva, e que está muito longe do que freqüentemente se faz, e que consiste, depois de conhecida a evolução de uma situação histórica admiti-la *a priori* como contida e imanente nela desde seus primeiros passos. Partir da presunção, no caso vertente, que o fim fatal e necessário de uma colônia é tornar-se politicamente independente da metrópole, e que isto já estava incluído em nosso destino quando Cabral avistou os primeiros paus que boiavam no mar e faziam suspeitar da proximidade de terras; e procurar, daí por diante, todos os sinais remotos de uma "independência" futura, necessária e fatal.

Está claro que a previsão da separação da metrópole, a idéia de que o Brasil seria um dia nação independente, já aparece muito antes da realização do fato, e está no pensamento de alguns indivíduos, que, ou por intuição, ou no mais das vezes por simples mimetismo e ilação de exemplos semelhantes ocorridos noutras partes, esperavam, e mesmo às vezes trabalhavam pela sua realização. E isto também precisa ser levado em consideração. Mas não esgota o assunto, e sobretudo não o explica, porque não será esta ou aquela idéia, de um ou de muitos indivíduos — aliás, no caso vertente, de poucos relativamente, — que será a "causa" da Independência. Muitas outras idéias, até opostas aquela, e esposadas por um número incomparavelmente maior de pessoas, interpretavam as coisas de outra forma. Idéias são matéria que nunca falta: há-as sempre de todos os naipes e para todos os gostos. E se paramos nelas sem procurar diretamente os fatos que as inspiram, ficamos na impossibilidade de explicar porque, de um momento para outro, uma destas idéias e não outra qualquer, ganha impulso, se alastra, vence e acaba se realizando. As idéias, por si, não fazem nada; e para o historiador não devem servir senão de sinais, expressões ou sintomas aparentes de uma realidade que vai por baixo, nos fatos concretos, e que as provoca.

Abstraiamos portanto aqui, e inicialmente, do que se passaria num futuro que por ora ignoramos, e indaguemos apenas daquelas "forças" a que me referi acima, e que são o motor de uma transformação, cujo sentido e direção não podemos ainda conhecer, mas que trabalham contra o sistema colonial. Note-se que emprego esta expressão, "sistema colonial", não no sentido restrito do regime de colônia, de subordinação política e administrativa à metrópole; mas no de conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização, e que deram no Brasil.

O fio condutor que na complexidade dos fatos com que temos de lidar nos conduzirá ao mais íntimo da sociedade colonial para nele descobrirmos a origem de tais "forças", que se mani-

festam exteriormente sobretudo por aquele mal-estar generalizado que assinalei acima e que atinge toda a colônia, é a mesma infra-estrutura econômica descrita nos primeiros capítulos deste trabalho. Achemo-nos aí; vamos repeti-lo, em presença de uma economia constituída na base da exploração, e exploração precipitada e extensiva dos recursos naturais de um território virgem, para abastecer o comércio internacional de alguns gêneros tropicais e metais preciosos de grande valor comercial. É esta, em última análise, a substância da nossa economia colonial, a própria explicação e definição da obra colonizadora que Portugal aqui realizou. Tal base, com o desenvolvimento da população, com o concurso de outros fatores vários, se torna, através do tempo, restrito e incapaz de sustentar a estrutura que sobre ela se formara. Suficiente de início, e ainda por muito tempo para prover aos fins precípuos da colonização — a ocupação do território, o aproveitamento dele com um relativo equilíbrio econômico e social; para promover, enfim, o progresso das forças produtivas —, aquela base acabou por se tornar insuficiente para manter a estrutura social que sobre ela se constituíra e desenvolveu; e a isto se chegou sem que fosse preciso a intervenção de fatores estranhos, mas pelo simples desdobramento natural do processo da colonização.

Tal insuficiência se verifica pelos resultados a que levara aquele desdobramento, e que acumulados, tornavam iminente, na fase que nos ocupa, uma desagregação completa, se não a paralisção da vida do país. O mais saliente dele, o mais sensível, é o estado a que se reduzira o acervo material do território, com que se contara até então para manter aquela vida. Tinham-se já quase esterilizado as fontes mais acessíveis de riqueza: terras esgotadas por processos bárbaros de cultura ou por devastações impensadas, depósitos minerais exauridos... Note-se que não vai aqui recriminação alguma aos métodos de exploração empregados, e que eram, dadas as circunstâncias, os únicos possíveis. Eles são fruto do sistema geral que se adotou na colonização do território brasileiro, fazem parte integrante dele; e tal sistema não poderia ter sido evitado e substituído por outro na fase preliminar da colonização.

Há ainda outro resultado fundamental que se precisa destacar, e a que levara o processo de colonização. Correlato aliás, e intimamente ligado aquele primeiro, e sempre ao mesmo sistema colonial. É a proporção considerável de populações que com o tempo vão ficando à margem da atividade produtiva normal da colonização. O círculo desta atividade se encerra quase exclusivamente com os dois termos fundamentais da organização econômica e social da colônia: senhores e escravos; os primeiros, promotores

e dirigentes da colonização; os outros, seus agentes. Enquanto houve apenas senhores e escravos, e é o que se dá no início da colonização, tudo ia bem. Todos os povoadores do território brasileiro tinham seu lugar próprio na estrutura social da colônia, e podiam normalmente desenvolver suas atividades. Mas formaram-se aos poucos outras categorias, que não eram de escravos nem podiam ser de senhores. Para elas não havia lugar no sistema produtivo da colônia. Apesar disto, seus contingentes foram crescendo, crescimento que também era fatal, e resultava do mesmo sistema da colonização. Acabaram constituindo uma parte considerável da população e tendendo sempre para o aumento. O desequilíbrio era fatal.

A tais feições mais salientes e fundamentais do processo evolutivo da colonização, agregam-se outras derivadas delas ou com elas intimamente relacionadas. Dispensamo-nos de enumerá-las aqui, porque isto seria recapitular toda a matéria deste livro; nela se encontram, embora vistas de um ângulo estático, em vez do dinâmico que ora nos interessa. O que em suma se verifica, é que o sistema de colonização adotado no Brasil, o nosso "sistema colonial", depois de ter produzido durante três séculos frutos apreciáveis que contrabalançavam o negativo da sua feição, tocara o extremo de sua evolução, pelo menos em alguns e principais de seus aspectos; e a curva que desenhara na História começava a infletar decididamente para baixo, para sua consumação. Esgotara suas possibilidades, e seria necessariamente substituído por outro.

O fato aliás se tornara tão sensível e patente que não houve entre os contemporâneos esclarecidos e que nos legaram seus pensamentos, quem não o enxergasse. Lá pelos fins do séc. XVIII começam a aparecer e se multiplicar os "reformadores" e seus projetos. No curso deste trabalho tenho recorrido a muitos deles, não pelos planos que apresentam, o que não tem hoje interesse prático, mas pela lucidez com que muitos enxergavam a situação, fornecendo-nos por isso dados precisos para a reconstrução de um passado que era para eles um "presente" tão bem compreendido. Uns, a maioria, pregavam uma espécie de cristalização das condições vigentes, uma perpetuação, em ambiente de estufa, do sistema colonial tal como tinha sido e ainda era praticado. Os males, que enxergavam muito bem, não os atribuíam ao sistema propriamente, mas ao modo pelo qual se praticava, e sobretudo aos desvios que nele se tinham introduzido. Em suma, o que propõem é o restabelecimento dele em sua pureza original. O exemplo mais típico deste modo de pensar é o do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, que utilizei largamente nos capítulos

anteriores, e que foi sem dúvida um espírito brilhante, de larga cultura, e profundo conhecedor da colônia.

Outros, de feitio menos conservador, enxergavam mais longe, já falam em reformas substanciais. O nosso tão conhecido e lembrado Luís dos Santos Vilhena, professor régio na cidade do Salvador, e autor da *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*, os representa (28).

O governo metropolitano não fica à margem destas cogitações. O final do século XVIII e primeiros anos do seguinte se caracterizam por inúmeras medidas legais e providências que revelam muito bem a compreensão em que se estava da necessidade de reformas; ou pelo menos, de que alguma coisa tinha de ser feita. Na realidade, contudo, nada se fez de verdadeiramente eficaz (29). As medidas mais bem intencionadas, e aparentemente revolucionárias do sistema colonial, como por exemplo a liberdade para o estabelecimento de manufaturas de ferro em 1795, ou a reforma do regime da mineração em 1803, bem como outras semelhantes, se frustraram na prática, e isto porque, sobretudo, não se tocou nos elementos substanciais do sistema.

Por que esta incapacidade, que não se explica unicamente pelos vícios da administração portuguesa e a profunda decadência da dinastia reinante, de realizar reformas efetivas? Precisariamos aqui, para esclarecer bem a questão, remontar muito longe, e perscrutar intimamente a própria história portuguesa. Não temos espaço para isto, que foge ao assunto que diretamente nos interessa. Mas não podemos passar-lhe inteiramente ao largo, porque muitas circunstâncias da matéria que nos ocupa não se compreenderiam sem ele. Assinalemos portanto, sumariamente, o que de modo mais direto se liga ao nosso assunto, e que explica muita coisa dos fatos que se seguem.

Trata-se da atitude geral do governo português com relação à sua colônia americana. A monarquia portuguesa se tornara desde o séc. XV, de um pequeno e insignificante reino continental europeu, em grande império marítimo e colonial; é na base deste

(28) Veja-se sobretudo, para o que nos interessa aqui, a 24.^a e última de suas cartas.

(29) Destaquemos aqui o nome de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares, que em 1796 assume a Secretaria do Ultramar, e cuja longa administração, que só veio terminar no Brasil para onde acompanhou o Regente em 1808, é assinalada por uma constante e inteligente preocupação relativamente aos negócios do Brasil. A presença do seu irmão D. Francisco no Pará, que governou até 1803, mostra os laços que ligavam o ministro à colônia, semelhantes nisto aos do Marquês de Pombal, que também teve um irmão no governo da mesma capitania: o autor do *Directorio dos Índios*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

império, que a seu tempo se alargara por vastas áreas de três continentes, e se reduzira na fase que ora nos ocupa praticamente só ao Brasil, que se reorganiza sua estrutura e sua vida, em que a parte continental, o Reino propriamente, forma o ápice e centro controlador. Mas isto em condições especialíssimas, que distinguem o império português dos outros com que ombreia no Universo, do britânico em particular. A monarquia absoluta portuguesa tem por figura central e convergente de toda vida dela, o rei; e com ele a corte, esta chusma de palacianos que cercam o trono e constituem, quase todos, uma nobreza togada que ocupa os empregos, comissões e outras funções mais ou menos ligadas à estrutura administrativa da monarquia(30).

A política portuguesa é determinada por tal circunstância. Os usufrutuários são o rei e sua corte que ele mesmo constitui, e com quem reparte os seus proventos; não a *nação portuguesa*, que só indiretamente se beneficiava das possessões imensas da monarquia. Assim foi desde o início da expansão lusitana no ultramar. É aliás ao rei que Portugal deve suas conquistas: os descobrimentos lusitanos resultam de uma obra empreendida exclusivamente, desde seus primeiros passos até a última providência, por iniciativa e atos dos soberanos ou de seus delegados imediatos(31). Foi esta aliás a base do absolutismo português, do poder imenso e incontrastável do monarca.

Por estas razões, o Império Lusitano não será um desdobramento natural da nação, e esta não figurará na sua base, nem será ela o núcleo convergente da monarquia. Sem entrar em mais pormenores, que estenderiam demasiado o assunto, podemos concluir relativamente ao conteúdo da política lusitana, em particular no que diz respeito ao Brasil. Ela é antes de tudo um "negócio" do rei, e todos os assuntos que se referem à administração pública são vistos deste ângulo particular. Assim os problemas políticos e administrativos que suscita a colônia americana são sempre abordados de um ponto de vista estritamente *financeiro*. Para a

(30) A influência territorial é em Portugal mínima, e acessória da outra, a burocrática. As proporções do Reino, em relação a seu vasto Império, explicam o fato suficientemente.

(31) Só há uma exceção de vulto a esta regra: é o sistema das *donatárias*, adotado nas Ilhas e repetido no Brasil, em que se procurou substituir a iniciativa privada à do rei. O fracasso no Brasil foi completo, como se sabe, ou então serviu apenas, num ou noutro ponto, para um tímido ensaio. E logo depois deste modesto início, a intervenção dos donatários praticamente desaparece e só subsiste nos proveitos que auferiam de suas capitâneas, sem contribuírem em nada para a obra da colonização, que será toda de iniciativa real. Depois dos primeiros tempos da colônia, os donatários somente serão lembrados pela história do Brasil quando se trata de fazer reverter seus direitos à coroa, o que se consuma no séc. XVIII.

política portuguesa, não havia aqui uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, fosse embora em função dos interesses portugueses, mas tão-somente "finanças" a cuidar. Lendo-se a maior e mais importante parte da correspondência oficial e da legislação relativa ao Brasil, percebe-se isto imediatamente. Aliás nunca se procurou escondê-lo, e o Real Erário é o personagem que representa em nossa história colonial, e sem nenhum disfarce, o maior papel.

Será esta a razão fundamental da incapacidade da política portuguesa em realizar reformas substanciais que atingissem o seu "sistema colonial". Porque este sistema não podia ser outra coisa para ela senão o que era: um simples setor, embora o essencial, daquela grande empresa comercial que é a monarquia portuguesa, com o seu rei no balcão. Esta organização que começa com o tráfico de escravos, marfim e ouro na Costa da África, continua com o da pimenta e das especiarias na Índia, e se encerra com o do açúcar, ouro, diamantes e algodão no Brasil; que permitiria ao Reino ocupar dois continentes e povoar um terceiro, tornara-se obsoleta. Já não funcionava normalmente, e os sacrifícios que se faziam para mantê-la apesar de tudo, recaíam inteiramente no último rétalho que ainda lhe sobrava: a colônia americana. Como reformá-la portanto, se isto destruiria a última base da organização? Só com a substituição desta por outra qualquer. Mas isto não ocorreria, e não podia ocorrer aos dirigentes de Portugal, porque seria a sua autodestruição. Não ocorreria, pouco mais tarde, nem aqueles que derrubariam o poder absoluto do rei, procurando, aliás inutilmente, substituir-se a ele.

Verifica-se assim que o sistema colonial não é uma criação arbitrária, reformável a seu talante. Suas raízes vão longe e mergulham no mais profundo da monarquia portuguesa de que a colônia faz parte. A sorte de uma estava ligada à outra. Como pois reformá-la senão pela separação da colônia? Mas esta separação, se se tornava assim a primeira providência para a reforma que se impunha — pelo menos hoje podemos afirmá-lo, porque estamos na posição cômoda de quem vê tudo que se passou, antes e depois; mas naquele tempo, e para os contemporâneos, a coisa não era tão simples e clara —, nem por isso a "idéia" daquela separação surgiu assim espontaneamente, lampejo *ex-nihilo* de um cérebro privilegiado e angustiado por um problema que pedia solução; e que, partindo daí, se propagou como uma epidemia ou o incêndio de uma floresta, até reunir um número suficiente de adeptos decididos e suficientemente valorosos para se transformar, num passe de mágica, em ação. Os fatos históricos são infelizmente mais complexos que este gênero fácil e suave

de explicação, tipo "conto da carochinha", em que se deleitam muitos historiadores.

Houve é certo, já o notei, quem visse prematuramente a separação da colônia. Ocupemo-nos com estes profetas, para liquidar o assunto, de importância aqui aliás secundária, e colocá-lo em seus devidos termos. É depois da independência das colônias inglesas da América do Norte (1776), e claramente por inspiração dela, que se começa a cogitar nas rodas brasileiras do exterior em imitar-lhes o exemplo. Um estudante brasileiro de Montpellier (França), onde era grande a colônia (32), Joaquim José da Maia, escreve sobre o assunto a Jefferson, então embaixador da União Americana em Paris, pedindo o auxílio do seu país para a Independência do Brasil; chega mesmo a entrevistar-se com ele. Mas a coisa não teve maior andamento. Outros dois estudantes, José Alvares Maciel e Domingos Vidal de Barbosa, este último também de Montpellier levaram suas conversas e discussões mais longe, pois de volta ao Brasil participam da Inconfidência Mineira, tendo sido o primeiro, com toda probabilidade, quem forneceu a Tiradentes o material ideológico de que o ardente alferes se utilizaria para colorir e enfeitar a conspiração e a projetada revolta. Nesta, bem como na chamada Inconfidência da Bahia (1798), talvez menos na última, e possivelmente também naqueles concluídos do Rio de Janeiro em 1794, de que resultou a prisão, entre outros, de Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá e único moralista que as letras tiveram até hoje, a idéia da separação teve, como se sabe, bastante relevo. Falou-se aí claramente do estabelecimento no Brasil de um regime político independente da metrópole. Mas este pensamento nunca saiu de pequenas rodas e conciliábulos secretos. Nem mesmo entre os espíritos mais esclarecidos da colônia tratava-se de uma idéia generalizada. Pelo contrário, muito poucos, excepcionais mesmo eram aqueles que, mesmo admitindo a necessidade de reformas, e batendo-se por elas, levavam sua opinião a extremos revolucionários. Até às vésperas da Independência, e entre aqueles mesmos que seriam seus principais fautores, nada havia que indicasse um pensamento separatista claro e definido. O próprio José Bonifácio, que seria o Patriarca da Independência, o foi apesar dele mesmo, pois sua idéia sempre fora unicamente a de uma monarquia dual, uma espécie de federação luso-brasileira (33).

(32) As primeiras gerações de médicos do nosso país, formados no último quartel do séc. XVIII, vêm sobretudo desta Universidade, então a primeira da Europa na matéria.

(33) Observou Martius que na Bahia, onde esteve em 1819, a gente mais fina e de boa educação era toda apegada a Portugal e à conservação

Assim, a explicação de que é a "idéia" da Independência que constitui a força propulsora da renovação que se operava no seio da colônia parece pelo menos arriscada. Mais coerente com os acontecimentos é que as várias idéias da separação, da federação, da liquidação do português vendeiro ou taberneiro (esta última, sobretudo, andava na boca de todo mundo), bem como outras que também se agitavam, embora fossem menos salientes: a libertação dos escravos, a supressão das barreiras de cor e de classe; que estas várias idéias não fossem mais que reflexos, no pensamento dos indivíduos de situações objetivas, exteriores a qualquer cérebro; que estão nos fatos, nas relações e oposições dos indivíduos entre si: o senhor de engenho ou fazendeiro devedor que é perseguido pelo comerciante português credor; o pé-descalço que o vendeiro português não quer como caixeiro; o mulato que o branco exclui da maior parte das funções, que despreza e humilha; o lavrador "obrigado" que se sente espoliado pelo senhor de engenho que lhe mói a cana; o escravo que se quer libertar... Oposições todas que com igual justeza podem ser vistas pelo lado inverso: o comerciante que emprestou seu dinheiro e não faz senão cobrar o devido; o vendeiro que prefere seus patrícios mais diligentes e afins com seu temperamento; o branco que se formou na convicção, inculcada desde o nascimento e oficialmente reconhecida, da superioridade de sua raça; o senhor de escravos que precisa de mão-de-obra, e não faz mais que se conformar com o que está nas leis, nos costumes, na moral, em toda ordem estabelecida e reconhecida. Todos estão com a razão, e cada qual forjará ou adaptará — é este naturalmente o caso mais freqüente, — alguma "idéia" para seu uso próprio e que justifique sua posição e suas pretensões.

Se desço ao que poderá parecer minúcias, é que são elas que mais importam. Cada uma daquelas situações que aparecem à tona dos acontecimentos, que podemos apalpar e acompanhar, ligam-se a contradições gerais que vêm do âmago do sistema colonial, que resultam daquilo que chamei os "vícios" do sistema, e que o processo da colonização foi pondo, um a um, em evidência. Em todos os casos citados, como em outros quaisquer da mesma natureza, os indivíduos em jogo não são senão criaturas daquele sistema, e sofrem-lhe as contingências: o proprietário endividado que não pode pagar, o comerciante credor que não recebe seu crédito, o pé-descalço que não encontra trabalho e meios de subsistência, e assim por diante. Tudo isto provém, direta ou

de suas leis e praxes. Era a "ralé" que hostilizava os portugueses, Viagem, II, 291. Aliás os portugueses *individualmente*, muito mais que o *regime*, noção abstrata que a maioria ainda não alcançava.

é mais provável, recorrido a outra organização semelhante, feita sob encomenda e que a teria substituído. Se se preferiu a maçonaria para a tarefa, foi por motivos óbvios.

Há, portanto — empreguemos a palavra um pouco arriscada, mas exata se nos colocamos no ponto de vista de uma história local como a que fazemos aqui — há uma “coincidência” entre um fato de nossa história, e outro de natureza muito mais ampla: de um lado, a situação brasileira, tal como resulta de suas circunstâncias peculiares; doutro, uma internacional, estranha em princípio, mas que indiretamente se liga a nós: a maçonaria e seus objetivos na política européia.

Não seria esta aliás a ocorrência única de uma tal “coincidência”. Encontramo-la em outros setores, ligados todos mais ou menos intimamente ao primeiro assinalado. A intervenção nos fatos de que ora nos ocupamos, já não de uma organização privada como a maçonaria, mas dos próprios poderes públicos das nações estrangeiras, é bem sensível. É o caso em particular da França revolucionária e bonapartista, adversária de Portugal que se aliara com seus inimigos seculares, e agora mais que nunca: os ingleses. A ação do governo francês, indiretamente através de suas ligações na Europa, e em particular com a maçonaria — que volta aqui à baila, e que é, no exterior, uma das grandes armas da Revolução —, mas também diretamente por agentes seus que trabalhavam no Brasil, se faz sentir a cada passo. Em 1809, o governo português, então recém-chegado ao Rio de Janeiro, chama a atenção da Junta interina que então governava a Bahia, para vários franceses aí domiciliados, inclusive e sobretudo um “certo Abade”, cujo nome não é citado e que se ignora, franceses esses que tinham ficado desde o tempo em que tocara naquele porto a esquadra que transportava Jerônimo Bonaparte, irmão do Imperador(47). É também possível que a conspiração descoberta em Pernambuco em 1801, e de que participavam o naturalista Arruda Câmara, fundador, anos antes, do já citado Areópago, e os irmãos Cavalcânti de Albuquerque, senhores do engenho de Suaçuna, conspiração que tinha por objetivo tornar Pernambuco independente sob a proteção de Napoleão Bonaparte, então Primeiro Cônsul, tivesse agido por inspiração direta de agentes franceses(48). Este assunto ainda não está bem esclarecido; mas traz sem dúvida muita luz sobre a confusa história dos acontecimentos que nos ocupam.

(47) Carta de 17 de novembro de 1809. Brás do Amaral nos seus *Esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a Independência*, publicou este e outros documentos sobre o assunto.

(48) Vejam-se as anotações de Oliveira Lima à *História da Revolução de 1817* de Muniz Tavares, pág. 73.

Também não é de desprezar a intervenção inglesa, esta menos sentida nos seus efeitos diretos porque, aliada de Portugal e sua protetora, a Grã-Bretanha manejava mais seus negócios e interesses na própria corte do Reino. Mas embora toda esta matéria de intervenção secreta de governos estrangeiros ainda esteja pouco devassada, não se pode pôr em dúvida a grande atividade subterrânea que vai em consequência dela pela nossa política dos primeiros anos do século passado, e que é pelo menos de iguais consequências às intervenções espetaculares que a História oficial registra.

Ainda há finalmente mais um setor em que a política brasileira se liga ao momento internacional. É o da ideologia que se adota aqui, e que servirá para explicar, justificar e emprestar aos nossos fatos o calor das emoções humanas; tal é sempre o papel das ideologias, que os homens raramente dispensam, e que em nosso caso, não sabendo ou não podendo forjá-las nós mesmos, fomos buscar no grande e prestigioso arsenal do pensamento europeu. Em especial, na filosofia da Enciclopédia e dos pensadores franceses do séc. XVIII.

O porque desta escolha deve ser procurado, em primeiro lugar, em razões semelhantes às que fizeram adotar aqui, para organismo político dirigente, a maçonaria internacional. Aliás a afinidade entre esta organização e aquela filosofia é notória, e isto já explica muita coisa. Mas além disto, é de considerar que nenhum pensamento, nenhuma idéia, e sobretudo nenhum conjunto teórico deu aos fatos universais do séc. XVIII — “universal” aqui é o da civilização ocidental a que nos filiamos —, uma interpretação mais ajustada, tão harmoniosa, tão esteticamente perfeita, um corpo de doutrina tão completa e geral como aquela filosofia. E particularmente tão a calhar com as necessidades do momento, e de acordo com os impulsos mais íntimos dos contemporâneos. Comparável a ela, só se encontrará, para a situação do século seguinte, o socialismo. Não é pois sem motivo plenamente justificável que empolgasse todo mundo pensante, e servisse “oficialmente” para vestir das roupagens do pensamento os fatos que se desenrolavam no mundo. Os brasileiros não poderiam ficar imunes ao contágio. Alás vários representantes da *intelligentsia* da colônia estiveram em contacto direto e íntimo com ela, sejam os que estudaram na França, sejam os que procuravam por outro motivo qualquer o que já era então a Meca do pensamento ocidental. Em Portugal, colônia comercial da Inglaterra, mas intelectual da França, a filosofia deste país se difundira largamente; e até no rançoso casarão de Coimbra, as reformas de Pombal tinham-lhe aberto algumas frestas que foram avidamente aproveitadas.

Será assim, na medida em que idéias gerais, se não idéias *tout court* puderam penetrar a espessa crosta de ignorância colonial, será a filosofia francesa do séc. XVIII que dominará os espíritos capazes deste domínio(49). O fato é tão notório que não se precisa mais insistir nele. Tudo que se escreveu no Brasil desde o último quartel do séc. XVIII, que é quando realmente se começa a escrever alguma coisa entre nós, traz o cunho do pensamento francês: idéias, o estilo, o modo de encarar as coisas e abordar os assuntos. Aliás a leitura dos nossos avós, a parca leitura que se fazia nesta colônia de analfabetos em que só um punhado de pessoas saberia ler, e destas, muito poucas se ocupariam com coisas do espírito, é quase toda de origem ou inspiração francesa. As devassas da justiça colonial, que os acontecimentos políticos tornam freqüentes desde fins do séc. XVIII, desvendam-nos os segredos das principais bibliotecas particulares que então havia na colônia, e que, seqüestradas e arroladas, chegaram até nós nas páginas amarelecidas e roídas de traça dos autos. A literatura francesa, e só ela no que diz respeito a filósofos, moralistas, políticos, está aí abundantemente representada(50). Os viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século passado notarão a influência decisiva da cultura francesa; e o favor das idéias racionalistas e revolucionárias daquela cultura, no momento em questão, é lamentado por Saint-Hilaire, que embora francês, formava politicamente em campo oposto a elas. E Martius observará o que ainda hoje, à primeira vista, nos parece um paradoxo: apesar do completo domínio comercial exercido pela Inglaterra, e do número muito maior de ingleses aqui domiciliados, a cultura francesa não sofre concorrência(51). Aliás a cultura inglesa ainda se ignora inteiramente. Os ingleses não eram com suas idéias tão felizes como com seus tecidos, sua ferramenta e sua louça.

Uma tal difusão do pensamento francês, "idéias jacobinas" ou "abomináveis princípios franceses", como se dizia aqui em certas rodas, não deixava de alarmar muito seriamente as autori-

(49) Notemos aqui, mais uma vez, a contribuição que para este terreno particular trouxe a maçonaria, incumbindo-se de propagar no Brasil o que era, pode-se dizer, sua ideologia oficial. Acresce o fato de ser a maior parte das lojas brasileiras filiadas ao *Oriente da Ilha de França* (Isle de France), com sede em Paris. Não se esqueça finalmente o prestígio da França na América depois que prestou seu concurso à libertação das colônias inglesas do continente. São outros tantos fatos que explicam, naquela época, a vassalagem intelectual do Brasil aquele país.

(50) Vejam-se os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira e Inconfidência da Bahia de 1798*, *Devassas e Seqüestros*.

(51) *Viagem*, II, 293.

dades e a "gente boa" da época. A correspondência oficial deixou estampado o terror que provocam tais idéias(52). O simples conhecimento da língua francesa chegava a ser mal visto: um tio de Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, cônego da catedral de São Paulo, sabendo que ensinavam francês ao sobrinho, reclamou revoltado, na sua qualidade de chefe da família, a suspensão formal deste estudo que ia pôr a inocente criança em contacto com os "libertinos, ímpios e ateus princípios daquela nação"(53).

Mas a ideologia revolucionária francesa venceria estas resistências, e se adotará "oficialmente" para as circunstâncias brasileiras. Nos seus traços gerais, ela parecia perfeitamente aplicável às necessidades políticas da colônia. A "liberdade, igualdade e fraternidade", que como norma política a sumaria, ia prestar-se bastante bem às várias situações que aqui se apresentam. Castigada embora, e deformada não raro (que castigo aliás, e que deformação não cabem no vago da fórmula francesa?), ela servirá de lema a todos que pretendiam alguma coisa: senhores de engenho e fazendeiros contra negociantes; mulatos contra brancos; pés-descalços contra calçados; brasileiros contra portugueses... Faltou apenas "escravos contra senhores", justamente aqueles a quem mais se aplicaria como lema reivindicador; é que os escravos falavam — quando falavam, porque no mais das vezes agiram apenas e não precisaram de roupagens ideológicas —, falavam na linguagem mais familiar e acessível que lhes vinha das florestas, das estepes e dos desertos africanos...(54).

(52) Veja-se, entre outros casos, o de um comerciante da Bahia, acusado de ter, em sexta-feira santa, dado um "banquete de carne", o que provocou até uma devassa; o bode expiatório foram os "abomináveis princípios franceses", como lhes chama a correspondência oficial. *Vigilância do governo português...* Veja-se também: Brás do Amaral, *Esclarecimentos...*, 380.

(53) Con. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, *Apontamentos biográficos*.

(54) A identificação com a ideologia francesa foi em certos meios revolucionários tamanha, que "francês" se tornou sinônimo de reformador, revolucionário. É o que se lê nos depoimentos prestados na devassa da conspiração de 1798 na Bahia, em que ocorrem expressões como "fulano tem cara de francês", "convinha que todos se fizessem franceses para viverem em abundância", etc.